

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Débora Silva Maria

**FEMINISMOS E PERIFERIA DA ZONA SUL DE SÃO PAULO: O
PROTAGONISMO DA UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO
LIMPO E ADJACÊNCIAS (1987–2022)**

São Paulo

2022

Débora Silva Maria

**FEMINISMOS E PERIFERIA DA ZONA SUL DE SÃO PAULO: O
PROTAGONISMO DA UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO
LIMPO E ADJACÊNCIAS (1987–2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Gomes Ghizzi Godoy.

São Paulo

2022

M298f Maria, Débora Silva.

Feminismos e periferia da Zona Sul de São Paulo: o protagonismo da união popular de mulheres de Campo Limpo e adjacências (1987–2022) / Débora Silva Maria. — São Paulo, 2022.

159 p.: il., color.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) — Universidade Santo Amaro, 2022.

Orientadora: Prof.^a Me. Dr.^a Marília Gomes Ghizzi Godoy.

1. Movimentos sociais. 2. Feminismo. 3. Periferia. I. Godoy, Marília Gomes Ghizzi, orient. II. Universidade Santo Amaro. III. Título.

Débora Silva Maria

**FEMINISMOS E PERIFERIA DA ZONA SUL DE SÃO PAULO: O
PROTAGONISMO DA UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO
LIMPO E ADJACÊNCIAS (1987–2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro — UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Gomes Ghizzi Godoy.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marília Gomes Ghizzi Godoy (orientadora)

Profa. Dra. Silvia Lopes Raimundo – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos – Universidade Santo Amaro – UNISA

Conceito Final: _____

Agradecimentos

Agradeço imensamente a Universidade Santo Amaro — UNISA, por proporcionar uma bolsa integral de estudos para a realização desta pesquisa. Estendo meus agradecimentos a Profa. Dra. Marília Gomes Ghizzi Godoy, que me orientou com muita seriedade e afeto, sendo um apoio fundamental para a concretização desta escrita. Agradeço a todos os professores do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro, como também aos integrantes do Grupo de Pesquisa Ciências, Saúde, Gênero e Sentimento.

Registro meus agradecimentos a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM) e a todas as trabalhadoras e usuárias da entidade. Dona Neide Abati, mulher guerreira e essencial para a história da Zona Sul de São Paulo, e que, com Seu Abel Abati, gentilmente me receberam em sua casa. Zandra Baptista e Matilde Gesteira, que gerenciam tão atentamente a Casa da Mulher e da Criança e demais equipamentos da UPM, se desdobrando para a realização de projetos e ações. Alice da Conceição, que me inspira na escrita dessas páginas pelo seu afeto e engajamento. Cristina Lopes, educadora potente e apaixonada pelo que faz. Antônia Fátima e Lúcia Conceição, de trajetórias pessoais de tanta luta e tanto amor pelos seus, compartilhando um pouco comigo dos seus universos. Sou grata à essas mulheres que cederam seu tempo, seus saberes e suas memórias. Além delas, também agradeço as pessoas que formam a UPM, que diariamente lutam por um mundo mais justo. Levo todas e todos no meu coração, ciente de que acessei saberes que só vocês poderiam proporcionar.

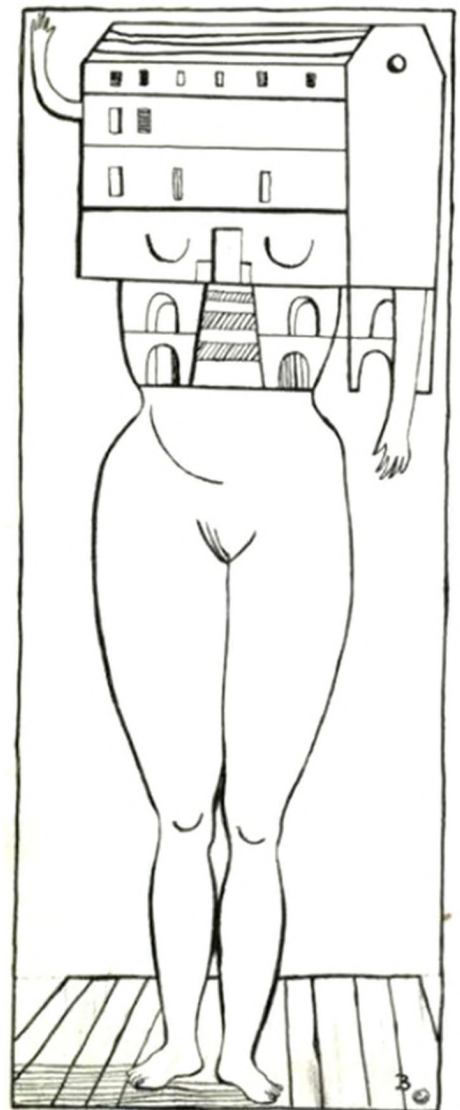
Agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, Maria Madalena e José Donizetti. Sem vocês, nada disso seria possível. A dedicação aos estudos, à formação e à pesquisa me foi dada desde pequena e, olhando para o passado, percebo quão importante foram seus conselhos em horas em que esses valores tão basilares precisavam se fortalecer. Aos meus irmãos, Renato Maria e Fernanda Maria, também registro meus agradecimentos pelo apoio e companheirismo. E sou muito grata aos meus sobrinhos, Miguel e Ana Clara, que foram tão compreensivos comigo, entendendo os objetivos de substituir os momentos em família por horas no computador, lendo e pesquisando. Sou grata a toda minha rede familiar por serem um apoio sólido.

Sou grata aos meus amigos e amigas, parceiros de produção e reflexão do mundo. Aqui cito Vinícius Lima, Patrícia Carvalho, Jonathan Willy e José Ribamar (*in memoriam*, para sempre). Nem imagino o quão tudo isso seria impossível sem vocês nesta caminhada. Vocês são amigos-irmãos que a vida me deu.

Agradeço também ao meu namorado, Willian Alves, que me apoiou durante todo o processo de pesquisa, desde o projeto ainda como um “e se?” até os momentos finais desta escrita. Suas palavras me acalmaram inúmeras vezes e me deram mais energia para seguir. Sou grata ao seu companheirismo, seu acolhimento e seu amor, que te fazem meu porto seguro.

Sou grata a equipe da E.E. Prof.^a Renata Graziano de Oliveira Prado, escola que estudei durante a infância e voltei a instituição como professora. Agradeço a equipe gestora que sempre me apoiou na dificuldade de integrar a rotina de pesquisadora com as exigências da classe trabalhadora. Tenho o privilégio de dividir a prática de educadora com profissionais tão humanos e dedicados na construção de um mundo mais afetuoso e igualitário.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente se fizeram presentes nessa trajetória.



Femme Maison
Louise Bourgeois (1947)

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dançante que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo.

Conceição Evaristo (2005, p. 202).

RESUMO

A vivência de mulheres nas periferias intersecciona diversas categorias sociais, como o gênero, raça, classe e sexualidade, apontando um terreno de grandes possibilidades interdisciplinares de pesquisa e de aprofundamento teóricos sobre esta temática. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou mapear as iniciativas femininas realizadas pela União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM), analisando as relações existentes entre as pautas defendidas por vertentes contra-hegemônicas do feminismo. No que se refere a entidade pesquisada, a UPM é uma organização da sociedade civil que foi institucionalizada em 1987 e está localizada na região do Campo Limpo, Zona Sul da cidade de São Paulo. A instituição ganhou vulto e se projeta como uma entidade sem fins lucrativos, que promove a luta pela completa emancipação feminina e pela igualdade das relações sociais, além de mobilizar a comunidade em geral para conquista da plenitude de seus direitos. A pesquisa qualitativa foi realizada com técnicas da etnografia, com observação e participação, como também foram realizadas entrevistas com 5 mulheres atuantes na entidade. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e a análise dos dados se deu sob aportes da análise de conteúdo. A partir de um entendimento que entrelaça a epistemologia feminista e o feminismo decolonial, considerando um diálogo teórico-metodológico com a História, Geografia e Ciências Sociais e permitindo construir um conhecimento sob a perspectiva interdisciplinar, foi possível investigar os materiais coletados. Os resultados apresentam aproximações entre as ações da entidade e as pautas do feminismo, revelando que a UPM articula iniciativas que dialogam e integram a multiplicidade de opressões defendidas pelo feminismo decolonial como prática de emancipação. Destaca-se o direito à cidade, à cidadania e à defesa do desenvolvimento de políticas públicas que transformou o espaço urbano diante das reflexões de estudos feministas.

PALAVRAS-CHAVES: Movimentos Sociais. Feminismo. Periferia. Interdisciplinaridade. União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências.

ABSTRACT

The experience of women in the periphery intersects several social categories, such as gender, race, class and sexuality, pointing to a field of great interdisciplinary possibilities for research and theoretical deepening on this theme. In this sense, this research aimed to map the feminine initiatives carried out by the Popular Union of Women from Campo Limpo and surroundings (UPM), analyzing the existing relations between the agendas defended by counter-hegemonic strands of feminism. With regard to the researched entity, the UPM is a civil society organization that was institutionalized in 1987 and is located in the Campo Limpo region, in the South Zone of the city of São Paulo. The institution has grown in size and is projected as a non-profit organization that promotes the struggle for complete female emancipation and equality in social relations, in addition to mobilizing the community in general to achieve the fullness of their rights. The qualitative research was carried out using ethnographic techniques, with observation and participation, as well as interviews with 5 women who work for the entity. The interviews followed a semi-structured script and data analysis was based on content analysis. From an understanding that intertwines feminist epistemology and decolonial feminism, considering a theoretical-methodological dialogue with History, Geography and Social Sciences and allowing the construction of knowledge from an interdisciplinary perspective, it was possible to investigate the collected materials. The results show approximations between the entity's actions and feminist guidelines, revealing that the UPM articulates initiatives that dialogue with and integrate the multiplicity of oppressions defended by decolonial feminism as a practice of emancipation. The right to the city, fullness, citizenship and the defense of the development of public policies that transformed the urban space in light of the reflections of feminist studies stand out.

KEYWORDS: Social Movements. Feminism. Periphery. Interdisciplinarity; União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências.

Lista de ilustrações

Figura 1: Município de São Paulo: subprefeituras da Zona Sul.....	24
Figura 2: Anúncio de residência em Santo Amaro.....	26
Figura 3: Mapa da área urbanizada de São Paulo (1963–1974).....	32
Figura 4: As casas autoconstruídas na periferia de São Paulo.....	35
Figura 5: Paisagem urbana: Favela do Paraisópolis (Vila Andrade) e Morumbi (SP).....	42
Figura 6: Crochês com mensagem “você é chamada a construir o mundo pelo trabalho. E desde já”.....	58
Figura 7: Divulgação da fundação da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências em 1987.....	74
Figura 8: Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM, localizada no Jardim Maria Sampaio.....	79
Figura 9: Folder do Banco União Sampaio para os comércios da região.....	82
Figura 10: Seminário “Violência Silenciosa no Cotidiano da Mulher”.....	85
Figura 11: Capa do folder de divulgação do curso Participação e Intervenção Cidadã.....	110
Figura 12: Folder de divulgação do cronograma dos encontros formativos.....	111
Figura 13: Notícia recortada do jornal Folha de S. Paulo.....	115

Lista de Quadros

Quadro 1: Atividades da UPM da Casa da Mulher e da Criança em 2022.....	88
Quadro 2: Relação de entrevistadas para a pesquisa.....	97

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. O espaço feminino no cenário da periferia paulista.....	18
1.1 O nascimento da quebrada: a formação da Zona Sul de São Paulo.....	21
1.2 A construção dos saberes intelectuais sobre a periferia.....	43
1.3 Movimentos sociais e iniciativas das mulheres da periferia da Zona Sul.....	51
2. A história da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências.....	63
2.1 Origem e formação do movimento social: em direção à entidade.....	64
2.2 Empoderamento das iniciativas femininas sob o impacto da redemocratização brasileira.....	72
2.3 A UPM: da atualidade rumo ao futuro.....	79
3. Os caminhos da pesquisa.....	91
3.1 Pesquisando o movimento social.....	91
3.2 Decolonizar a escrita acadêmica: perspectivas feministas.....	99
4. As narrativas femininas nas UPM.....	103
4.1 Quem nos fala? As interlocutoras da UPM.....	103
4.2 O direito à existência: a educação como prática emancipatória.....	105
4.3 Feminismo: aproximações e distanciamentos.....	116
4.4 Mulheres, cidade e feminismo: o direito à cidade.....	121
Considerações Finais.....	129
Referências.....	133
Fontes Orais.....	147
APÊNDICE A — Imagem de Paulo Freire na recepção da sede da UPM.....	148
APÊNDICE B — Realização do “Bazarão” na sede da UPM.....	149
APÊNDICE C — Aula 8 do curso “Participação e Intervenção Cidadã”.....	150
APÊNDICE D — Aula sobre Cultura Afro-brasileira ministrada pela Profa. Ana Paula Jesus.....	151
APÊNDICE E — Aula sobre a história e importância do Sistema Único de Saúde (SUS).....	152
APÊNDICE F — Fotografia de mulheres.....	153
APÊNDICE G — Estandarte feminista.....	155
ANEXO A — UPM na Marcha do Dia Internacional da Mulher.....	156

ANEXO B — Alunas no curso de pintura em tecido.....	157
ANEXO C — Parecer Consubstanciado do CEP (UNISA).....	158

INTRODUÇÃO

As discussões sobre periferia se fortalecem na metade do século XX, com a ideia de explicar os novos fenômenos urbanos que surgiram com o desenvolvimento das metrópoles e é fruto de debates econômicos acerca de países pertencentes a chamada “periferia do capitalismo”, como os da América Latina. O termo vem para designar uma série de estruturas físicas e sociais envolvidas nos processos de formação da sociedade, sobretudo de países tidos como subdesenvolvidos.

Refletindo sobre aproximações e rupturas, até 1980 o termo periferia ainda evocava pejorativamente esses espaços urbanos afastados do centro de poder. Na década de 1990 a periferia começa a se apropriar do termo objetivando a pacificação, entendendo que essa era a maneira como grande parte da população periférica se identificava. Esse processo, em conjunto à academia e à intelectualidade, projetou-se na criação da chamada consciência periférica, portanto, o entendimento da população periférica a partir de um lugar de pertencimento e de identificação. A periferia nos anos 1990 expressava seu caráter de denúncia, surgindo como um escancaramento das contradições do discurso hegemônico do neoliberalismo, que se afirmava como sistema ideológico, negando a existência de classes (D'ANDREA, 2013).

Na contemporaneidade, as reflexões sobre a periferia se constituem em um cenário que considera as subjetividades dos sujeitos e seus corpos neste território, conectando a política, cultura e memória nas análises. Os olhares para a periferia buscam entender de que forma os silêncios foram produzidos na subalternização dessa população, encontrando maneiras de reverberar o que precisa ser dito. A conceitualização de periferia esbarra na estrutura de um espaço que é heterogêneo. Assim sendo, falar de periferia é evocar uma multiplicidade de fatores econômicos, históricos, sociais e culturais utilizados na tentativa de compreender os fenômenos periféricos na sua integralidade e complexidade.

O município de São Paulo, que faz parte do complexo sistema metropolitano paulista, é a cidade mais populosa do Brasil. Segundo o Censo do IBGE (2010), o número é de 11.253.503 habitantes. Analisando o seu crescimento urbano, alguns aspectos ligados às ciências humanas nos despertam interesse nesse estudo,

apontando processos complexos e contraditórios, que se interconectam na produção do mundo capitalista e pós-moderno.

A partir da década de 1950, observa-se em São Paulo uma grande expansão urbana, ampliando a estrutura da cidade para as margens, alastrando-se a área ocupada pela população. Este momento, que se desdobra em décadas seguintes, é essencial para nossa análise, proporcionando aprofundamentos nas desigualdades sociais e nas dinâmicas de segregação. Todo esse processo deu origem a periferia urbana, que é fruto da ação conjunta do Estado e da elite fundiária, que buscou estratégias para alocar a população empobrecida da classe trabalhadora, composta por homens e mulheres migrantes na busca de melhores condições para manutenção da vida (KOWARICK, 2009).

A Zona Sul de São Paulo é composta por 22 distritos que se distribuem entre a área mais próxima do centro de São Paulo e outras áreas bem mais distanciadas da área central, como Campo Limpo e Capão Redondo, que fazem parte da periferia urbana da cidade. A ocupação dessas áreas data a década de 1950, com a vinda de trabalhadores para a indústria que se estabelecia na região de Santo Amaro. Essa população era marcadamente migrante, vinda da região nordeste principalmente.

O crescimento demográfico registrado a partir de meados do século XX em virtudes das trabalhadoras e trabalhadores impacta diretamente nas questões estruturais da região, que não contava com rede de esgoto, creches e não possuía uma rede estável para mobilidade urbana. Assim, tem-se o fortalecimento de movimentos sociais populares e ações organizadas na mediação dos interesses da população da periferia e o poder público. O papel dos movimentos sociais na periferia é de extremo significado, principalmente a partir da década de 1970, com o enfraquecimento do período de repressão instaurado com o Golpe de 1964 (FELTRAN, 2008).

Articulando a complexidade das questões de gênero às demandas agenciadas pelos espaços e territórios, essa pesquisa pretende colaborar com o debate que evidencia o papel das mulheres da periferia na construção desse ambiente multifacetado, que ao mesmo tempo é geográfico e subjetivo. Este tema contempla a história das mulheres e se estabelece a partir da necessidade de localizar essas sujeitas

enquanto ocupantes de um lugar e fazedoras de história, rompendo com a historiografia tradicional que relegava as mulheres às margens dos estudos (RAGO, 1998). Nesse cenário que aloca questões relacionadas às políticas públicas de habitação, mobilidade e saúde, surgem novos protagonistas que vão apresentar suas subjetividades e anseios, que são as mulheres atuantes no movimento social União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM).

A UPM, objeto de estudo desta dissertação, apresenta uma trajetória que propicia a produção de conhecimento que mobiliza a História, a Geografia e a Sociologia. A organização é reflexo da conexão de ações individuais e coletivas que datam o período da ditadura civil-militar brasileira e continua atuante até os dias atuais. Formada, em sua maioria expressiva, por mulheres moradoras dos bairros de Campo Limpo e Capão Redondo, a UPM é altamente presente nas narrativas políticas e culturais dos moradores da região, que, inegavelmente, tiveram suas demandas atendidas a partir de muita organização popular articuladas por essas mulheres.

Por meio desta organização projeta-se a história da luta das mulheres, movimento feminista, os estudos urbanos da cidade de São Paulo, as ações coletivas organizadas nas periferias e os conceitos sociológicos e antropológicos que se debruçam sobre as questões de classe e identidade, inclusive os quais geram um debate contemporâneo e necessário para os movimentos políticos e sociais. A UPM, claramente, é uma das ações organizadas entre tantas outras das periferias brasileiras e se constitui como um espaço de fortalecimento das identidades femininas dentro do contexto geográfico, político e subjetivo.

Existe a necessidade de inserção das mulheres periféricas nos debates acadêmicos sob o prisma da identificação dos diversos problemas e discursos que camuflam a vivência de grupos marginalizados. Nesse sentido, buscou-se privilegiar um grupo que está às margens das discussões hegemônicas, distinguindo suas pautas e expondo suas vivências, evidenciando a crítica ao feminismo que tem na sua trajetória as marcas da exclusão. Tais pontos se mesclam ao problema desta pesquisa, que buscamos responder: como as pautas identitárias são agenciadas na periferia a partir de ações coletivas e de que maneira essas ações estão atreladas às vertentes contra-hegemônicas do movimento feminista? De que forma a UPM propõe iniciativas culturais que se relacionam as pautas do feminismo decolonial?

Este trabalho se inspira em diversos outros estudos sobre as cidades, mulheres e feminismos. Tantos outros pesquisadores e pesquisadoras se debruçam nas narrativas subalternizadas, evidenciando o caráter popular, político e organizado das vivências complexas que acontecem nas margens das cidades. Não se pretende biografar a organização e as mulheres atuantes nele, no entanto, busca-se analisar, sob o prisma das epistemologias feministas e do sul global, a potencialidade das iniciativas femininas propostas neste espaço, que articulam as subjetividades dos sujeitos à vida social.

Nesse sentido, refletimos que o feminismo decolonial, pensamento que norteia as reflexões deste trabalho, tem suas discussões difundidas por intelectuais como Lélia Gonzales (1988), Maria Lugones (2014), Rita Segatto (2012), entre outras pesquisadoras de grande destaque pela qualidade das suas produções. Tal vertente busca analisar os impactos e desigualdades gerados pelos processos de colonização em países do sul global e apontar as fragilidades do feminismo hegemônico, que é majoritariamente branco e elitizado.

A pesquisa encontra-se estruturada em quatro partes que dialogam entre si em busca da hipótese inicial deste trabalho, ou seja, legitimar as contribuições dos movimentos feministas na periferia para a emergência de pautas decoloniais. No primeiro capítulo, discutimos a literatura acadêmica que se debruça nos estudos sociais, econômicos e geográficos sobre o desenvolvimento e urbanização no Brasil, bem como a formação das identidades periféricas alicerçada a história das periferias paulistanas. A periferia sul de São Paulo é o ponto de partida para as análises, recortando sob os aspectos histórico-sociais da formação da região de Santo Amaro, Campo Limpo e Capão Redondo. Buscou-se também discutir as definições de movimentos sociais, feminismos e iniciativas de mulheres, com foco nos Clubes de Mães, que se configuram historicamente como iniciativas diferentes, mas que se conectam.

No capítulo dois, buscou-se criar uma narrativa interdisciplinar na construção que evidencia a trajetória da UPM, que se mescla à história do distrito de Campo Limpo e Capão Redondo. Assim, são apresentadas uma visão local e uma análise micro e interdisciplinar das sujeições vividas por mulheres periféricas com relatos e resgate da memória da UPM. Os mais de 35 anos de ações da organização estão

organizados de maneira cronológica, partindo da perspectiva da sua fundadora, Neide de Fátima Martins Abati, chegando aos dias atuais, nos quais a UPM se refortalece após o período da pandemia de Covid-19.

No capítulo três, apontamos os aportes teóricos para a coleta de dados empíricos sobre a entidade, bem como a construção da relação entre a pesquisa, o trabalho voluntário e a receptividade de sujeitos e sujeitas no movimento social. Nesse capítulo será proposta uma discussão da construção da pesquisa sobre a perspectiva feminista, que questiona as prerrogativas da ciência, pautados na suposta objetividade e neutralidade.

No capítulo quatro, analisaremos as entrevistas sob a ótica da epistemologia feminista, relacionando os estudos feministas sobre formação da consciência política, identidades coletivas, emancipação, educação, cidades e protagonismo da organização.

1 O ESPAÇO FEMININO NO CENÁRIO DA PERIFERIA PAULISTA

*Da ponte pra cá, antes de tudo é uma escola
 Minha meta é dez, nove e meio nem rola
 Meio ponto a ver, hum e morre um
 Meio certo não existe, truta, o ditado é comum
 Ser humano perfeito, não tem mesmo não
 Procurada viva ou morta a perfeição
 Errare humano est, grego ou troiano?
 Latim, tanto faz pra mim: "Fi" de baiano
 Mas se tiver calor, quentão no verão
 Cê quer dá um rolê no Capão daquele jeito
 Mas perde a linha fácil, veste a carapuça
 Esquece estes defeitos no seu jaco de camurça
 Jardim Rosana, Treze, Tremembé
 Santa Tereza, Valo Velho e Dom José
 Parque Chácara, Lídia, Vaz
 Fundão, muita treta pra Vinícius de Moraes
 Não adianta querer, tem que ser, tem que pá
 O mundo é diferente da ponte pra cá
 — Da ponte pra cá (2002), Racionais MC's,*

Lefèbvre (1991) e Jacobs (2000), desde meados do século XX, discutem teoricamente que a cidade é um produto social das relações humanas e elemento central na estruturação da sociedade. Henri Lefèbvre (1991, p. 98) destaca que o território urbano é a própria projeção da sociedade sobre o local, sendo assim o produto dos cidadãos que o compõe.

Sob essa ótica, o direito à cidade é essencial, sendo coletivo e primordial para a transformação urbana. No campo das estratégias para uma cidade segura e integrativa, a participação social e política é fundamental, representando todos os sujeitos que a habitam e estruturando a sua própria revolução na organização do mesmo (LEFÈBVRE, 1991).

Compreendendo a cidade como um produto da sociedade, Jane Jacobs (2000) aponta que as cidades são planejadas, majoritariamente, por homens, sendo esses brancos e de classe média-alta. Um dos fatores de enorme relevância para compreendermos as cidades como espaços não-igualitários está na ótica de que

estes mesmos homens não participam ativamente dos espaços de reprodução do cotidiano.

Assim, este capítulo apresentará a cidade de São Paulo sob a ótica do seu desenvolvimento, com foco na formação das periferias da Zona Sul. Observaremos que, a partir do planejamento e ocupação dos territórios, o direito à cidade pelas mulheres foi suprimido, alinhado às questões de classe, considerando que são trabalhadoras e trabalhadores, com grande maioria pertencente a população negra, como também uma parcela expressiva de migrantes. O planejamento urbano, que é pensado por homens, sistematicamente exclui os corpos subalternos (OLIVEIRA, 2021). Assim, observaremos que, por muito tempo, o direito à cidade foi cedido a poucos.

Refletindo sobre o feminino na periferia, considerando que o espaço é elemento fundamental na estruturação das sociedades, o espaço público reproduz e produz as construções sociais e históricas. Os papéis de gênero, consolidados a partir da estrutura patriarcal, reforçam valores que reduzem a ação feminina ao lugar do cuidado, da casa e dos filhos (MARIANO, 2005).

No entanto, mulheres são também historicamente subversoras da ocupação do espaço. Perrot (1995) aponta que as fronteiras e delimitações entre espaço público e privado são, ao longo da história, seguidas por fases fluidas, às vezes muito demarcadas e outras mais esfareladas. Assim, podemos considerar que nem todo espaço privado é destinado ao feminino, como nem todo público é masculino.

Essas reflexões são pertinentes para esta pesquisa. As mulheres de periferia, que se vêem um espaço que estruturalmente não acolhe as suas demandas como trabalhadoras, mães, estudantes, entre outras, se vêem em um cenário que a organização coletiva é a chave para a transformação. O entrelaçamento da vida familiar, comumente entendida como vida privada, e às lutas sociais, que compõem a vida pública, constituem as ações femininas para o desenvolvimento da luta por melhores condições vida e moradia (BLAY, 1994; NOVAES, 1999).

Em meio a desordem social que existe nas cidades, principalmente na periferia frente aos processos de urbanização acelerado e ausência de políticas públicas, a luta das mulheres pelo direito à cidade acontece por meio de movimentos

contestatórios ligados as atividades cotidianas (GOHN, 2005). A mulher, enquanto sujeito, se relaciona com o meio social de maneiras múltiplas, assim, além do privado, suas demandas tomam dimensões públicas e políticas. Dos diversos coletivos que existem nas periferias paulistanas, o coletivo “Nós, mulher da periferia” retrata um manifesto que aponta a pluralidade dos espaços femininos.

Somos maioria. Somos minoria. Pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena.

Somos aquela que, depois de 8h de trabalho e 4h no transporte público, — “Dá um passo mais pro fundo, colega”, que ainda passa a roupa e nina o bebê.

Mas mesmo assim arruma tempo para o lazer. A novela, a música, a dança, o livro, anestesia, faz sonhar, faz esquecer.

Somos quem tira a toalha molhada de cima da cama, e leva os copos para a cozinha. — “A janta tá pronta?”

Somos as mães que trabalham para as filhas estudarem. Somos as filhas que se formam na universidade para as mães voltarem para a escola.

Somos operárias, empreendedoras, manicures, jornalistas, costureiras, motoristas, advogadas.

Somos esposas, mães, irmãs, primas, tias, comadres, vizinhas.

Somos a menina que não pode brincar de bolinha de gude, nem de carrinho de rolimã.

Somos a irmã que cuida dos irmãos mais novos até a mãe voltar do serviço. E que lava a louça do almoço enquanto o irmão vai jogar bola.

Somos a novinha insegura que esconde que ainda tem vontade de pular amarelinha, e se produz pra impressionar no baile. E lá desce até o chão.

Somos aquela que, quando o cara pede, faz tudo o que ele quer. — “Piriguete, piranha, vaca, vadia, vagabunda, puta”.

Somos quem não pode andar sem acompanhante na rua à noite. Somos proibidas de frequentar os bares e botecos.

Somos aquela que não pode ter amizade com alguém de outro sexo. Somos aquela que é criticada por não ter marido.

Somos apontadas na rua ao buscar camisinha no posto de saúde (NÓS MULHERES DA PERIFERIA, 2014).

O trecho citado do manifesto deste coletivo voltado as pautas e demandas de mulheres da periferia expõe as experiencias múltiplas de mulheres e meninas periféricas, as quais se entrelaçam na trama social que envolve sexualidade, raça, pobreza e os papéis que são dados como naturais desde cedo. Assim, o espaço feminino na cidade, por tantas vezes reservado ao privado, também se entrelaça ao espaço público na busca por direitos.

Expostas algumas discussões que complexificam as relações materiais e imateriais na cidade, essa pesquisa busca entender os movimentos sociais e feminismos na periferia a partir da organização social União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, que atua há 35 anos na Zona Sul de São Paulo. A UPM tem como objetivo central iniciativas socioeducacionais voltadas a emancipação feminina, como também no pleno desenvolvimento social da comunidade periférica em que se insere.

1.1 O nascimento da quebrada: a formação da Zona Sul de São Paulo

As cidades são espaços que pulsam os saberes mais diversos e ordenados sob uma ótica que pode ser caótica em uma primeira análise, mas muito ordenada quando se põe uma lupa sobre as relações entre os sujeitos e os espaços. Assim, a cidade nos propicia um universo de aprofundamentos, os quais mudam organicamente de acordo com as estratégias de sobrevivência de quem ali ocupa.

A tecnologia, proveniente de revoluções industriais e digitais, cada vez mais ocupam esses espaços. A cidade, além de ser estruturalmente complexa, também se adapta a linguagem do consumo, seduzindo os sujeitos com televisores com propagandas no transporte coletivo, letreiros coloridos que ocupam os pontos de ônibus, reforçando ou produzindo necessidades que precisam ser satisfeitas individualmente ou em grupo.

A cidade de São Paulo, com sofisticados centros de poder financeiro, como a região das avenidas Faria Lima, Berrini e Avenida Paulista, expõe as transformações do espaço urbano. Atualmente, essas regiões existem pela especulação imobiliária que envolve bairros no anel central da cidade, no entanto, a história apresenta fases contrastantes à posição prestigiada cidade, estabelecida no século XX, considerando que os espaços geográficos são resultado e condição de processos sociais complexos da ação humana e da própria autonomia da estrutura, subordinada-subordinante (SANTOS, 1978).

Historicamente, o desenvolvimento da capital paulista foi promovido, em expressiva parte, por se encontrar estrategicamente no caminho entre os produtos produzidos na região de planalto e encaminhados para o Porto de Santos no litoral (GONÇALVES, 1994, p. 39). Arelada aos aspectos pós-coloniais, a São Paulo do

século XIX é, ainda, muito provinciana, considerada pouco prestigiada em comparação a outras capitais e de economia informal. O censo de 1872, aponta que a cidade tinha pouco mais de 30 mil habitantes. No mesmo período, a cidade do Rio de Janeiro já alcançava 240 mil habitantes, dominando o cultivo de café (IBGE, 1958).

O fim do século XIX e início do XX são marcados pela chegada de imigrantes estrangeiros na cidade. O Brasil, neste período, recebe mais 3,5 milhões imigrantes de nacionalidades diversas, como portugueses, espanhóis, italianos, alemães, japoneses, entre outros. Grande parte do fluxo da imigração acontecia em decorrência da economia cafeeira. Neste cenário, a historiografia destaca o estado de São Paulo como um dos principais destinos da população imigrante internacional. O desenvolvimento da economia do café levantava as bases para a indústria e comércio, alavancando o desenvolvimento urbano e produzindo novas profissões. A sociedade paulista via o crescimento de novas relações de produção e consumo (ROCHA, 2007).

Não é a intenção deste trabalho detalhar os processos migratórios para São Paulo. No entanto, entendemos como necessário o diálogo com os fenômenos sociais complexos da cidade e da radical transformação ocorrida em tempo acelerado. A população residente passou de 30 mil habitantes em 1872 para 880.000 em 1930, alterando a paisagem urbana. A entrada da população estrangeira simboliza a modernização do país, que acaba de sair de um regime monárquico e do longo período de trabalho escravo. Assim, a presença povos imigrantes, como os italianos e portugueses, oculta a pobreza do país e da metrópole paulista emergente (PAIVA, 2011).

Na década de 1950 o cenário é alterado. Se em 1920 a entrada de imigrantes estrangeiros era alta, com mais de 330 mil estrangeiros com entrada registrada no Estado de São Paulo, algumas décadas a frente esse fluxo diminui e os migrantes nacionais se tornam mais numerosos no estado. De acordo com o Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1,2 milhão migrantes nacionais entraram em São Paulo entre 1951 e 1960 (ÉSTER, 1977, p. 783).

Os nordestinos são a maioria nos números absolutos no movimento migratório para São Paulo. A economia do nordeste, que se baseava no açúcar, entrou em

declínio e estagnação, enquanto o sudeste e sul se estabilizavam economicamente. Na década de 1950, as diferenças entre São Paulo e nordeste eram altamente marcantes, aprofundando as problemáticas da desigualdade social. Assim, vir para São Paulo é, de certa maneira, a busca de uma solução para a população nordestina (FERRARI, 2005).

A população nordestina que vem para São Paulo fortemente a partir dos anos 1950 inicia a ocupação em anéis urbanos, avançando a periferia da cidade. Se antes os territórios ao redor da malha urbana eram ocupados por pequenos sítios e de forte economia rural, começamos a perceber a chegada de um novo contingente populacional que aos poucos dominará o território nas margens da cidade para poderem trabalhar nas indústrias (FONTES, 2008, p. 99).

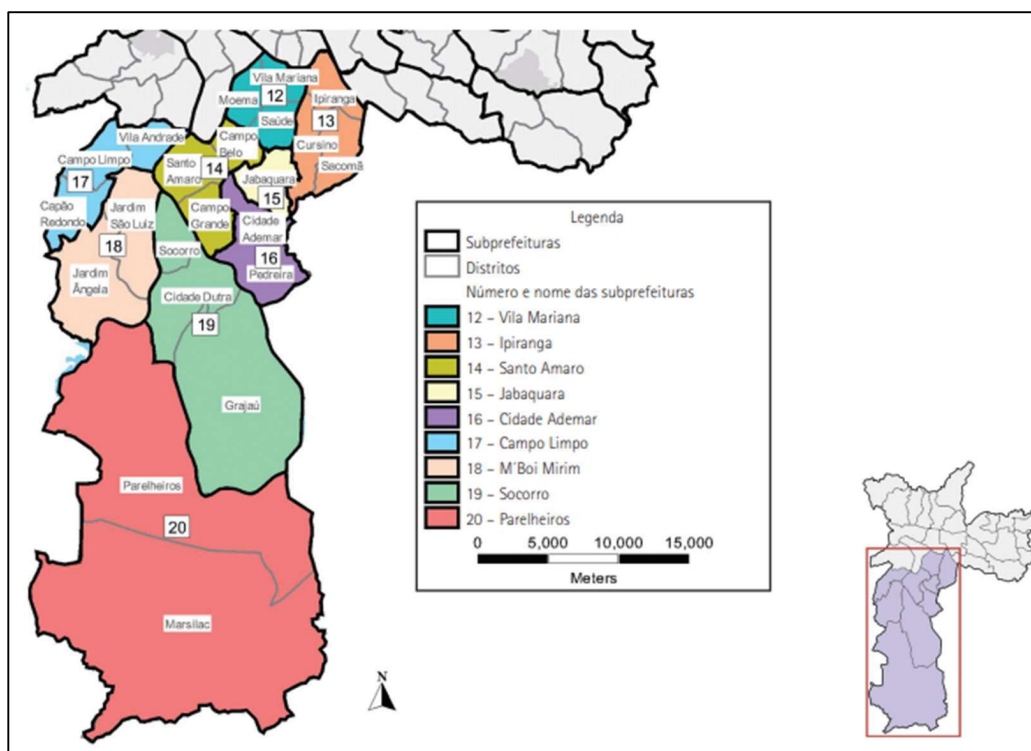
Enquanto os imigrantes estrangeiros ocupam áreas de bairros relativamente próximos ao centro, como o Bixiga, Brás e Mooca, os nordestinos e outros migrantes nacionais ocupam áreas distantes, como o extremo da Zona Leste e Santo Amaro, na Zona Sul da capital (FONTES, 2008). Neste cenário, a migração é ponto importante, no entanto, é necessário pontuar que, nos processos de interação dentro da sociedade, é necessário reconhecer que muitas vezes existem os “não lugares”. Nesse sentido, a população nordestina nos importa enquanto massa expressiva, mas não ignoramos que nas periferias, inclusive de São Paulo, eram também lugar da população negra pós-abolição (ROLINK, 1989; SOUZA, 2010).

Não existe homogeneidade nos territórios, principalmente sob a lente da imigração. As definições de uma determinada região ou bairro como tipicamente italiano, japonês, judeu ou nordestino são pobres em si. Não ignoramos que as identidades se formam sob as singularidades, no entanto, os espaços são híbridos (PAIVA, 1999, p. 14). Dessa maneira, de forma simplista, a cidade de São Paulo começa a se parecer mais com o que é hoje: densa, complexa, desigual e diversificada.

Refletindo sobre a Zona Sul de São Paulo, a mesma é dividida em duas categorizações: 1) Zona Sul 1, que corresponde a subprefeituras integrantes do centro expandido, absorvendo os distritos de Vila Mariana, Saúde, Moema, Ipiranga, Cursino, Sacomã, Jabaquara e Campo Belo; e 2) Zona Sul, que corresponde aos distritos fora

do centro expandido, sendo eles os distritos de Cidade Ademar, Pedreira, Campo Limpo, Capão Redondo, Vila Andrade, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros, Marsilac, Santo Amaro e Campo Grande.

Figura 1 – Município de São Paulo: subprefeitura da Zona Sul.



Fonte: Mapa da vulnerabilidade social da população da Cidade de São Paulo, 2017.

No processo histórico de urbanização de São Paulo, o desenvolvimento de Santo Amaro é o início do que podemos considerar como a Zona Sul. O território aqui analisado surge como um aldeamento indígena de Virapuera, pertencente a Capitania de São Vicente. Essas aldeias se estabelecem ali em função das catequeses realizadas pelos padres jesuítas, se tornando, posteriormente, um núcleo de povoamento fixo, “como Pinheiros, Ibirapuéra (Santo Amaro), Embú, Itapecerica, e outros, que hoje constituem bairros ou subúrbios de São Paulo” (BERARDI, 1969, p. 24).

No século XIX, a freguesia de Santo Amaro tinha poucas ruas e era cercada por chácaras, seguindo um marasmo que acompanhava a cidade de São Paulo. Berardi aponta que neste período, “São Paulo continuava um arraial perdido na boca do sertão” (BERARDI, 1969, p. 52). Em 1827, com a chegada de colonos alemães

nas terras de Santo Amaro, houve um aumento na produção de alimentos na freguesia. Uma década depois, forneciam para a capital todos os gêneros de primeira necessidade, além de madeiras para a construção de casas e móveis.

Os processos de imigração para o Brasil também fomentaram em Santo Amaro o estabelecimento de grupos ligados a religião adventista. Em 1915, onde hoje é o Capão Redondo, foi criado o Seminário Adventista, posteriormente chamado de Colégio Adventista Brasileiro e Instituto Adventista de Ensino (OLIVEIRA FILHO, 2004). A presença dos adventistas se tornará marcante com o desenvolvimento urbano da região.

Em 10 de julho de 1832, a freguesia de Santo Amaro é elevada a vila, se emancipando da municipalidade de São Paulo (BERARDI, 1969, p. 59). A decisão publicada por meio do decreto da Regência de D. Pedro II foi altamente comemorada pelos Santamarenses. Assim, a vila de Santo Amaro passaria por várias décadas de autonomia.

Em 1907, a empresa *São Paulo Light and Power* inicia na região a construção do reservatório da Guarapiranga, comumente chamado de “represa”. A Represa de Guarapiranga é elemento marcante para a região, compondo o circuito de abastecimento público de água, conjuntamente com o reservatório da Billings, construído em 1926. O fim da construção da Represa de Guarapiranga data de 1908, entregando para a região de São Paulo um lugar belo, cercado bosques, chamando a atenção da elite da época para a visita do espaço (JORGE, 2020).

Em relação as áreas de lazer no início do século XX, Santo Amaro representava a excelência das atividades de recreação. Segundo Caio Prado Junior, o povoamento desta área da Zona Sul ocorre por fatores econômicos e recreativos, considerando que favoreceu “o imenso lago que forma aí a barragem e represa construída como um suplemento de energia para o consumo da cidade” (PRADO JR., 1966, p. 135).

A construção da represa gerou entre as elites o interesse de ocupar os arredores do novo espaço, mesmo antes da sua finalização. Os anúncios em jornais eram recorrentes, promovendo a publicidade da área, que passava por uma certa valorização. Abaixo há um recorte do jornal O Estado de S. Paulo.

Figura 2 — Anúncio de residência em Santo Amaro



Fonte: O Estado de S. Paulo, 1939.

Nesse período, o processo de industrialização de São Paulo e Santo Amaro transformam os ambientes. Os rios, que já haviam sido alterados para a construção dos grandes lagos de abastecimento de água, agora também são foco nos processos de retificação. De acordo com Santos,

A retificação dos dois grandes rios da cidade é central nessa nova fase de industrialização paulistana, pois permitiu a incorporação de imensas áreas a atividade industrial e é nesse momento que entendemos a industrialização de Santo Amaro (2016, p. 176).

A localização de Santo Amaro está em área de várzea do rio Pinheiros. Houve a retificação dos rios, que propiciou a ocupação de novos lotes com o prolongamento de áreas aceitáveis a ocupação. Isso possibilitou que posteriormente as indústrias se alocassem. Durante todo o processo de alteração dos fluxos dos rios e o uso das terras de Santo Amaro para recreação, foi desenvolvida uma malha viária para atender a população que transitava entre as áreas verdes e a capital paulista. A estrada de Santo Amaro, hoje conhecida como Avenida Santo Amaro, era o que ligava a elite e seus automóveis à recreação disponível nesta região (SANTOS, 2016, p. 177).

Em 1935, Santo Amaro deixa de ser um município autônomo e novamente volta a ser parte integrante da cidade de São Paulo, sem um motivo declarado à população. Por meio de um decreto expedido pelo interventor Armando Sales de Oliveira, a capital paulista anexa o município santamarense como um bairro, permanecendo como um “subúrbio distante, tendo uma pronunciada função residencial, pois era considerado um lugar tranquilo, sossegado” (SANTOS, 2016, p. 177).

A expansão da cidade de São Paulo frente aos processos de urbanização e metropolização são essenciais para compreensão da situação das periferias da Zona Sul e os rumos tomados pelas políticas de desenvolvimento e urbanização da cidade. Durante três séculos, São Paulo atravessou o período colonial como um arraial comum, com produção de subsistência e sem aspecto urbano. É no século XIX, com a economia cafeeira, que o Sudeste se desenvolve com mais intensidade e cria-se uma rede urbana com capacidade de transporte, comércio e exportação de produtos, como o próprio café (BÓGUS; VERAS, 1991).

Na década de 1930, inicia-se o processo de industrialização, alterando os padrões de urbanização, que até então se consolidava a partir das relações e estruturas exigidas pela economia cafeeira. As indústrias se instalaram principalmente na região Sudeste, com foco em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (BÓGUS; VERAS, 1991).

Neste período, a cidade de São Paulo se torna o centro econômico do país, atraindo enorme fluxo migratório de indivíduos motivados ao trabalho na área industrial. O Nordeste, que atravessava grandes dificuldades devido à seca no sertão, é um exemplo de precariedade que se impõe sobre as vidas e que moviam as pessoas a busca de melhores condições (BAENINGER, 2011).

O sossego que pairava nas residências da elite e nos recantos de recreação de Santo Amaro começa a ceder espaço as primeiras fábricas, virando um espaço marcado por funções residenciais, industriais e agrícolas. Em 1945, inicia-se o processo de industrialização do bairro de Santo Amaro. Se propiciava condições adequadas as instalações industriais, com facilidade de transporte, já que existiam vias terrestres de acesso à área central da cidade e trilhos para transporte da produção, bem como abundância de água e possibilidade de escoamento de detritos.

Abandonando as características das freguesias e vilas que rodeavam a cidade, como Santo Amaro, compreendemos que o processo de urbanização brasileiro seguiu os ideais de modernização que visavam superar as estruturas muito ligadas a economia agroexportadora. Para tal, a indústria era o meio possível na busca de modernização do país (MARICATO, 2011, p. 15).

O movimento de ocupação do território urbano se intensifica na segunda metade do século XX, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. Maricato aponta que, em 1940, a população urbana era de 26,3% do total e, em 2000, essa população sobe para 81,2%. O processo de construção das cidades não atendeu as necessidades básicas de moradia, transporte e saúde, mas de alguma maneira improvisada, 138 milhões de pessoas habitam as cidades brasileiras (MARICATO, 2011, p. 16). Em São Paulo, na década de 1940, a população estimada pelo censo era de 1.326.261 habitantes.

A partir da década de 1950, um fluxo de migrantes nacionais, principalmente nordestinos, chega à Zona Sul de São Paulo, atraídos pelo processo de industrialização da região. As dinâmicas de ocupação do espaço marcam, até os dias atuais, o uso do espaço de maneira desordenada e distante do poder público. Uma grande massa é atraída para Santo Amaro, que já vê a consolidação de um parque industrial e na produção de bairros-dormitórios, que vão se desmembrar, ao longo dos anos, nos bairros do Jardim Ângela, Capão Redondo, Campo Limpo, entre outros. (SANTOS, 2016, p. 179). O processo de industrialização fomentado por políticas públicas tem íntima relação com a estruturação da metrópole paulista.

O processo de metropolização de São Paulo, que é a ocupação contínua dos espaços da cidade até seus extremos, pode ser identificado a partir da descentralização de dois aspectos sociais, sendo eles 1) das suas atividades industriais, que eram alocadas no município de São Paulo e 2) das habitações da população de baixa renda. Esse último aspecto é um processo marcante nas metrópoles, definido como “metropolização da pobreza” e “periferização” (BÓGUS; VERAS, 1991). Santos aponta que “a metropolização envolve mudanças concretas nas formas de reprodução da vida e nas mediações através das quais a sociabilidade se processa” (SANTOS, 2016, p. 180).

De 1930 até 1950, na cidade de São Paulo, a ocupação e produção do espaço urbano se expande a partir dos lotes “clandestinos” e “ilegais”, fugindo das regulamentações do poder público. Essas novas moradias, dentro dos limites do município, tinham características muito próprias e formavam um “padrão periférico” de construção e expansão da cidade. Esse padrão de expansão da cidade se alicerçou em três fatores, como 1) o Plano de Avenidas de Prestes Maia; 2) a substituição das

linhas de bondes por ônibus; e 3) a crise da Lei do Inquilinato de 1942 (KOWARICK, 2009, p. 164).

O Plano de Avenida do engenheiro Francisco Prestes Maia, implantado de 1939, alterou o sistema viário da capital paulista, produzindo mudanças em São Paulo que são visíveis na atualidade. A cidade se expandia de forma rápida nos setores econômicos e demográficos (KOWARICK, 2009). O projeto urbanístico para a capital se inspirava nas cidades europeias e norte americanas, considerando que Prestes Maia não compreendia São Paulo como um espaço interessante e bonito, afirmando que a cidade tinha aspectos sombrios, “atrasados” e com características provincianas (CARPINTÉRO, 2013).

A ideia consistia em transformar São Paulo nos moldes franceses, com seus bairros planejados, ao mesmo tempo que se considera também a construção de arranha-céus, semelhantes as cidades norte-americanas verticalizadas, como Nova Iorque e Chicago (NOTO, 2019). Esses processos de transformação da cidade ignoravam os populares e não redesenharam a cidade para que mulheres e homens da classe trabalhadora tivessem acesso à serviços públicos.

Em relação a malha de transporte na capital paulista, o Plano de Avenida previa a substituição dos bondes por linhas urbanas de ônibus, possibilitando o trânsito rápido até ocupações periféricas da cidade. Associada as recentes linhas de ônibus, as novas avenidas construídas ligavam o centro e a periferia, marcando o que seria a relação de segregação entre o centro e as áreas periféricas, marcadamente ocupada pelas classes trabalhadoras (SOUSA, 2016, p. 79).

Rafael Lopes de Sousa, no texto “Segregação e Conflito na cidade de São Paulo: A disputa pelo espaço urbano”, analisa que o Plano de Avenidas da administração de Prestes Maia evidencia as exigências das elites paulistanas da época, as quais receberam incentivo do poder público. A população pobre é obrigada a reorganizar suas moradias nas partes mais distantes da cidade, conseguindo chegar no emprego devido as avenidas construídas no plano, que ligavam o subúrbio ao centro (SOUSA, 2016, p. 79).

Neste mesmo período, estes arranjos habitacionais das classes do trabalho foram atravessados pela crise decorrente do final da 2ª Segunda Guerra mundial.

Associada a conjuntura global, em 1942, se alastra a crise de habitação, marcadamente expressa no aumento dos valores dos aluguéis. Neste cenário, é decretada a Lei do Inquilinato, que congelava os valores dos aluguéis a partir de dezembro de 1941.

As consequências da Lei do Inquilinato no processo habitacional são profundas. O congelamento dos aluguéis torna a construção de novas habitações um investimento sem garantias. Antes da mesma, construir casas na cidade de São Paulo era uma forma rentável e interessante para a iniciativa privada, porque grande maioria da classe média e trabalhadora era inquilina (BONDUKI, 1994, p. 720).

Esta lei, na prática, tornou os valores dos aluguéis mais caros para quem entrava no imóvel após a data de congelamento e tornava a situação um pouco mais favorável apenas para os indivíduos que já estavam dentro da moradia alugada. Na cidade de São Paulo, com o enfraquecimento do mercado de aluguéis, a população é ainda mais incentivada a ir para as áreas periféricas, ocupando lotes distantes e, na grande maioria das vezes, irregulares (KOWARICK, 2009; BONDUKI, 1994).

Como manobra dos locatários para que o prejuízo financeiro seja freado, eles começaram a realizar despejos e ameaças. Os despejos se intensificaram no período dos pós-guerra, “quando se tornou quase impossível encontrar uma moradia por aluguel que fosse compatível com o salário recebido pela população de baixos rendimentos”, considerando que os novos aluguéis estavam com preços altíssimos em decorrência da escassez (BONDUKI, 1994, p. 722).

Esse período de desenvolvimento da cidade de São Paulo é marcado por um padrão de segregação que retira as pessoas das áreas centrais e dos centros expandidos, levando-as a ocupação de lotes distantes, que as afastam do centro, que representa a modernidade. Segundo Villaça

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão (2001, p. 143).

Essas práticas de modernização e segregação produziram espaços muito característicos, marcados pelo capitalismo periférico (MARICATO, 1996, p. 32). Modernização, nos moldes dos países da periferia capitalista, pode significar o

distanciamento das classes pobres e trabalhadoras dos espaços de produção de cultura e riquezas, ainda mais analisando o intenso fluxo de migrantes pobres que vêm para a região sudeste buscando escapar da miséria. Assim, essas ideais de progresso e modernização vão expandindo a cidade até 1980 (SOUSA, 2016, p. 81).

Nos anos de 1950, os distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela, Campo Limpo, Jardim São Luís e Vila Andrade contavam com 23.000 habitantes. Já na década de 1970, esse número chegou a cerca de 245.000 (PREFEITURA DE SP, 2022). A partir de um depoimento de morador, é possível perceber que a disposição das casas ocupava terrenos grandes e entre eles existiam espaços de terra vazios.

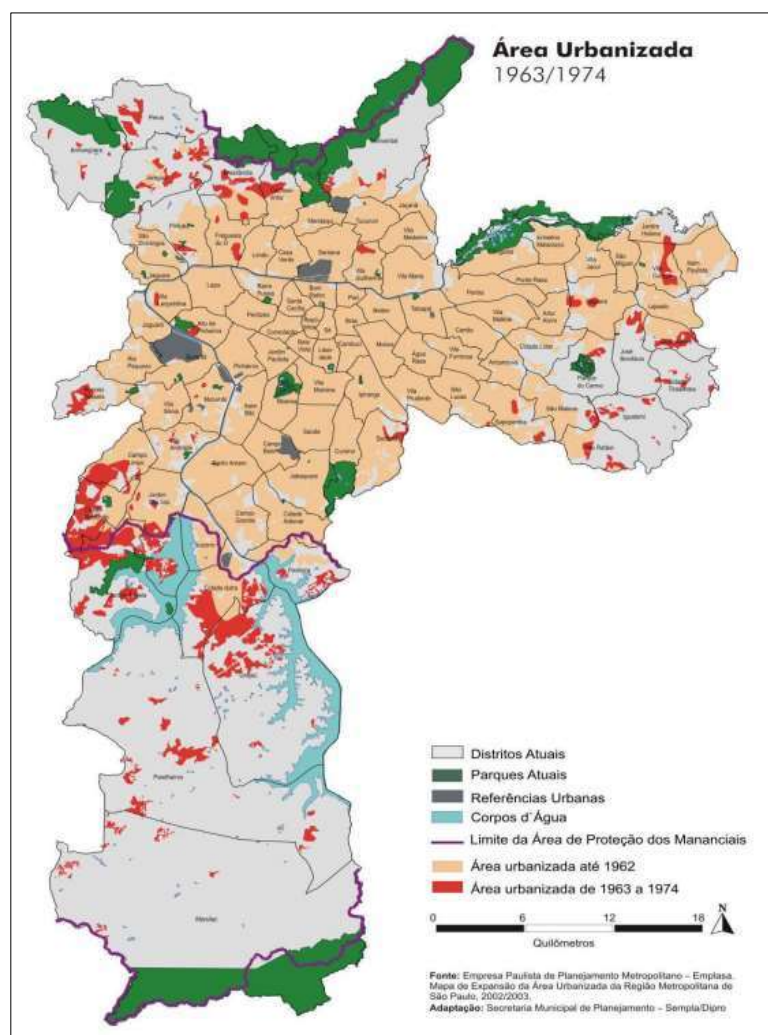
Nos anos 1950, da Vila das Belezas até o colégio [adventista, no Capão Redondo] —uns 6 quilômetros, mais ou menos—, a gente contava nos dedos das mãos as casas que existiam tanto de um lado, quanto de outro. E a transformação foi muito rápida demais — Edgardo, morador da região (CAPÃO REDONDO, 2006).

A casa própria é necessidade básica para o povo. Assim, buscar uma solução para o problema da moradia é a saída para essa população que se vê cercada por todos os lados. O início da ocupação das áreas mais distantes da Zona Sul data meados do século XX. No depoimento de Pedro Ricardo de Alencar, retirado do documentário “Capão Redondo: Sintonia da Quebrada”, podemos perceber que o início da ocupação da região contou com a organização popular dos próprios moradores, sendo eles novos e antigos,

Eu sai de lá do Ceará com dois filhos e eu vim morar no Capão Redondo. Nós morava 12 pessoas numa casa com dois cômodos, pagava aluguel... Foi quando eu vim primeiro no Jardim Comercial, quando eu ocupei essa área, um terreno, e construí uma casinha de dois cômodos. Se chamava “barraco” nessa época. Mas era tudo que eu tinha na vida. Nessa área aqui do colégio adventista era uma mata muito grande que tinha fazenda de gado, tinha horta, tinha tudo. E essa área aqui era mata, muito grande. E a gente se organizou... os mutirão... as famílias, e conseguimos com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura nós começamos a pegar esses terrenos pra fazer nossas casas (CAPÃO REDONDO, 2006).

O depoimento acima evidencia a organização coletiva da população que ocupa a periferia sul da cidade, que é marcada pelo migrante e pelo apoio mútuo que há entre esses grupos, além da participação do poder público em intermediar a compra de terrenos. O mapa abaixo apresenta a grande ocupação na região de Santo Amaro, Campo Limpo e Capão Redondo. Em comparação a outras regiões da cidade de São Paulo, a Zona Sul possui a maior concentração de área urbana na capital entre 1963 e 1974.

Figura 3 — Mapa da área urbanizada de São Paulo (1963–1974)



Fonte: MONTEIRO, 2015, p. 55.

O preço da terra na capital paulista aumentou, em média, 150% do seu valor entre os anos 1950 e 1980, levando as famílias pobres, que atravessavam dificuldades financeiras gigantes, a habitarem as regiões da Represa de Guarapiranga e os arredores da região de Campo Limpo, ainda carentes de saneamento básico e com valores acessíveis a essa camada da população (KOWARICK, 2009). Nesse sentido, se consolida na Zona Sul uma ocupação por massas desfavorecidas, majoritariamente formada pela população negra e nordestina.

O trabalhador urbano tem na moradia a base para subsistência, se configurando como um espaço que propicia segurança e abrigo para a família do proletariado. A classe operária via nos cortiços a saída relativamente adequada de

moradia, porém, com a falta de demanda de atendimento desse tipo de abrigo e as reduções e limitações desse tipo de moradia, a ideologia da casa própria se propaga entre as classes do trabalho (GAMA, 2009, p. 139). Segundo Nabil Bonduki (1998), o crescimento de São Paulo a partir das suas margens acontecia diante de uma tríade de fatores, sendo eles a autoconstrução, os loteamentos irregulares e casa própria.

As frases “meu sonho é ter uma casa” ou “é preciso escapar do aluguel” é repetida milhares de vezes por sujeitos e sujeitas que estão como inquilinos em alguma residência (KOWARICK, 2009, p. 212). Gama aponta que a ideologia da casa própria foi instigada pelo Estado brasileiro. O sujeito que “conseguisse” sua casa própria, teria uma espécie de ascensão social, acessando novas realizações da vida pública (GAMA, 2009, p. 139). No aspecto simbólico, a casa possui um conjunto de signos que representam, para o trabalhador, aspectos altamente positivos na vida social. A casa própria adquirida por trabalhadores e trabalhadoras significa uma “evolução” e inserção social (CASTELLS, 1983, p. 225).

Se pensarmos sob a perspectiva do gênero, a casa tem significados ainda mais profundo para as mulheres. A casa representa a segurança frente as dificuldades de “morar de favor” ou mesmo na rua. A ameaça constante dos corpos femininos não é fator único na construção da relação com a moradia. Por serem designadas a função de cuidadoras, seja de crianças, de adultos ou de idosos, a casa significa além da mercadoria, é o espaço essencial para a proteção de si e dos seus dependentes. No entanto, na relação entre moradia e espaço urbano, a mulher é figura majoritária no espaço doméstico, cotidianamente presentes, mas isso não significa que ela esteja em uma posição privilegiada do poder ou que a casa seja seu espaço de poder (HELENE, 2019).

Considerando os ideais do modo de produção capitalista e do patriarcado, a casa própria funciona também como um patrimônio, propiciando que o trabalhador possua bens capitalizados. Portanto, encontra-se nessa maneira a solução para problemas de moradias em municípios e zonas industriais, como Santo Amaro, na Zona Sul da Cidade de São Paulo, pois vende-se terrenos nas periferias, estimulando a mercantilização da terra urbana (GAMA, 2009, p. 139).

Todo esse simbolismo que existe na conquista da casa própria pelos trabalhadores e trabalhadoras é gerado pelas dificuldades e desafios da vida nas cidades industriais. As tribulações da vida dos sujeitos no seio do meio urbano aumentam à medida que os municípios criam os centros urbanos. Consequentemente, analisando sob os aspectos das políticas de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, os loteamentos periféricos começam a surgir (GAMA, 2009, p, 140).

Segundo Castells, “a ideologia dos loteamentos exalta a sabedoria, a segurança, o aconchego, a clausura e o retiro”, em contrapartida “a ideologia da cidade exalta o orgulho consumista da elite, que se tornou dona do espaço” (1983, p. 209). A moradia na periferia se tornou o espaço dos trabalhadores, que se viam em uma situação um pouco mais adequada frente aos valores da vida urbana em espaços designados como centrais e da elite. Os lotes com preços baixos se configuraram como uma saída eficaz para solucionar os problemas de moradia (GAMA, 2009, p. 142).

Neste cenário de idealização da casa própria e de formação da modernidade, Lucio Kowarick aponta que, desde 1940, a autoconstrução é uma realidade comum e que se apresenta eficiente e barata para as classes trabalhadoras. Um trabalhador consegue comprar um terreno e constrói sua casa por conta própria, utilizando seus dias de folga e ajuda de parentes e vizinhos, com plena consciência que a cooperação será retribuída no momento que os amigos e parentes precisarem também ser apoiados na construção das suas residências, inclusive com a troca de saberes que é essencial nesta situação (KOWARICK, 2019, p. 165).

Figura 4 — As casas autoconstruídas na periferia de São Paulo



Fonte: Autoria própria.

O processo de autoconstrução das residências é a marca das periferias, porém, não se torna menos árdua e demorada a construção. Kowarick aponta que

As tarefas envolvem acentuado esforço físico que, no mais das vezes, é realizada nos fins de semana. Longo, porque, segundo pesquisa realizada no final da década de 1970, a maioria das casas não está pronta depois de decorridos mais de dez anos de trabalho na sua construção: na época, 70% dos entrevistados consideravam sua habitação ainda não concluída e mesmo 57% daquelas que a iniciaram nos anos 1950 achavam que ainda estava inacabada (2009, p. 167).

É notável a situação desgastante para o trabalhador e morador da periferia. Construir a própria residência, no entanto, frente as demais alternativas possíveis, deixa de gerar gastos assim que concluída. Também se pontua que existe a expectativa da valorização da residência com a chega de serviços públicos, representando “um pecúlio que uma família pobre dificilmente conseguiria obter se permanecesse na condição de inquilino” (KOWARICK, 2009, p. 212). Bonduki aponta que a autoconstrução:

É a possibilidade concreta de se entesourar, acumular [...]. Representa também a garantia de morar a média prazo praticamente a custo zero,

aspecto fundamental se considerarmos que o dispêndio com a moradia de aluguel pesa enormemente [...]. Significa, por fim, a possibilidade de amoldar a casa aos desejos da família, incorporando trabalho e recursos que se cristalizam num bem que se valoriza inteiramente em favor do morador proprietário (BONDUKI, 1986, p. 323 apud KOWARICK, 2019, p. 217).

Na produção da residência, a autoconstrução produz moradias com estratégias próprias, porque são construídas a partir da combinação de vários fatores, como o tamanho do terreno, na rede de apoio familiar, na capacidade produtiva de cada membro da família e da capacidade de poupança familiar. Nesse sentido, os cômodos das casas vão sendo construídos de acordo com a necessidade-disponibilidade do imóvel (KOWARICK, 2019, p. 169).

O planejamento das casas segue o universo simbólico de origem nordestina através da valorização da família como unidade de produção e reprodução da vida. Compreende-se uma representação espacial que acolhe os familiares, criando um espaço de 2 ou 3 cômodos em média, que forma um lar.

Estima-se que metade das residências da cidade de São Paulo e região metropolitana sejam erguidas por meio da autoconstrução. Longe dos ideais de modernidade que se moldavam no centro expandido da cidade, os trabalhadores e trabalhadoras buscavam soluções para os problemas de moradia. Segundo Bonduki, “a opção pela casa própria ocorre em um quadro de alternativas habitacionais bastante estreito”, porque “a maioria [dos integrantes das classes do trabalho] não tem condições de pagar os juros de mercado, faz com que favelas, cortiços ou aluguel de uma casa na periferia sejam outras únicas possibilidades” (BONDUKI, 2011, p. 170).

Kowarick afirma que os anos 1980 e 1990, apesar da grave crise econômica que o país atravessou, “consubstanciou-se em uma década positiva quanto à condição da moradia” (2019, p. 218). Os grupos carentes de proteção social, que são os pobres, conseguem enfrentar momentos de crise com mais tranquilidade de alojados em uma moradia própria, sem mais custos além aqueles despendidos na alimentação, saúde e transporte.

Construir a própria moradia é expressão da ausência do Estado em políticas públicas de moradia. O período de 1940 até 1980, marcado pelo dualismo entre centro e periferia, produz nas margens da cidade um processo de autogerenciamento, demonstrando que o poder público transfere as responsabilidades de solucionar as

questões de moradia para os próprios moradores das regiões afastadas do centro (BONDUKI, 1994).

A produção audiovisual sobre a história da Zona Sul apresenta riquíssimo material com depoimentos e relatos de ocupação da região. A partir do documentário “Memórias do Bairro — Bairros do Capão Redondo” (2017), dirigido por Anderson Silva, é possível identificar o processo de ocupação do espaço urbano a partir dos próprios moradores. No depoimento de um morador, é possível perceber que a região além de Santo Amaro, como o bairro do Capão Redondo, recebeu um contingente enorme, transformando a região de maneira rápida e desordenada.

Quando eu cheguei nessa região aqui [Capão Redondo], era tudo mato, ali embaixo tinha um corrégozinho, hoje canalizou o corrégozinho, está por baixo do chão. E aí é onde eu moro e mora também centenas de pessoas — Crispim, morador da região (MEMORIAS DO BAIRRO, 2017).

A cidade cresceu desordenada e em ritmo acelerado. A preocupação da gestão pública não estava voltada a ocupação de qualidade das margens da cidade, assim, evidencia-se novamente que muitas dessas famílias se autogerenciaram quanto a ocupação dos espaços e construção das moradias. A grande preocupação do poder público girava em torno de viabilizar meios para que a população chegasse nas áreas centrais e não abandonassem seus postos de trabalho (SOUSA, 2016, p. 81).

O crescimento urbano aconteceu pelos moldes da exclusão social, afastando cada vez mais a classe trabalhadora para morros e áreas de várzea. Frente a esse processo de exclusão e segregação, nos anos 1980, começa-se a conhecer o fenômeno do movimento Hip-Hop, que coopta nos jovens o discurso da denúncia e reivindicação.

Empurrados constante e indefinidamente para longe dos serviços de primeira necessidade: saúde, educação, transporte e saneamento básico, os pobres, criaram alternativas diversas de convivência para os seus territórios. Assim, na ausência ou mesmo escassez de parques, praças, clubes para diversão, eles, inspiradamente, recorrem às tradições de seus antepassados e resgatam a ideia sociabilizadora de “terreiros de samba”, “casas de bailes”, e, numa perspectiva de renovação e ampliação desses princípios integradores, organizam e elegeram os “galpões” e “barracões” para compartilhar as experiências comuns das comunidades periféricas (SOUSA, 2016, p. 83).

Essas experiências comuns que são compartilhadas entre os moradores da periferia começam a ser expressas fortemente por meio do movimento Hip-Hop¹, que promove letras de *rap* com forte tom de denúncia e exposição da realidade dos moradores de todas as periferias brasileiras.

Na Zona Sul de São Paulo, há o grupo Racionais MC's, que são considerados referência entre a população jovem desde o final do século XX até os dias atuais. As letras anunciam os desafios de morar “da ponte pra cá”, como anuncia a canção que apresenta a Ponte João Dias², demonstrando que existe uma divisão geográfica e simbólica entre a “cidade de lá” e a “cidade de cá”.

O *rap*, que busca as referências históricas e culturais e se preocupa com as tradições e costumes população, persevera no uso das memórias culturais (SOUSA, 2016, p. 85). Os jovens que viram no *rap* uma forma de amplificar suas vozes são pertencentes as camadas populares e trabalhadoras, diretamente ligados aos migrantes pobres que atravessaram diversas humilhações (SOUSA, 2016, p. 86).

O Brasil produziu ocultamentos da população negra, principalmente no contexto escravocrata e, posteriormente, para ocultar a pobreza por meio de grupos que migram para o país, como os italianos. Se a identidade de pessoas escravizadas estava no campo do “não ser”, os Racionais MC's vão no oposto disso. Segundo Tiaraju D'andrea, “o mecanismo operado pelos Racionais e pelo movimento cultural que o acompanha fez o percurso inverso: ao realçar o orgulho e a beleza do negro contribuiu para o orgulho do periférico” (DANDREA, 2013, p. 141).

O que acontece nos anos 1990 é o surgimento de uma identidade da periferia, que é contraditória, cheia de símbolos e contornos singulares, mas inicia um processo

¹ O Hip Hop é constituído por 4 elementos básicos: 1) o DJ e o MC; 2) O *rap*, que é a junção das palavras *rhythm and poetry* (ritmo e poesia), sendo a arte produzido pelo DJ ou pelo MC; 3) O *break*, que é uma forma de dança; e 4) O Grafite, que incorpora a arte de rua dentro no movimento Hip Hop. O movimento surge nos Estados Unidos, em Nova Iorque, no bairro do Bronx, em 1970. No Brasil, o Hip Hop tem seu início nos anos 1980 nos bailes *black*, como um novo tipo de música norte americana que era muito mais falada do que cantada. O estilo *gangsta rap*, que faz parte do movimento Hip Hop, denuncia a violência urbana, o tráfico de drogas, os abusos e violência policial, como também a exclusão social que acontece nas periferias (FELIX, 2005).

² A Ponte João Dias sobrepõe o Rio Pinheiros, conectando a região do Jardim São Luiz, Capão Redondo e Campo Limpo à Santo Amaro e vias de transporte importantes, como a Marginal do Rio Pinheiros. Essa ponte, no imaginário simbólico dos moradores da região, é a divisão entre a “cidade” e o “bairro”. Quando estamos voltando para a casa e atravessamos a Ponte João Dias, sabemos que estamos perto de casa. Ao contrário, sabemos que estamos mais perto de áreas elitizadas da cidade.

de reconhecimento das mazelas e orienta-se para uma situação com positividade. De acordo com Sousa,

apesar de estarem permanentemente prontos para a guerra cotidiana que é viver na periferia, eles ainda encontram espaço para manifestar esperança e otimismo de superar essa situação adversa (SOUSA, 2016, p. 10).

Nesse mesmo período, a Zona Sul de São Paulo perdeu suas características industriais. A formação da cidade não é linear, mas pautada em rupturas, permanências e contradições. Assim, a região de Santo Amaro agora tinha atravessado um processo de desindustrialização, acompanhando o fluxo da cidade de São Paulo, que desconcentra as indústrias (realoca no espaço urbano para áreas mais distantes) e centraliza a gestão de empresas. Começa-se um novo processo de ocupação do espaço, ligado à prestação de serviços. Grandes empresas vão se tornando *shoppings centers*, ancorando o comércio, grandes condomínios são construídos em terrenos que eram de indústrias e antigas fábricas são reformadas para se tornarem espaços educacionais, como o Campus Adolfo Pinheiro da Universidade Santo Amaro (SANTOS, 2016, p. 190).

A mobilidade urbana também passou por transformações. Até final do século XX, a Zona Sul era basicamente atendida por linhas de ônibus e com ausência de transporte por trilhos. Existia apenas a Linha Celeste (atualmente linha Esmeralda) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), adaptada nos trilhos da empresa Estradas de Ferro Sorocaba, construídos em 1957, na várzea do rio Pinheiros.

De acordo com os dados demográficos disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo, a Zona Sul de São Paulo pode ser considerada, em termos de extensão, a maior de São Paulo, com 607 km². A Zona Leste, em comparação, possui 387 km² (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022). Assim, compreendendo a extensão da área, nosso foco está nos bairros ao lado esquerdo do Reservatório da Guarapiranga, considerando o fato de que o objeto de estudo deste trabalho se concentra nos bairros do Campo Limpo e Capão Redondo.

Assim, os aspectos de mobilidade urbana dos bairros atendidos nesse recorte da Zona Sul sofreram também transformações. A desorganização e ausência de políticas públicas durante o século XX foi medianamente contornada nas últimas duas

décadas. O primeiro terminal urbano de transporte coletivo municipal, o Terminal Santo Amaro, foi inaugurado em 1987. Quase 10 anos após, em 1996, a prefeitura entrega o Terminal João Dias, posteriormente o Terminal Capelinha em 1998, Terminal Jardim Ângela em 2003, Terminal Guarapiranga em 2004 e Terminal Campo Limpo em 2009.

A linha 5 Lilás de metrô, gerida pela concessionária ViaMobilidade, também pode ser considerada como um dos marcos históricos nas reivindicações de melhorias na mobilidade urbana na periferia sul de São Paulo. Atualmente, a linha liga o bairro do Capão Redondo até a Chácara Klabin, com 17 estações. Em 2002 foi inaugurada a primeira etapa do projeto, que ligava o Capão Redondo a Santo Amaro. Apenas em 2017 foi entregue a população o trecho completo, que iria até a estação Chácara Klabin.

A ampliação do metrô proporcionou a valorização da região, incentivando o comércio e a construção de novos empreendimentos. Colado na estação Campo Limpo, existe o *shopping* com o mesmo nome, que pode ser considerado como uma área de passeio para a população dos bairros do Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz. Inaugurado em 2005, é o único *shopping center* da região e tornou a área ao redor como “nobre”. A presença desse centro de compras impulsionou a construção de condomínios e valorizou outros que já existiam. A região ao redor foi moldada pela presença dele.

A chegada do *shopping* pode apontar que o cenário dualista da metrópole, que podia ser sustentado até meados dos anos 1970, “mas certamente não consegue dar conta dos processos recentes, marcados por centros e periferias no plural, nuances e lugares de transição e áreas mistas” (MARQUES, 2014, p. 25). As transformações das décadas tiveram efeito sob a segregação residencial. Se antes havia o sonho da casa própria em um espaço possível de produção de patrimônio pela classe trabalhadora, a partir dos anos 2000 é possível detectar nas áreas periféricas a heterogeneidade (MARQUES, 2014, p. 27).

A lógica dualista entre centro e periferia cede espaço para a fluidez nos espaços, criando um território que, além de representar a falta, demonstra também o acúmulo. Caldeira (2003) afirma que este padrão, que de um lado estão as áreas

centrais, reservadas as classes médias e altas e, do outro, a periferia, destinadas as classes do trabalho, está sendo substituído por um modelo fracionado de espaço, que gera segregação e desigualdade.

Desde os 1980, tanto o município de São Paulo, quanto a região metropolitana³ da cidade, apresentam aproximações entre grupos que são socialmente e economicamente distintos, como a classe média e a classe baixa, porém, divididos entre muros.

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados, monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto (CALDEIRA, 2003, p. 211).

Sendo visível sob diversas perspectivas, os condomínios fechados surgem na periferia modificando a configuração do espaço. Na cidade de São Paulo, é possível exemplificar o padrão de segregação a partir do distrito da Vila Andrade. Observa-se que neste recorte urbano, há favelas coladas nos muros enormes de condomínios luxuosos do Morumbi (D’TTAVIANO, 2008). Esse encontro de fronteiras foi registrado em 2004 pelo fotógrafo Tuca Vieira.

³ Para aprofundamento da questão, sugerimos a obra de Teresa Pires do Rio Caldeira (2003, 1997). A autora aponta que a partir dos anos 1980 a área metropolitana de São Paulo altera a lógica centro-periferia e cria espaços segregados nas periferias através de muros e enclaves fortificados.

Figura 5 — Paisagem urbana: Favela do Paraisópolis (Vila Andrade) e Morumbi (SP)



Fonte: VIEIRA, 2004.

Esta imagem apresenta a fronteira da Favela do Paraisópolis com o Bairro do Morumbi, um dos bairros mais luxuosos de São Paulo. O avanço dessas casas autoconstruídas tem tensionado as relações entre esses ocupantes do espaço urbano, o que não deixa de ser curioso quando se verifica que uma parcela significativa das moradoras da favela são trabalhadoras domésticas nas luxuosas casas.

A subversão da lógica entre periferia e centro pode ser identificada como o novo modelo de ocupação do espaço sob ordem da geografia do capitalismo. A cidade contemporânea se organiza na fragmentação, assim, analisá-la “em si mesma” acabará ignorando as segmentações que ocorrem nas dinâmicas. Essa transformação ao longo das décadas aponta para o fato de as periferias serem espaços singulares, contrastando as desigualdades com os acúmulos, a exploração com o desenvolvimento.

Assim, percebe-se que a periferia é um espaço histórico-social e geográfico de amplas análises e vivências. A Zona Sul de São Paulo cede suas áreas rurais à modernização, que altera, corta, retifica e amplia. A fluidez da cidade fica exposta como um alvo para os olhares acadêmicos.

1.2 A construção dos saberes intelectuais sobre a periferia

Periferia é, desde as últimas décadas, um assunto em crescente demanda, configurado como estudo em expansão nos debates e reflexões no Brasil. É um termo que ganhou contornos e sentidos diversos, de acordo com as áreas e campos que lançam mão da concepção (D'ANDREA, 2013, p. 49). Nesse sentido, este subcapítulo tem como propósito discorrer sobre o termo, indo além: criando um panorama de narrativas e usos, de acordo com os estudos de desenvolvimento urbano no Brasil.

As discussões em torno da ideia de periferia e suas complexidades, apesar de recente expansão, podem ser resgatadas desde o século XIX. No texto “A Periferia Urbana” (1986), de Roberto Lobato Correa, o professor expõe que Vladimir Lenin (1870–1924) pauta a discussão em “O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, escrito em 1899. Neste trabalho, Lenin discorre sobre as mudanças que o campesinato atravessa frente as questões impostas pelo capitalismo, avaliando que as periferias das grandes cidades emergentes acolhem a classe campestre e se torna um campo periurbano, atendendo as necessidades da cidade (CORREA, 1986).

O processo de metropolização, que acompanha a intensa urbanização ocorrida no século XX, principalmente em países considerados como subdesenvolvidos, altera a lógica da ocupação dos espaços urbanos e rurais e os integram a partir de uma cidade-núcleo. Segundo Correa,

No século XX com a expansão urbana, sobretudo com o processo de metropolização, a transformação do campo periurbano, originando primeiramente uma periferia rural-urbana e, após, subúrbios integrados ao espaço urbano adquiriu enorme magnitude. Surgem então numerosos estudos que procuram captar uma ou várias facetas do processo de produção da periferia urbana (1986, p. 71).

Nos estudos nacionais, o conceito de periferia foi disputado por diversos setores da academia brasileira. Como um importante marco para as discussões acadêmicas sobre periferias no Brasil, consideramos iniciar nosso panorama com a consolidação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Em 1969, vários intelectuais liderados por Fernando Henrique Cardoso, como Candido Proença e Paul Singer, fundam o CEBRAP, buscando novas perspectivas de interpretação da realidade brasileira. Esse centro busca a superação das análises consolidadas durante os anos 1950 e 1960, a maioria delas pautadas no marxismo

hegemônico. Este Centro se constitui como uma comunidade acadêmica que aborda diversos temas referentes a sociedade civil, destacando também aspectos da economia e da demografia (BAPTISTA, 2010).

A elite intelectualizada, após o Golpe de 1964, que transformou o país como expressão de uma modernização conservadora, considera que as Ciências Sociais passam a ser a “saída” para estudos e reflexões que enfraquecessem o autoritarismo. Os anos 1970 foram marcados pelos questionamentos como o de Fernando Henrique Cardoso: “Haverá a contrapartida de um pensamento político capaz de devolver sentido e limite à presença militar na sociedade?” (CARDOSO, 1984).

As pesquisas organizadas pelo CEBRAP foram responsáveis por um dos primeiros trabalhos que utilizou o termo “periferia”, que descreveu um espaço de segregação e desigualdades:

Surge no cenário urbano o que será designado ‘periferia’: aglomerados clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção. [...] São bairros afastados, de concentração de pobreza, verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura’ (CAMARGO et al., 1976, p.25).

A citação acima foi retirada de um dos primeiros estudos urbanos de São Paulo em relação a vida da classe trabalhadora, chamado “São Paulo 1975: Crescimento e pobreza”⁴, sendo ele o resultado da pesquisa realizada pelo CEBRAP, para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Este estudo foi, e ainda é, referência para todos e todas que pesquisam sobre urbanização e pobreza.

O livro citado foi pioneiro na discussão e denúncia das condições sociais, políticas e econômicas da periferia de São Paulo. Nesse momento o país passava por processos de exclusão advindos do vigente regime militar (CAMARGO, 1976). Assim, a cidade de São Paulo se torna aos poucos um espaço privilegiado de estudos relacionados ao seu desenvolvimento urbano e social (MARQUES, 2014).

A literatura que se debruça sobre os aspectos analíticos das periferias brasileiras surgiu sob grande tendência marxista (BONDUKI, 1994, 1982; CAMARGO, 1976; KOWARICK, 2009; MARICATO, 1996, 2011). Os acadêmicos brasileiros, a

⁴ Os autores que publicaram textos no livro São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, foram Lúcio Kowarick, Vinicius Caldeira Brant, Cândido Procópio de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Paul Singer.

partir de 1970, se dedicaram as análises da ocupação do espaço urbano frente as estruturas de consolidação do capitalismo periférico. A preocupação com o desenvolvimento da América Latina era latente, como aponta Kowarick

Um momento áureo deste debate ocorreu em torno dos anos 1960-1970. Frutos das ebulições da época — desconsolidação e experiências socialistas em países recém-independentes de África, os múltiplos protestos e greves nacionais, Cordabaços e Bogotaços, que eclodiram em vários países do continente e, sobretudo, as esperanças depositadas na Revolução Cubana, sem falar na mística do guevarismo e seus desdobramentos guerrilheiros, ou no massacre da transição pacífica ao socialismo de Salvador Alende —, estes debates pensavam e agiam na superação do subdesenvolvimento: mais do que nunca havia uma Nuestra América (2009, p. 68–69, grifos do autor).

Nesse sentido, formava-se um ambiente intelectual de análises e críticas da sociedade no âmbito das estruturas do capitalismo, buscando caminhos de desenvolvimento que proporcionassem a emancipação no âmbito da produção do sistema capitalista. A temática da “exclusão”, no sentido de se produzir um sistema que se associa ao crescimento da pobreza, esteve ligada a expressão “capitalismo excludente” (KOWARICK, 2009, p. 68).

Esses intelectuais vinculados ao CEBRAP, tinham como modelo de atuação o modo de ser intelectual de Antonio Gramsci, o qual defende que “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’” (GRAMSCI, 2001, p. 53). Assim, O CEBRAP tinha como meta a participação dos seus membros na efetiva construção e condução de projetos de mudança social (BAPTISTA, 2009, p. 75).

A produção de conhecimento nos anos 1980 continua marcada pela análise do contexto social, econômico e político a partir dos impactos da ditadura civil-militar instaurada no país após do golpe de 1964. O regime autoritário, nesta década, expressava seu enfraquecimento e apontava os rumos para a redemocratização, que forjava na academia muito esforço “para adquirir uma visão analítica e mais sistemática acerca do caráter” do período antidemocrático (KOWARICK, 2009, p. 76).

O trabalho de Eder Sader (1988) se torna referência nesse período, por analisar a atuação, efervescência e impacto dos movimentos populares nas periferias de São Paulo, que se articulavam politicamente nas margens urbanas reivindicando melhores condições de vida, inclusive apoiados por padres ligados a vertente da Teologia da

Libertação. Neste período, o termo periferia ainda evocava pejorativamente esses espaços urbanos afastados do centro de poder, por vezes, apenas vinculados à violência e pobreza.

Na década de 1990 podemos observar mudanças em relação aos tópicos relacionados a periferia, começando a se apropriar do termo objetivando a pacificação, entendendo que essa era a maneira como grande parte da população periférica se identificava: não era mais um espaço de apenas dor, era também de coletividade e novos valores vinculados a harmonia (SOUSA, 2016).

Esse processo, em conjunto à academia e a intelectualidade, refletiu na criação da chamada consciência periférica, portanto, o entendimento da população periférica a partir de um lugar de pertencimento, um local e sua existência. Segundo Tiaraju D'andrea (2020), a periferia nos anos 1990 expressava seu caráter de denúncia, surgindo como um escancaramento das contradições do discurso hegemônico do neoliberalismo, que se afirmava como sistema ideológico, negando a existência de classes.

Diante desse cenário, a disseminação e o fortalecimento de periferia ocorreram por meio de uma dupla ruptura: por um lado, a nomeação das desigualdades não se deu por contradições no mundo do trabalho, como era de se esperar, mas por contradições urbanas. Por outro lado, a afirmação de periferia denunciava o discurso do fim da história e do fim das classes, apontando as contradições sociais que a realidade apresentava, mas que o discurso hegemônico ocultava (D'ANDREA, 2020).

A conceitualização de periferia esbarra na estrutura de um espaço que é heterogêneo. Assim sendo, falar de periferia é simbolizar uma multiplicidade de fatores econômicos, históricos, sociais e culturais utilizados na tentativa de compreender os fenômenos periféricos na sua integralidade e complexidade. O próprio conjunto de significados de periferia pode ser considerado como novo, apontando um espaço que a pobreza se expõe, que concentra as classes do trabalho e expressa a solidariedade e identificação.

Nesse sentido, podemos considerar que periferia é um espaço que se transforma constantemente, expressando atualmente as especificidades econômicas, sociais e políticas. Podemos afirmar que

(...) não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde o que não tem ruas até

o que tem água e não asfalto etc., nas mais diversas localizações (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 148).

Como vimos, durante os anos 1970 e 1980, a intelectualidade aderiu aos significados de periferia como um espaço vinculado a miséria, sofrimento e restrições, analisando como um campo de hierarquia das classes sociais, evidenciando as disputas e as questões ligadas ao acúmulo de capital. É nos 1990 que a palavra periferia mudará sua conotação, sendo aderida pelos periféricos das metrópoles, servindo como uma identidade e criticidade frente aos desafios da vida nas margens urbanas (D'ANDREA, p. 2013, 135–136).

Quando o termo passava por uma crise de significação, uma espécie de esvaziamento no que se referia à sua validade sociológica, foi capturado e ressemantizado pelos próprios moradores da periferia que, por meio dele, criticavam a violência e a pobreza existentes na periferia, assim como apontavam a desigualdade social existente na sociedade. Uma das mais potentes emissões dessa nova forma de olhar a periferia foi realizada pelo grupo de rap Racionais MC's, formulador e sintetizador de ideias e subjetividades que perpassavam a periferia no período em que se inicia a ressemantização aqui discutida: década de 1990 (DANDREA, 2013, p. 133).

A ressemantização citada acima aponta que a década de 1990 marcou a periferia e sua definição enquanto sujeitos políticos e culturais. O país passava por momentos de crises financeiras graves, com inflação galopante, aumentando a pobreza e desigualdade social. A violência também aumentava e se acumulavam assassinatos e chacinas, principalmente entre os jovens. Em um cenário social e econômico de total disparidade de classes, iniciam-se movimentos ligados a identidade e coletividade dos moradores da periferia (D'ANDREA, 2013).

Essa década pode ser definida como um período de narrativas e reflexões que forjam a “identidade periférica” (PEÇANHA, 2012; D'ANDREA, 2013). Se anteriormente a periferia era marcada por estereótipos negativos, altamente vinculados a violência e miséria, nesse período o termo é cooptado pelos movimentos sociais e narrado como algo positivo, que expressa uma população que atravessa desigualdades, no entanto, não permite ser restrita a esses aspectos.

A identidade positivada molda o que são os sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013) e originam-se como resultados de construções sociais, não podendo ser reduzidas a simples definições. Cuche (1999, p. 192) afirma que “querer reduzir cada identidade cultural a uma definição simples, ‘pura’, seria não levar em conta a heterogeneidade de todo grupo social”. Se antes havia uma análise marcadamente

marxista, os anos 1990 tecem um terreno que possibilita aliar as questões da luta de classe com a luta antiopressão ou identitária, apontando a complexidade das relações humanas nas periferias.

A teoria pós-moderna define que os seres humanos são marcados pela identidade, se distinguindo individualmente e enquanto grupos frente à outras espécies. Assim, é um produto das relações sociais, construído culturalmente e de forma gradativa a partir das interações entre os indivíduos e grupos. A partir do momento que os sujeitos e sujeitas entram em contato com o mundo, inicia-se a constituição da sua identidade, considerando que esse contato produzirá a transformação da natureza e haverá produção de cultura (MARTINAZZO, 2010, p. 33).

Nesse sentido de produção e transformação, os seres humanos moldaram e remoldaram pensamentos e sistemas de organização. Assim, a modernidade se configura como um movimento de extrema importância para as discussões em relação aos sujeitos humanos. O indivíduo moderno, de forma simplista, atravessou um período de identidades centralizadas para um processo de deslocamento. Segundo Hall (2006, p. 25), “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”, portanto, concepções que eram concebidas como divinas e inquestionáveis, caem por terra a partir do momento em que o indivíduo é soberano na perspectiva moderna.

Para compreendermos como os sujeitos se transformam nas sociedades pós-modernas, é necessário refletir sobre os seres humanos estão relacionados nesse processo. Logo, somos convidados a entender de que maneira os sujeitos da periferia cooptaram os significados que receberam, como miseráveis e violentos, e transformaram em um conjunto de valores que os apresenta como organizados, solidários e inseridos nos moldes da modernidade, alterando as estruturas rígidas que os definiam.

Buscamos refletir sob os aspectos do sujeito pós-moderno no sentido da fluidez, na obra “Modernidade Líquida” (2001), Zygmunt Bauman que discute a modernidade, em sua fase atual, como um tempo de produção frágil e maleável, como os líquidos. Para a ideia de pós-modernidade posta nesse texto, Bauman utilizará as

expressões “nova ordem” ou “modernidade fluida”, apontando também um cenário de desintegração de antigos paradigmas da condição humana, transformando as narrativas no campo da emancipação, da individualidade, do tempo/espço, do trabalho e da comunidade (2001, p. 14).

O mundo globalizado, tratado como “líquido-moderno” por Bauman, “representa uma nova etapa da vida social, ou mesmo uma nova condição social e histórica, em que a vida existencial dos sujeitos singulares é atravessada e permanentemente produzida na interface de um capitalismo” (DALCIN e SILVA, 2016). O mundo líquido, recortado pelo sistema capitalista que suprime o poder dos agentes políticos, força outras formas de lidar com as intuições e a produção das existências.

No âmbito acadêmico, existem debates em relação as percepções pós-modernas e marxistas. Na obra de Carlos Montaño, “‘Identidade’ e Classe Social: Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e anti-opressão” (2020), o autor analisa o enfraquecimento das abordagens que defendam a luta de classes na transformação da sociedade.

A subjetividade dos sujeitos é elemento constitutivo da identidade pós-moderna, que escolhe priorizar ou não certos elementos que o definem. Nesse sentido, a identidade acontece entre o sujeito e a situação, construindo uma autoimagem e autorrepresentação de si mesmo (MONTAÑO, 2021, p. 67). Segundo Hall (2006, p. 13), essas identidades são fragmentadas, portanto, não unificadas e possivelmente incoerentes, compreendendo que o tempo inteiro os sujeitos são interpelados por estímulos culturais que o possibilitam o câmbio de identidades.

Montaño (2021, p. 68) define três processos e fenômenos que alteram as identidades, sendo eles: a) a relação sujeito–objeto, no qual o sujeito elabora a sua autoimagem; b) a relação sujeito–sujeito, que forja uma identidade coletiva a partir de uma comunhão; e c) a relação sociedade–sujeito, que é uma identidade atribuída em relação a um grupo socialmente estipulado, no qual existem um conjunto de posturas esperadas.

Diante desses fenômenos de formação da identidade, a periferia se torna um ambiente de compartilhamento de vivências tão singular e próprio do seu espaço

geográfico, que forja subjetividades e, dessa maneira, identidades a partir da experiência trocada entre os sujeitos (D'ANDREA, 2013, p. 152).

E como fica a relação entre as identidades que se formulam nas experiências e a consciência de classe? As vivências da periferia interseccionam gênero, raça e classe e outros elementos dentro um contexto muito complexo de ordem capitalista (FEDERICI, 2004). Nesse sentido, analisando a reprodução do trabalho, não se pode negar que ele é altamente organizado sob os aspectos do gênero e da racialização, como o caso das trabalhadoras domésticas brasileiras, que formam 90% da classe da limpeza, contam com índices baixíssimos de registro em carteira e a maioria delas é negra⁵.

Os desdobramentos dessa dinâmica são as organizações e coletivos em torno das opressões. Montaño (2021) aponta que para superar o capitalismo, é interessante aliar as pautas das identidades, chamadas de lutas antiopressivas particulares, juntamente com a luta de classes, aliando-se na luta anticapitalista.

Por um lado, a “identidade” permite ampliar nossa análise e compreensão da realidade, indo além da classe social (mas a ela atrelada) e brindando-nos com o conhecimento de diversas particularidades que, na sociedade capitalista, representam as diversas formas de desigualdade, de opressão e de discriminação social. As “identidades” ampliam e adensam nossa compreensão da realidade social, dando uma de menção concreta a diversidade dos grupos que compõem a sociedade e as classes sociais. Por outro lado, a “identidade” remete não só a autopercepção (em vários níveis de consciência) de um indivíduo sobre a sua condição subalterna numa dada relação de opressão, mas também à compreensão coletiva dessa realidade, condição ou situação compartilhada com outros, que passam a se organizar e a lutar em torno de uma causa comum (MONTAÑO, 2021, p. 83).

As lutas antiopressivas, que estão ligadas às identidades dos sujeitos, representam demandas importantes da realidade alinhada também as perspectivas dos trabalhadores, logo, explorados na ordem capitalista e universal e oprimidos por questões particulares, que podem ser objetivas e subjetivas (MONTAÑO, 2021, p. 84).

Na periferia, a identidade do periférico alia elementos da vida cotidiana dos moradores, que, evidentemente, muitas vezes expressam as dificuldades de se estar naquele lugar. Assim, mulheres e homens que moram nas periferias expressam suas subjetividades e podem se definir como periféricos dentro de um conjunto de valores

⁵ Dados retirados da matéria realizada pela UOL, disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/trabalho-domestico-diaristas/#page1>. Acesso em: 04/05/2022.

que foi construído ao longo do desenvolvimento das cidades e dão legitimidade e valor positivo a suas existências.

1.3 Movimentos sociais e iniciativas das mulheres da periferia da Zona Sul.

As cidades, como visto até aqui, se constroem sob aspectos desiguais (PECCINI, 2016). A produção do espaço urbano segue as regras do sistema capitalista, com acúmulo de capital e especulação imobiliária produzindo espaços para as elites e, por outro lado, mantendo a baixa infraestrutura das periferias, como as precárias condições de moradia e dificuldade de transporte público. Essas características afetam diretamente a vida dos moradores das periferias, que, nas suas experiências cotidianas, são marcados pela carência estrutural presente nos vários setores da sociedade.

Buscamos compreender de que maneira as mulheres da periferia da Zona Sul de São Paulo se articularam (e se articulam) nas demandas da vida cotidiana, que diretamente se esbarram nas carências e deficiências estruturais da cidade. Para tal, o que se constitui como um “confronto” as políticas que forjam a cidade na desigualdade são os movimentos populares, sendo um contraponto para o mercado excludente.

As transformações pelas quais as sociedades atravessam, sobretudo no que tange as políticas públicas, são efeito da participação social organizada. Dessa maneira, de acordo com Gohn, podemos definir movimentos sociais como

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (2004, p. 13).

Os movimentos sociais podem lutar por várias pautas distintas e se organizam também de maneiras diversificadas na busca dos seus objetivos. Gohn (2004) analisa que podem se definir em 3 grupos distintos: primeiramente como movimentos identitários, com questões ligadas aos direitos humanos, sociais, políticos e culturais. Em segundo lugar, como organizações que buscam melhores condições de vida e trabalho, seja na cidade ou no campo, com questões que abrangem o uso da terra, moradia, alimentação, lazer e salários. Como terceira forma de organização, há os

movimentos ligados as organizações sociopolíticas, expressos por meio de conselhos, colegiados, fóruns, entre outros.

Dentro da definição de movimentos sociais ligados a identidade, o movimento de mulheres se destaca, sendo alimentado pelas lutas e conquistas sociais do movimento feminista. Os temas e problemas postos em pauta nos movimentos sociais de mulheres são abrangentes, no quais adentram a economia, política, cultura e relações sociais (GOHN, 2007).

As principais ações coletivas femininas se articulam em redes associativas em ONG's (organizações não governamentais), alocadas em comunidades, bairros ou mesmo agenciadas por empresas ou grupos populares. Segundo Maria da Glória Gohn, "as mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares e de luta por melhores condições de vida e de trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam fronteiras" (2007, p. 45).

Nas discussões que problematizam os paradigmas que fundamentam as pesquisas e políticas urbanas, existe a compreensão do direito à cidade sob a perspectiva feminista. Nesse caminho, a cidade é pensada como um produto resultado da ação de homens que não reconhecem a demanda feminina no uso e na circulação urbana, assim, excluindo as vivências de mulheres do planejamento (OLIVEIRA, 2018).

No entanto, é necessário pontuar que neste contexto há uma discussão entre as nomenclaturas "movimento feminista" e "movimento de mulheres". Gohn (2007) assume o duplo uso das expressões, afirmando que:

as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais. Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz às mulheres, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, estão nas ONGs, nas passeatas, nos protestos etc. Elas levam à frente campanhas e lutas em que as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como o câncer de seio e outras doenças atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho – simbólicas e reais, como as salariais, questões sobre o aborto e sexualidade em geral etc. Embora um tanto "voltadas para si próprias" (pois o debate é recortado pelas correntes e tendências), elas lutam por ideais e pelo exercício pleno da democracia à medida que têm a questão da igualdade e da liberdade como horizontes da ação coletiva (p. 41).

Compreendemos que “movimento de mulheres” é, em relação quantitativa, maior. Mesmo sendo mais numeroso, passa por processos de invisibilidade social, apontado socialmente apenas enquanto demanda das portadoras da pauta, que são as exigências por melhores condições de saúde, acesso à creches e educação de qualidade, entre outras demandas vinculadas ao funcionamento da vida pública. Entende-se que essas demandas não são exclusivas das mulheres, atingindo toda a sociedade, mas são lutas nas quais as mulheres são protagonistas (GOHN, 2007).

Carmem Silva problematiza o uso das expressões enquanto sinônimo também, questionando os critérios de definição. “Em geral, se afirma que ‘é feminista quem se considera’, ou seja, que movimento feminista é relativo à articulação movimentalista de mulheres que declaram a sua identidade feminista”, pontuando em seguida que essa afirmação não é suficiente para explicar as diferenças (2016, p. 27).

No debate em seu texto, Silva aponta que podemos chamar como “movimento(s) feminista(s)” ações políticas e organizadas que afirmam o próprio feminismo como pensamento crítico. Enquanto “movimento de mulheres”, no seu contexto mais amplo, inclui também o feminismo, por se tratar de processos e conjuntos de formas de organização e mobilização social realizadas por mulheres (2016).

O feminismo, como pensamento crítico e filosofia de vida, é mais amplo que o próprio movimento feminista. Além de se construir historicamente como pensamento social, se alia em práticas, posturas, estudos, pesquisa e políticas (SILVA, 2016). O modo feminista de enxergar o mundo alimenta a subversão de mulheres contra o sistema, seja alinhadas as pautas ditas feministas ou não, questionando as estruturas sociais que tencionam e oprimem as sujeitas.

Mirla Cisne Álvaro, referência nos estudos de consciência de classe e feminismo no Brasil contemporâneo, afirma que, no Brasil, a história da trajetória do movimento feminista e de mulheres se confundem. Porém, de maneira geral, é possível alinhá-los na construção de um mesmo eixo, que é a luta de mulheres (2013). Nessa dissertação, portanto, quando nos referimos aos movimentos de mulheres, também incluimos a bandeira feminista.

É sabido que as lutas das mulheres datam de vários séculos. No entanto, suas organizações coletivas ganham visibilidade partir do feminismo. No ocidente, o feminismo pode ser classificado em três fases: a primeira com a luta pela igualdade de direitos nos séculos XVIII e XIX e início do XX; a segunda entre 1960 e 1980 com as lutas feministas em torno da sexualidade; e a terceira fase (ou onda) começa nos anos 1990 com a crítica as construções identitárias de gênero (GOHN, 2007, p. 41). O movimento feminista, como parte do movimento de mulheres, exige uma reflexão complexa, principalmente no cenário brasileiro, que apresenta, por exemplo, um racismo velado.

Sueli Carneiro (2003), analisando a trajetória do movimento feminista brasileiro, reforça as suas conquistas e protagonismo na luta pela anistia, na construção da Constituição Cidadã, na luta por creche, na luta pela descriminalização do aborto (considerando que essas duas últimas impactam altamente a vida de mulheres das classes populares), entre outras ações.

No entanto, por muito tempo o feminismo brasileiro seguiu a cartilha de ações eurocêntrica e universalizante das mulheres, gerando uma incapacidade de reconhecer que existem desigualdades e diferenças sobre as experiências femininas. Assim, corpos subalternos, como mulheres negras, mulheres pobres, mulheres migrantes, lésbicas, trans, entre outras formas de experienciar as opressões, continuaram estigmatizadas e invisibilizadas dentro do movimento (CARNEIRO, 2003).

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (p. 119).

A politização das pautas do feminismo e da ampliação das análises a partir de processos particulares de grupos aponta a década de 1970 como o ponto de partida para as discussões. Considera-se que os estudos sobre movimentos sociais, sobretudo da América Latina, se tecem e se fortalecem nas problemáticas

evidenciadas no processo de industrialização destes países, aliados ao fortalecimento dos movimentos de mulheres também a partir do maior desenvolvimento do feminismo neste território (CARDOSO, 1987; ÁLVARO, 2013).

Nacionalmente, o feminismo tem suas particulares e singularidades, se fortalecendo nas camadas da elite intelectual no início do século XX, e se expressando de maneiras distintas. É possível classificar a primeira onda do feminismo brasileiro em três categorias: o feminismo “bem-comportado”, que buscava igualdade de direitos entre homens e mulheres sem confrontar o patriarcado; a vertente do feminismo “difuso”, que era representado por mulheres cultas da imprensa, que exigiam além de direitos políticos, como educação e ocupação dos espaços públicos; a terceira vertente se manifestou no movimento anarquista e socialista, composto por mulheres trabalhadoras e militantes de esquerda, que defendiam a libertação da mulher e também a o fim da exploração do trabalho (ÁLVARO, 2013, p. 180).

Nessas primeiras décadas do século XX, as conquistas dos movimentos organizados de mulheres foram pouco expressivas, inclusive com o voto feminino, que perde força com o golpe de 1937 (ÁLVARO, 2013, p. 181). Entre a década de 1970 e 1980, muitas mulheres integram os movimentos contra a carestia e os clubes de mães, fortalecendo essas ações principalmente em bairros pobres, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶ da Igreja Católica. Os clubes de mães são um exemplo de movimento que não surge com uma ligação ao feminismo, mas proporcionou espaços de reflexão e promoção de discussões sobre questões que permeiam a vida de mulheres, como a opressão sexual (SOUZA-LOBO, 2011, p. 243).

Os movimentos sociais que emergem nos anos 1970 e 1980, após o golpe de 1964, têm como objetivo a luta contra a ditadura militar instaurada. Como objetivo também, muitos combatiam as violências e mazelas sociais nas periferias (OLIVEIRA, 2015). Os clubes de mães, citado anteriormente, tem sua ação fortalecida até os anos

⁶ No Brasil, as CEB surgem no contexto sociopolítico da ditadura civil-militar (1964-1985), compreendendo os desafios da prática libertária frente valores conservadores e impostos por um estado autoritário. As comunidades se delimitam e crescem em áreas rurais, a partir da capela e áreas urbanas, em torno da paróquia (BETTO, 1981). Nas paróquias de periferias, os desafios de materializavam ainda de outras formas, como na ausência de infraestrutura, falta de saneamento básico, asfalto, luz elétrica. As CEB se caracterizam pela união das demandas de um grupo próximo, sendo um dos poucos espaços possíveis para as classes populares discutirem as condições de vida (OLIVEIRA, 2015).

1970, e pode ser entendido como um dos primeiros movimentos de mulheres de classes populares, resistindo a ditadura militar e contestando o regime.

Na periferia de São Paulo, na década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) podem ser consideradas como o alimento de vários movimentos sociais, sob a liderança de Dom Evaristo Arns, que foi um importantíssimo ator social as margens da cidade de São Paulo. É válido pontuar que a ação libertadora das CEBs é uma forma de configuração da igreja que se diferencia da igreja enquanto instituição, com encontros e desencontros nas posturas e práticas (OLIVEIRA, 2015).

Nesse sentido, a Zona Sul de São Paulo, desde 1970, apresenta de maneira organizada e articulada, grupos de diferentes vieses na luta por direitos. Criando um breve panorama de ações articuladas, passamos por grupos gestados dentro do seio das comunidades católicas, atravessamos os movimentos sociais de esquerda, como também a criação de espaços culturais de discussão e reformulação da identidade da periferia.

Tendo em vista o descaso, a falta de investimentos e a indiferença de políticas públicas voltadas para os moradores das periferias urbanas, observamos cada vez mais a emergência de ações vindas das próprias periferias para preencher essa lacuna deixada pelo capitalismo indiferente. Sejam de cunho político, social ou cultural, essas ações vêm se destacando: associação de moradores, rádios comunitárias, entidades filantrópicas, enfim, — atitudes de resistência que se tornam legítimas e representativas das comunidades (BEZERRA, 2009, p. 48).

No sentido cronológico da história de resistência da periferia, podemos considerar nesse texto a importância da Teologia da Libertação⁷ na formulação e ação do pioneirismo dos movimentos sociais na Zona Sul de São Paulo.

As CEB são importantes nesse período por proporcionarem um espaço onde as mulheres que transitavam nas iniciativas da Igreja se reunissem, criando um vínculo que ia além da fé católica ou da recreação: proporcionava um momento que troca de saberes e percepções sociais e econômicas sobre a vida que se desenrolava

⁷ A Teologia da Libertação surge no contexto de América Latina, e busca uma resposta a situação de vulnerabilidade humana nos países latino-americanos. A Igreja, a partir dos ideais dessa proposta, se propõe como um “caminho de libertação para os sofrimentos do povo” (OLIVEIRA, 2015, p.26). A instituição, por muito tempo, desprezou esse viés por considerar os teólogos e filósofos que defendiam a nova perspectiva como marxistas e perigosos (OLIVEIRA, 2015).

em um período de repressão e crise econômica. Esses núcleos de mulheres são chamados de Clubes de Mães.

Dos vários Clubes de Mães que surgem em São Paulo, a Paróquia da Vila Remo apresenta mulheres que se organizaram de forma diferenciada. Localizadas próximas ao reservatório da Guarapiranga, na região de Santo Amaro, foram se organizando em rede por toda a região da Zona Sul (SINGER, 1982). Essa articulação acompanha o intenso crescimento populacional nas periferias da cidade, especialmente nesta parte do território paulistano, que via seu aumento também no setor industrial (AZEVEDO; BARLETTA, 2011). De acordo com Sader

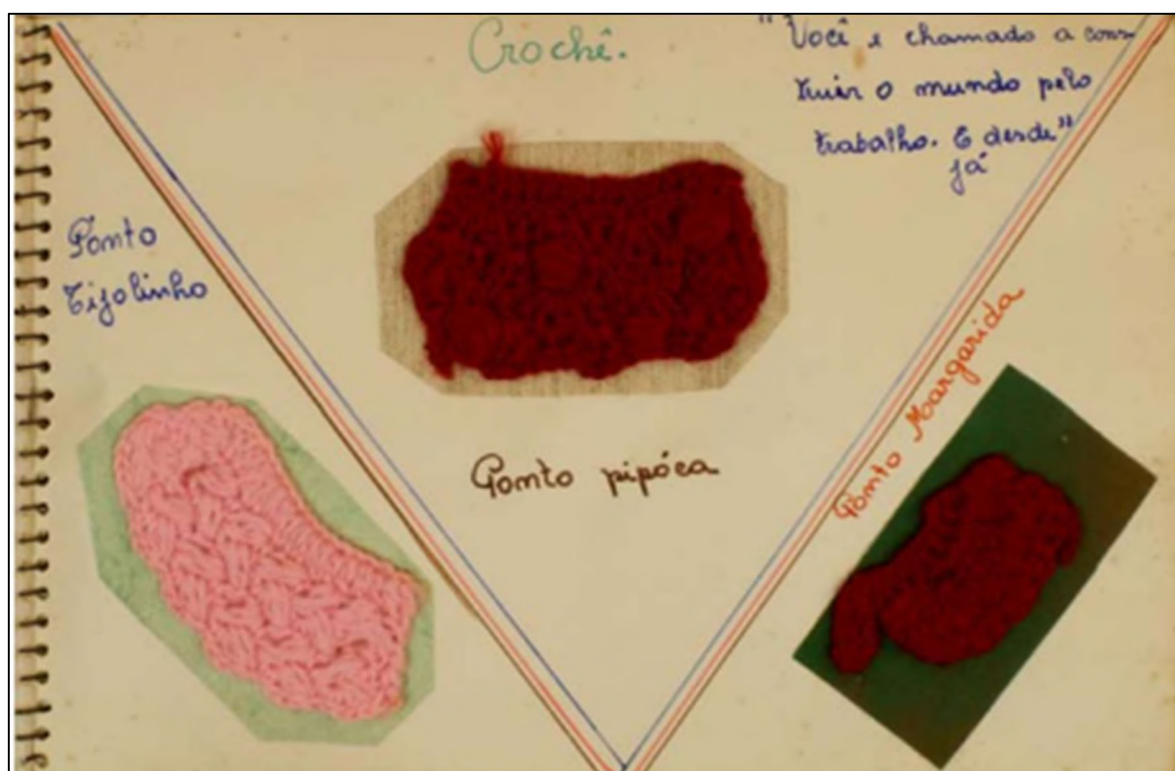
Na história dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 1970, os clubes de mães ocupam um lugar de destaque, e entre estes ressaltam particularmente os da periferia sul. Lá, entre as margens de Guarapiranga e a estrada do M'Boi-Mirim, a igreja de Vila Remo parecia um centro irradiador de organizações populares (1988, p. 199).

Nesse sentido, o Clube de Mães surge como pequenas organizações femininas com caráter formativo em ofícios, como crochês e bordados, e com viés de socialização entre as mulheres da região. Aos poucos assume uma postura política forte, contestando formas excludentes de organização social, bem como e, exigindo uma estrutura digna de vivência na periferia. O próprio ato de sair de casa pode ser lido como resistência, criando vínculos a partir dos fios de crochê e bordado com outras mulheres que compartilham experiências semelhantes.

Podemos destacar que a identificação e troca de experiências é o que diferencia os clubes de mães que surgem na Zona Sul de São Paulo. Antes de 1970, já existiam alguns clubes formados, no entanto, sua existência dependia das mulheres do *Lion* Clube, que era uma entidade de cunho assistencialista e coordenada por senhoras da classe média. Havia uma sensação de inferioridade frente as mulheres “caridosas”, contribuindo para a criação de um espaço autônomo e livre de desconfianças (SADER, 1988, p. 200).

Na Zona Sul de São Paulo, nessa mesma época, se condensava uma massa trabalhadora, excluída do processo de desenvolvimento econômico que beneficiou apenas as camadas altas e médias da população. Neste cenário, o Clube de Mães da Zona Sul se destaca como o mais ativo na região, com apoio e promoção das CEBs (OLIVEIRA, 2015).

Figura 6 — Crochês com mensagem “você é chamada a construir o mundo pelo trabalho. E desde já.”



Fonte: CEDEM, 2021.

Na imagem acima vemos vários pontos de crochê ensinados nas oficinas realizadas nos clubes de mães, com o escrito “você é chamada para construir o mundo pelo trabalho. E desde já”. Essa frase aponta o caráter popular do movimento e a importância dada ao trabalho e as transformações sociais. A frase escrita sob os pontos de bordado expõe o caráter político e revolucionário das iniciativas do clube.

Afirmar que você pode construir o mundo pelo trabalho imprime nessas mulheres o protagonismo que lhes foram historicamente retirados. Se a mulher é vista como participante do espaço privado, principalmente ligada as tarefas domésticas, agora ela pode ter novas perspectivas, como se integrar no mundo público e transformar este mesmo mundo que ignora as suas demandas. Essa frase, se analisada sob a perspectiva da construção de uma cidade feminista, defendida por Kern (2021), é a base do pensamento para consolidação de uma sociedade justa, igualitária, que planeja suas cidades respeitando as questões gênero.

No início da década de 1970, os grupos femininos na região da Vila Remo somavam-se em quase 30 núcleos. Entre 1973 e 1978, após a maturidade de anos

de ação articulada nos grupos de mulheres, os clubes se desenvolveram politicamente e articularam o Movimento do Custo de Vida (MCV), começando pelo clube do Jardim Nakamura e se espalhando por outros bairros das periferias paulistanas (AZEVEDO; BARLETTA, 2011). Este movimento tinha o lema “abaixo a carestia que a panela está vazia”, lutando contra as altas dos preços (OLIVEIRA, 2015, p. 63).

A pouca infraestrutura na periferia forjou essas resistências e organizações que perduram até os dias atuais. A ausência de políticas públicas, como creches e saneamento básico, eram altamente negligenciadas pelo poder público. Atualmente, depois de muita pressão e exigência de estruturas eficientes e em comparação a este período, há mais acesso às escolas, creches e demais equipamentos de saúde. Nesta trajetória de conquistas sociais, as mulheres envolvidas nos Clubes de Mães e no Movimento Contra a Carestia representavam as demandas reais das mulheres da população pobre.

Se considerarmos as perspectivas da divisão sexual do trabalho, a mulher tem seu lugar reservado no espaço privado. Assim, é a sujeita que, primeiramente, tem que lidar com a carestia dos preços da alimentação, dos produtos para manutenção do lar, pela falta de creches e demais outros serviços com falhas. As demandas que precisam ser rapidamente postas à população são sentidas, em grande parte, primeiramente pelas mulheres.

Nesse sentido, compreendendo as necessidades da população da Zona Sul, se forja um movimento forte. As principais integrantes dos Clubes de Mães na Zona Sul de São Paulo foram:

Odete Marques, hoje especialista em educação da terceira idade; a religiosa belga Cecília Hansen, assessora e responsável pela criação do acervo; Irma Rosseto Passoni, mais conhecida como Irma Passoni, deputada constituinte e várias vezes eleita parlamentar, além de apresentar durante alguns anos um programa de TV sobre política na Rede Vida; Maria de Souza Reis, ativa nas atividades da comunidade e militante fundadora do Partido Trabalhadores (PT) na região da Zona Sul de São Paulo; Maria Cecília Luna, conhecida com Dona Lurdes; e Benedita Evangelista, grande militante, junto como seu marido, Cenerino Evangelista de Andrade. Além dessas, há ainda Neide de Fátima Martins Abati, enfermeira e militante do Clube de Mães, principalmente em relação às questões de saúde e saneamento; e Ana Dias, viúva do operário Santo Dias, que participaram recentemente da Comissão da Verdade sobre a Ditadura Militar (DINIZ, 2018, p. 35).

As ações dos Clubes de Mães eram voltadas ao público popular, para as pessoas que vivem na periferia e tinham dificuldade de acessar espaços

intelectualizados do saber, como a própria academia. Nesse sentido, existia uma falta de identificação com as pautas feministas que, por conta de uma característica intelectualizada e elitista do movimento feminista, afastava as mulheres das camadas populares. No entanto, esse distanciamento não retirava dos encontros e propostas dos Clubes de Mães o caráter político, como a defesa da democracia e a ampliação dos direitos das mulheres (DINIZ, 2018, p. 35).

Dentre as iniciativas dos clubes, a formação educacional era um dos focos. Grande parte das mulheres integrantes dos clubes tinham pouca ou quase nenhum acesso à educação formal. Nesse sentido, além dos cursos de ofícios e artesanatos, havia cursos sobre higiene e cuidado (que levaram a mobilização na Sabesp para exigir saneamento básico). Essas formações trouxeram novas perspectivas para as mulheres que não davam importância para a educação como uma ferramenta libertadora. Aos poucos, foram compreendendo e se abastecendo de conhecimentos que dessem condições de reivindicar melhores condições de vida (DINIZ, 2018, p. 20).

Os Clubes de Mães têm um importante papel no protagonismo social e político das mulheres envolvidas nesses grupos, discutindo demandas socioculturais e políticas para as mulheres da região. Se antes as participações dessas mulheres faziam jus ao ambiente doméstico que atuavam e das orações realizadas, inicia-se uma nova concepção das atividades, ligadas as pautas progressistas. Esse novo alinhamento acontecia devido a participação popular, que era marcada por homens e mulheres ligados nas demandas operárias das fábricas e as pautas da Teologia da Libertação (DINIZ, 2018).

As mulheres, por meio dos espaços proporcionados pelo Clube de Mães, demonstravam sua inconformação com as situações em diversos âmbitos da vida social: as péssimas infraestruturas dos bairros, às más condições de trabalho nas fábricas, ao alto custo de vida e demais situações fruto do regime autoritário que o país estava submetido (DINIZ, 2018, p. 68).

Maria da Glória Gohn, em “A força da Periferia” (1985), analisa que, entre 1970 e 1980, a luta por creches em São Paulo tem o protagonismo das mulheres dos clubes da Zona Sul. A moradia precária, com baixo acesso às áreas centrais da cidade, a

vontade de ocupar espaços fora do lar (sair do ambiente privado da casa e ocupar espaços públicos) e a responsabilidade pelos filhos forjou nessas mulheres o interesse na participação política e nos movimentos sociais para a transformação.

Esses interesses, que estão ligados as experiências de um cotidiano opressor, configuram um conjunto de valores que geram identificação. Sob os aspectos dessa realidade excludente, o gênero pode se configurar com a problemática central, altamente alinhado às questões da maternidade, formando a identidade coletiva desse grupo sobre o “ser mãe”, considerando, claro, que esse coletivo é um clube de mães. A experiência da maternidade envolve diversos fatores que impactam na vida dessas mulheres.

É a partir da preocupação com filhos e com o bem-estar familiar que as pautas sociais surgem e envolvem todos e todas. A segurança dos integrantes da família é uma das grandes preocupações da mulher, tanto que ela é a grande presença nos movimentos por moradia, compreendendo que a casa é o local que abriga e proporciona segurança aos seus moradores (PAULISTA, 2013).

Uma outra característica interessante sobre os clubes era em relação a participação masculina. Homens eram bem-vindos nos encontros dos clubes. Ações que proibiam homens eram malvistas pelas integrantes dos grupos, que já criticavam grupos feministas que se aproximavam dos Clubes de Mães com restrições masculinas.

Esses grupos feministas eram considerados muito radicais sob a perspectivas das mulheres dos Clubes de Mães. Para as mulheres do clube, era importante trazer os maridos para as reuniões, entendendo que seria uma maneira de abandonar a cultura machista (DINIZ, 2018, p. 129). Vamos perceber que essa é uma característica muito presente ainda nos movimentos sociais de mulheres da periferia.

Os encontros realizados nos clubes partiam de uma concepção democrática e participativa. A metodologia para tomada de decisões e para formações se baseava no diálogo e na coletividade. “As atividades eram feitas sempre ouvindo a opinião das participantes com debates e questionários, sem tentar impor ideias já prontas”, afirma Diniz (2018, p. 216). As mulheres realizavam uma série de questionários sobre as

atividades realizadas, podendo sempre opinar, sugerir e criticar, desde os horários das reuniões até melhorias no bairro.

Diniz, na sua tese sobre o protagonismo de mulheres da periferia sob a perspectiva dos Clubes de Mães, analisa que o apagamento histórico deste movimento retira as mulheres dos clubes da ação de vários movimentos sobre saneamento, saúde, creche e ao custo de vida. A recente abertura dos arquivos, realizada em 2003, por meio do CEDEM (Centro de Documentação e Memória da Unesp) possibilita a pesquisa e divulgação dessas ações, amplificando essa memória que foi “silenciada, na medida em que ela representa as mulheres e outros grupos excluídos de nossa sociedade” (2018, p. 23).

Para este trabalho, a história dos Clubes de Mães possibilita a problematização de novos atores e atrizes sociais, que, atualmente, articulam iniciativas que foram gestadas no período em que esses núcleos de mulheres estavam fortalecidos e atuantes, como a própria UPM.

2 A HISTÓRIA DA UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS

*Ao menos sabemos
não estamos a sós nessa encrenca.
Acrobatas do cotidiano.
Malabaristas nas horas vagas.
Trabalhadores e trabalhadoras.*

*Ainda de quebra
tiramos o leite da pedra
rolamos no globo da morte
e humildemente buscamos
o sentido verdadeiro das coisas.*
— Aprendiz (2018), de Dinha Maria.

Diante de um contexto cultural marcado pelas iniciativas de valorização da periferia e da participação das mulheres, projeta-se a entidade União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, que se formou no período de redemocracização brasileira. Como foco deste trabalho, essa entidade pode demonstrar como uma organização coletiva de mulheres e homens reproduz a luta social da periferia no contexto de desmantelamento de direitos políticos, civis e sociais.

Seguindo uma metodologia qualitativa, relacionada a análise da entidade, sua origem e projeção na atualidade, este capítulo procura enfatizar as mobilizações desde a década de 70 nos cenários de atuação feminina sob a liderança de Neide de Fátima Martins Abati, ativista na Zona Sul de São Paulo.

Os dados analisados derivam do trabalho de campo realizado na entidade e das narrativas transcritas das entrevistas concedidas junto à fundadora do movimento. A experiência individual relatada traduz uma dimensão coletiva do movimento que deu origem a entidade, tornando-se uma fonte histórica e metodológica de conhecimento das mulheres que participaram e participam ativamente da luta social.

Os discursos revelam uma busca de fragmentos e de memórias que permanecem no mundo perceptivo das coletividades envolvidas. Através da História Oral, criou-se espaços para uma história daqueles que as vozes nunca (ou raras vezes) foram reverberadas. Longe de ser um paradigma institucionalizado no meio acadêmico, retratam-se saberes que são importantes para a manutenção das memórias e construção das identidades, expressões de sujeitos, grupos e singularidades. As práticas políticas e de autonomia recriam-se em um discurso vivo que traz para a atualidade o espaço de democracia e organização social compreendido na experiência descrita.

Neide de Fátima Martins Abati, fundadora da entidade e presidente dela até abril de 2022, pode ser identificada como uma das protagonistas de toda ação que a UPM se propôs até a atualidade. Dificilmente será possível abordar a história da associação sem relacionar com a trajetória da “Dona Neide”, como ouve-se com frequência no cotidiano dos trabalhos femininos. Sua história de vida, de luta e desempenho está intimamente ligada às ações que constituíram a UPM e ganharam um amadurecimento próprio. Nesse sentido, abordar os caminhos, escolhas e abdições da fundadora da entidade é também entender as bases de consolidação do movimento que se expandiu da luta das mulheres na Zona Sul de São Paulo e sua configuração nos Clubes de Mães da parte sul da cidade.

2.1 Origem e formação do movimento social: em direção à entidade

Neide de Fátima Martins Abati deixa em evidência que não foi sozinha que fundou a UPM. Na época, contava com o apoio de mulheres e homens da região do Campo Limpo e Capão Redondo nas iniciativas do que seria a UPM, no seu período embrionário e posterior de institucionalização. No entanto, Neide sempre foi identificada por todas e todos como a líder dessas ações. Sempre presente, nunca ausente, até os dias atuais. Neide é o elo de todas as pessoas que, ainda hoje, atuam na UPM. Parte expressiva das ações são feitas com a consulta dela, mesmo não estando mais como presidente da associação, cargo que foi deixado por ela em 2022, depois de 35 anos de atuação contínua.

A fundadora do movimento nasceu em São Paulo, no bairro de Pinheiros, em 1938. Destacou-se para o bairro do Campo Limpo em 1944, com seus pais, três irmãos

e sob o impacto de pobreza e dívidas, que assolava a família naquele ano. Os pais, ambos nascidos em Portugal e migrantes para o Brasil, não eram de família abastada. A mãe, muito religiosa, educou a família dentro da liturgia cristã, sendo muito caridosa e preocupada com todos os familiares e da comunidade em que viviam. Com uma personalidade destoante, o pai de Neide era um homem ligado ao trabalho pesado, acostumado logo cedo ao empenho braçal em fazendas e no operariado paulista.

A mudança para o bairro do Campo Limpo na década de 1940 se dá por um contexto de despejo da casa que moravam e do apoio de amigos e conhecidos, que emprestaram dinheiro e indicaram uma terra distante para morarem. Essa terra, localizada quase na divisa de São Paulo com Taboão da Serra e Embu das Artes, tinha apenas uma casa ainda feita de paredes de barro e chão do mesmo material. A área tinha aspecto rural, com vizinhança distante. Conforme o relato de D. Neide:

Ele [o pai] pôs tudo o que pode no caminhão, deixou só um cantinho na carroceira para ele ficar de pé. Nós fomos pra cabine desse caminhão, minha mãe, minha tia maravilhosa, todas essas crianças [...], mais a quarta criança que era a minha irmã bebezinha. Todo mundo ali empilhado. Fomos do Largo de Pinheiros até o Macedônia, depois do Macedônia... Era tudo rural. Quando você chegava ali na Vila Sônia, você já via que aquele lugar era de muita gente acampada, uma casinha aqui, outra ali. Quando você vai chegando no Taboão, a gente atravessava... Não existia aquela avenida do Extra [Avenida Francisco Morato atualmente]. Ali onde é o Extra, era um curral de cavalo. A gente passa por ali e era tudo rua de terra, aquele poeirão enorme. E o caminhão vai indo, e quando chega ali na entrada do Campo Limpo, as estradas eram só mato, dessa altura, que o caminhão quando passava fazia barulho de tanto mato que passava por cima [...]. E minha mãe só chorando.

O Jardim Macedônia, acima citado, hoje é um bairro altamente urbanizado e integrado na malha urbana da cidade, localizado entre a região do Campo Limpo e Capão Redondo. O relato expõe a realidade de diversas famílias que vieram para as áreas mais distantes da Zona Sul de São Paulo. São experiências moldadas pela dificuldade e pela superação.

Neide: E minha mãe deu a volta por cima, embora viveu em depressão, mas ela começou a arrumar uma galinha, depois outra... chegou a criar 30 galinhas. Quando ela tava com as 30 galinhas, ela veio em troca de uma vaca. Fica sem galinha de novo, mas ela começa tudo de novo. Isso que eu acho bonita na minha mãe! Ai a vaca... ela cuida da vaca como uma filha, que dá muito leite, mas ela não vende um litro de leite! Ela começa a dar pros desnutridos da região que moravam naqueles barraquinhos, os caboclos, os tuberculosos. Por isso eu vou pra saúde!

A liderança da formadora do movimento foi decisiva com relação às influências dessa mulher, mãe de Neide. O fato de ajudar as pessoas doentes na região do

Campo Limpo, doando o leite e seu tempo para ajudá-los, constrói na filha um universo de valores ligados ao cuidado com o outro. Esta raiz eminentemente ligada ao cuidado do outro adquire significado no cotidiano da filha, consolidando um conjunto de valores que se perpetuam na vida pessoal, profissional e na prática ativista de Neide. Esse fato é importante para pensarmos como a UPM surge, considerando que a grande maioria das iniciativas que vão gerar a associação estão ligadas às questões da saúde, como a saúde da mulher e saneamento básico.

Além da vontade de atuar na área da saúde, a líder expressava uma outra característica que será essencial posteriormente na fundação da entidade: a necessidade de transmitir o conhecimento. Quando já estavam instalados no Campo Limpo, o pai de Neide transforma uma pequena casa próxima em sala de aula. A casa era de um amigo da família, que havia ficado doente e faleceu. Neide conta que:

Nessa casinha dele, meu pai fez uma escola, que era uma sala de aula. Tinha tijolo no chão. Meu pai foi pra prefeitura em Santo Amaro, conseguiu uma professora. E nessa hora ele já tinha comprado uma charrete e um cavalo! E ia buscar a professora todo dia naquele largo do Campo Limpo. Buscar e levar! E aí a sala de aula não ficou nem 6 meses porque a professora não aguentou. Ela não era valorizada. Nós não tínhamos nada.

Percebemos que os valores coletivos ligados ao bem-estar, saúde e formação humana, tão presentes na UPM de hoje como veremos, já estão presentes na infância da fundadora. Nos relatos, João Martins, pai da Neide, era visto como um líder na região, que abria estradas de força braçal, se articulava com os moradores e seus vários ofícios, organizava mutirões conforme mais famílias iam chegando, entre outras atividades. A mãe, Victoria Nunes Martins, também foi se engajando, com o passar do tempo, aprendendo e disseminando os cuidados básicos a saúde, inclusive aprendendo a aplicar injeções e vacinas na população.

Esse caráter de preocupação social alimentou iniciativas logo na juventude. Com o desenvolvimento do bairro, chegada de mais população, ela e sua irmã, Ana Martins, atuantes na religião católica, começaram a preparar uma catequese renovada, que refletia sobre as questões de gênero, autonomia, pobreza e demais questões sociais ligadas a elementos emancipadores.

A atuação na Igreja é o pontapé para a ação social. Mesmo com a reprovação de muitos padres, essa linha mais progressista que inicia com essas mulheres organizadas na Zona Sul e lideradas por Neide propõe e realiza mudanças. As

dinâmicas tornaram-se significativas da Teologia da Libertação e das ideias de Paulo Freire. Neide comenta que

Ali [na igreja] a gente organiza mulheres e a igreja era muito tradicionalista. Só faziam missa em latim com o padre virado de costa para o povo. Sabia que era assim? Aí a gente faz uma reviravolta! Eram obrigados a usar um uniforme branco, com fita no pescoço, fica na cintura... a gente consegue ficar só com a fita no pescoço. A gente revoluciona e fica só com a fita no pescoço! E tira essas camuflagens por fora, porque tem que ser autêntico!

O setor conservador da Igreja barra as catequeses renovadas formuladas por Neide e sua irmã. Nesse mesmo contexto, no campo da macropolítica, registrava-se a repressão da Ditadura Militar, com forte coibição às manifestações do operariado, bem como às dificuldades expressas no processo de urbanização das cidades. Em contrapartida, as iniciativas populares de resistências são mantidas. Neide articula aulas da EJA (Educação de Jovens e adultos) seguindo o método Paulo Freire para cerca de oito grupos. Relata que essas aulas eram feitas de forma muito discreta. Procuravam dar a ideia de que iam na casa de algum amigo ou namorado. Às vezes, as aulas eram realizadas com apenas um aluno, mas isso não importava. O objetivo era conscientizar da importância de aprender a ler, como processos intrínsecos para o desenvolvimento da democracia (FREIRE, 1989).

Algum tempo depois, Neide ingressa como concursada no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), na parte administrativa. Realiza um curso da Cruz Vermelha de São Paulo e se torna enfermeira. Nos 14 anos que trabalhou neste hospital, atuou em equipes de humanização dos serviços e do atendimento aos doentes, com ações que consistiam no atendimento de qualidade, respeitando as necessidades e valores de cada sujeito. Durante todos esses anos, Neide não se separa da atuação social e política. Lembra que, nesse período, a forte repressão ao operariado não impedia as reuniões e incentivo a participação feminina no local.

A próxima atuação da Neide será no SOF⁸ (até então chamado de Serviço de Orientação a Família), a convite de uma nova gestão do programa que deseja renová-lo. No início da década de 1970, Neide sai do antigo emprego no Hospital das Clínicas e inicia nesse novo trabalho, que vai ao encontro de uma das vontades de voltar a

⁸ O SOF (Serviço de Orientação da Família) é uma associação civil fundada em 1963. De acordo com o estatuto da organização, não há fins lucrativos (CARIGNATO, 2007).

atuação mais proximamente das populações das periferias, numa perspectiva de apoio e formação popular. O SOF desenvolvia trabalhos atrelados a questões atravessadas pelas mulheres. O objetivo do SOF era orientar sobre maneiras de prevenção de gravidez e câncer, aleitamento materno, entre outros. Esse movimento, na sua trajetória, esteve intimamente ligado ao Movimento de Mulheres. Atualmente, a entidade existe e seu nome foi alterado para Sempre Viva Organização Feminista, também mudando de gênero, passando de “o” SOF, para “a” SOF (CARIGNATO, 2007, p. 41).

No período em que a líder ingressa no SOF, as políticas públicas de controle de natalidade realizam intervenções nos corpos das mulheres, evitando que mulheres pobres tenham filhos. Neide aponta que o SOF e o Hospital das Clínicas por meio do BEMFAM (Bem estar familiar), realizavam palestras com várias mulheres, que, de maneira muito insensível, “ensinavam” que ter filhos não era interessante. Neide relata que

A SOF tem uma virada, passa a ser uma clínica de planejamento e não de controle de natalidade e isso envolve as práticas educativas. [...] Vinha métodos contraceptivos dos EUA. Recebiam caixas de camafeus, vinha com um pozinho de blush, que continha uma rodela de anticoncepcional e mulheres dos Estados Unidos já faziam passeata para não usar esse dispositivo, porque não era bom. Aí foram introduzidas aqui no Brasil. Era dado como política pública. Vinha caixas do DIU com material plástico, grosseiro.

Com o início da Guerra Fria e fomentando por políticas estadunidenses, o foco nas questões humanitárias deu início a uma discussão sobre o crescimento populacional em países subdesenvolvidos. Havia uma ameaça representada pelas influências comunistas frente às questões sociais e econômicas ligadas a superpopulação, como desemprego, falta de crescimento econômico e desordem. Com o golpe de 1964, observa-se a entrada de políticas dos EUA no Brasil. Sob esses aspectos, muitos pesquisadores consideram a presença de políticas públicas voltadas para o controle populacional aos brasileiros das camadas populares (BHERING, 2014).

Nesse período, a iniciativa do SOF abandona os ideais ligados ao controle populacional, que era o objetivo do programa no seu início e coopta concepções ligadas à conscientização, saúde, educação e condição da mulher. Na renovação dos propósitos do SOF, as famílias eram orientadas em relação ao planejamento familiar,

escolhendo modos mais interessantes para eles, sem imposições ou com poucas explicações. Segundo Neide, antes desse novo perfil, o SOF fazia com que as mulheres pouco refletissem sobre as possibilidades de reprodução, recebendo instruções diretas sobre métodos contraceptivos sem poder de escolha quanto ao que melhor se ajustaria aos seus projetos familiares.

Considera-se que a política de controle de natalidade, segundo Vergès, recebe influencia diretamente dos Estados Unidos. A década de 1970 é marcada pela implementação global de políticas antinatalistas para as mulheres de países de terceiro mundo, com o objetivo de controlar futuramente os processos de imigração que ameaçam países de primeiro mundo (VERGÈS, 2020, p. 69). Nesse sentido, a SOF adotou essa postura política antes de alterar suas diretrizes e se tornar uma organização voltada para a saúde da mulher e planejamento familiar.

Nessa época, sob essas influências, Neide transitava nos bairros da Zona Sul, como Vila Remo, Parque Fernanda, entre outros. Desenvolvia-se intensamente orientações com mulheres (e eventualmente com homens). Nesse mesmo período, Neide entra em contato com as mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul e é convidada por Maria da Conceição Peres, integrante do Clube de Mães da Vila Remo, para participar do grupo.

Neide lembre de ter enfrentado uma extensa entrevista, envolvendo o Padre Luís, que é um dos fundadores do clube e outras mulheres integrantes. Em entrevista para o CEDEM, Neide relata que:

Eu estive na Vila Remo que foi uma extensão assim do, eu trabalhava tinha o meu salário, era comprometida com o meu salário do SOF, mas eu no SOF que é Serviço de Orientação da Família, mas eu além disso eu tinha um compromisso na comunidade com a evangelização e isso me atraía muito porque os grupos eram ligados a uma comunidade que era uma comunidade que usava, que usava não, que vivia a teologia da libertação. Eu sou uma estudiosa da teologia da libertação com o meu marido, acreditamos nela ainda até hoje. Então me empolgava esse trabalho, não só como profissional, mas como alguém que tem o compromisso de ajudar a ter uma sociedade mais justa. E lá a gente começou na Vila Remo com alguns cursos e vieram alguns profissionais do SOF, não foi só eu, que vieram trabalhar a educação dos filhos de uma forma mais democrática, eu fiquei mais empenhada na saúde. E foi muito interessante quando eu cheguei na Vila Remo com o padre Luis, Cecília, Conceição e algumas outras pessoas agora que eu não vou falar, senão eu vou ficar aqui muito tempo e nesta ocasião a gente fez uma roda de conversa muito gostosa e ao mesmo tempo crítica, que hoje eu valorizo aquilo como alguém que não está fazendo um serviço por um acaso na comunidade está-se fazendo um trabalho com responsabilidade e com consciência. Poucas pessoas me conheciam e era importante que todas as

perguntas que ali foram feitas para mim mostrassem um pouco como era o meu caráter da minha conduta e o meu compromisso (CEDEM, 2003).

As palestras e cursos realizados pela SOF se articularam com os Clubes de Mães, ocupando as associações de bairro e igrejas. Por volta de 1975, Neide passa a ser uma das diretoras dos Clubes de Mães. O movimento de mulheres da Zona Sul pode ser considerado como mais fortalecido com essa integração que a Neide proporcionada no contexto descrito.

O grande foco era na área da saúde, inclusive afirmando que a Zona Sul, nesse período, era marcada pela ausência de serviços públicos e pela precariedade das condições da população.

Eu trazia curso de saúde. E você tinha que ver que importante! Era em um tempo que não existia uma água potável. Furava [poço] e dava água contaminada. Ou não tinha água! Era uma desnutrição cruel na zona sul. Não existia pediatra. Não existia, para as mulheres, o papanicolau. A gente começou com isso também, não tanto dentro do clube de mães, mas também em um grupo que existia no Capão Redondo.

Comenta-se que os cursos voltados para a saúde faziam uma parceria muito potente com as aulas ministradas pela Yara Spadini, assistente social que participava do Clube de Mães da Vila Remo. Yara trazia, integrada às pautas cotidianas, a consciência social e política. Esta parceria foi decisiva para deslocar o foco das iniciativas femininas para um campo de reflexões sociais e políticas. Deslocou-se o interesse em trabalhos manuais para uma conscientização na área da saúde e da política.

A atuação nos Clubes de Mães ganhou projeção e fortalecimento da participação feminina na periferia. O foco da atuação centralizava-se na reivindicação de diversos serviços públicos considerados prioritários como saúde, educação e saneamento básico. Como expressa este depoimento da líder: “A água que chegou na Zona Sul veio a base de muita luta! Nós enchemos 17 ônibus e fomos pra Sabesp. Pra escola foi a mesma coisa”.

Na Zona Sul, principalmente no Campo Limpo, as ações coletivas de mulheres eram muito organizadas. Em 1979 e 1980, ocorreram o I e II Congresso da Mulher Paulistana, nos quais os Clubes de Mães estavam presentes. No primeiro congresso foi lançado o Movimento de Luta por Creche (MLC), apontando para a falta de creches

nas periferias, impactando diretamente as famílias pobres que necessitam desses serviços.

Em 1982, com os ares da democratização brasileira, há a primeira eleição direta para governador, depois de 20 anos. As mulheres organizadas em movimentos da Zona Sul fizeram campanha para o candidato André Franco Montoro, que foi eleito naquele ano. A gestão do Montoro foi interessante para a periferia e para as mulheres naquele contexto. As reivindicações por creches, por exemplo, foram atendidas, sendo construídas mais de cem escolas de educação infantil na cidade.

Na gestão de Montoro também foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, dentro da Secretaria de Justiça e Cidadania, em 1983. O objetivo desse órgão foi apoiar e ampliar as ações femininas, além de criação e fomento de políticas públicas que respaldem as mulheres nas suas necessidades. Nesse sentido, a institucionalização desse órgão dissemina entre os movimentos sociais a ideia de legitimidade através da formalização jurídica.

Nesse período, segundo a líder, existiam 43 grupos de mulheres espalhados nas áreas do Campo Limpo e Capão Redondo. Os núcleos eram organizados autonomamente em situações domiciliares comandadas pelas líderes em ambientes domésticos. Todos eram conectados entre si. Havia compartilhamentos de pautas, de reivindicações e de atividades. Esses grupos seguiam os Clubes de Mães e, as mulheres que atuavam nele, formavam outros pequenos núcleos em bairros. Os homens eram bem-vindos, no entanto, a presença masculina era extremamente baixa.

O relato de Neide abaixo expressa a complexa estrutura de grupos que vão apoiar a formalização da UPM.

Antes de ter a união, nós já tínhamos vários grupos. Olha como as coisas vão se encaixando... O SOF, pra ter verba precisava mostrar um trabalho fora, eles não receberiam verba se não tivesse um trabalho fora. E quando eu fui dar curso de saúde lá para as mães, o SOF aproveitou e me cedeu o horário do meu trabalho que eu podia ir lá dar curso, mas entrava na estatística deles como uma ação fora. Os cursos eram de saúde da mulher, saúde pública, educação de filhos. Aí começou a aparecer números fora. A gente fazia um trabalho nos arredores. E isso mexeu! Em cada bairro que eu ia... Isso já faz mais de 40 anos, mas isso foi feito durante uns 8 ou 10 anos... Fiquei fazendo isso quase 10 anos. Eu fui ao Valo Velho e dei um curso de saúde da mulher lá, em uma casa... e aí lá ficava um núcleo! Um núcleo de mulheres sobrava... aliás, sobrar é uma palavra ruim... Esse grupo era um fruto! Era uma consequência. A gente queria dar continuidade!

A busca por legitimidade e visibilidade percorria o público. Elas percebiam a necessidade de se organizarem coletivamente em um movimento institucionalizado. Assim, Neide convoca o apoio da sua irmã, Ana Martins, para redigir um documento que juridicamente formalizasse a associação que existia entre esses grupos. Em 1983, inicia-se o processo de construção do documento que irá formalizar a entidade. Apenas em 1987, a UPM pode se projetar com uma documentação legítima. As narrativas descritas retratam o espaço de conscientização e de atuação que as mulheres construíram, projetando um movimento identitário próprio.

É nesse emaranhado de ações e de visibilidade que o movimento consegue se fortalecer e que a entrevistada pode concretizar a formação da entidade União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências. Notou-se um espaço autêntico e de valor, sobre as vivências femininas e em seus desdobramentos (violência doméstica, geração de renda, acesso a serviços públicos, entre outros).

2.2 Empoderamento das iniciativas femininas sob o impacto da redemocratização brasileira

A institucionalização da UPM ocorre no dia 8 de março de 1987, mas marca sua comemoração em 29 de março. Pouco tempo antes da Constituinte de 1988, no bojo da redemocratização, novas oportunidades de representação e participação política são multiplicadas com a institucionalização de associações e demais grupos organizados. Nesse sentido, a UPM se fortalece como um grupo organizado coletivamente que representa, no debate crítico, os moradores e moradoras da periferia, sobretudo as mulheres.

A entidade se formaliza e permanece sem um espaço próprio para encontros. As reuniões eram realizadas nas praças da região, principalmente na Praça do Campo Limpo. A sede da entidade, por muitas vezes, era a casa da própria Neide, por falta de um local próprio de atuação. A institucionalização naquela época, mesmo sem estrutura física, representava a saída da escuridão vivida no período da ditadura. Se por muito tempo se atuou na clandestinidade, com aulas de alfabetização em casa de alunos e alunas, agora era possível possuir uma documentação sobre as atividades exercidas pelo grupo. Formalizar a entidade e suas ações, naquele contexto de redemocratização brasileira, possibilita que as sujeitas e sujeitos da periferia, até

então “invisíveis”, possam ser reconhecidos como atores dos processos sociais e que não mais podem ser calados. De acordo com Neide, a entidade já existia antes da sua formalização, com mobilização e articulação entre os grupos citados, no entanto, “a papelada só veio em 1987”, como afirma a fundadora.

O nome da associação também representa a intenção dessas mulheres organizadas. “União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências” imprime a coletividade de pessoas pertencentes às classes populares e que têm suas vivências compartilhadas no mesmo espaço, que é na região do Campo Limpo e bairros vizinhos, periferia da Zona Sul de São Paulo. “Nós não estamos unidas? Então é ‘união’. Quem vem aqui? São mulheres. Nós não somos de bairro? Então vai ficar ‘União de Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências’, que é todo esse território”, palavras em alusão às reflexões realizadas para a escolha do nome da organização social.

Figura 7 — Divulgação da fundação da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências em 1987.

Mulheres fundam União Popular

Tomou posse no dia 29 de março, numa festa realizada no Colégio Kennedy, na zona sul de São Paulo, que contou com a participação de 300 mulheres, a primeira entidade específica de luta pela emancipação da mulher em Campo Limpo, a União Popular das Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, fundada no Dia Internacional da Mulher.

Mais de 180 mulheres constituíram-se em sócias fundadoras, representando os 40 núcleos que existem na região, ao mesmo tempo em que era anunciada a formação de outros núcleos em Capão

Redondo, Mitsutami, Jardim Três Estrelas, Jardim Samara, Parque do Ipê.

Para Neide Abate, eleita presidente da União Popular de Mulheres da região, embora com tradição de lutas, Campo Limpo nunca teve uma entidade específica que levasse a luta pela emancipação da mulher. Isso, apesar de quase todas as sociedades amigos de bairros serem dirigidas por mulheres.

Entre os objetivos da entidade estão: continuar com o trabalho de organização de núcleos da União Popular de Mulheres, a promoção de uma grande luta por creche, por um hospital público na região, por melhor atendimento nos postos de saúde, e promoções que visem ao esclarecimento das mulheres.



Neide Abade fala às mulheres de Campo Limpo

Fonte: REVISTA PRESENÇA DE MULHER, 1987.

Acima há a notícia de formalização da UPM, divulgada na Revista Presença de Mulher, em 1987. Ao centro, com microfone, está Neide Abati e diversas mulheres

que acompanharam, atuaram e fortaleceram as ações da entidade na Zona Sul. Neste cenário, é interessante pontuar que os núcleos de mulheres já estavam bem fortalecidos, como o grupo localizado no bairro do Jardim Lídia. Esse núcleo foi pioneiro em várias ações, como a distribuição de leite por programas do governo, como o Vivaleite, que foi criado em 1995 pelo Governo do Estado de São Paulo.

A UPM, nos 35 anos de atuação na Zona Sul de São Paulo, passou por 6 endereços diferentes. Como mencionado, o primeiro endereço da entidade foi na casa da Neide. O fato de não terem um endereço fixo, proporcionou que organização, por muito tempo, ocupasse os espaços públicos de região, como a praça do Campo Limpo, as salas disponíveis nas UBS e nas escolas para a realização de reuniões mensais.

Em relação as pautas nessa época, a UPM tinha forte militância no combate à violência contra a mulher e na luta por creches e escolas. Sob os aspectos da violência, a vida privada da mulher da periferia era permeada pela agressão. Assim, as iniciativas políticas buscavam se estabelecer através da denúncia e da divulgação dos direitos dessas mulheres vítimas de violência. Neide conta que a UPM se manifestava na denúncia e apoio a vítimas de estupro, inclusive com mulheres que passaram por essa violência e tinham vergonha de contar para a família, como o marido.

Em conversas informais com as usuárias da entidade, é comum perceber que muitas das mulheres que circulam no ambiente, seja como estudante de algum curso ou articuladora de alguma ação, acessaram a organização depois de terem sofrido algum tipo de violência, seja física, verbal, psicológica, entre outras. Desse modo, podemos afirmar que a história da UPM está atrelada ao combate da violência contra a mulher desde a sua fundação.

A luta por melhores condições na área da educação também marcava espaço nas iniciativas. As mulheres, que eram a presença majoritária na entidade, não desatrelavam das suas reivindicações o acesso e permanência nos espaços de educação. A luta por creche vinha fortalecida desde os anos 1970 nos Clubes de Mães, e nesse período, 1980 e 1990, também se exigia do poder público a construção de escolas.

A UPM articulou uma ação na praça que hoje é a estação Capão Redondo da Linha Lilás, gerida pela ViaMobilidade. Nesse evento, exigiram a presença de algum representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) e apontaram a necessidade de construção de escolas que atendessem a população infantil e jovem. Neide conta que as Escola Estadual Santa Rosa de Lima, localizada no Jardim Vale das Virtudes, Escola Estadual Miguel Munhoz Filho, no Jardim Campo de Fora e Escola Estadual Jorge Andrade no Jardim Maria Helena foram entregues sob pressão popular. Percebe-se que, até o momento, as iniciativas da UPM cooptam a participação da população na estruturação de equipamentos públicos na periferia.

Após muitas ações propostas em locais diversos, em 1995 a UPM aluga um barracão localizado na Avenida Carlos Lacerda, no Campo Limpo. Entre as lideranças da entidade, a questão mais importante era: “como vamos pagar?”. O aluguel desse espaço começou a ser pago com “vaquinhas” entre as lideranças e sócios da entidade. Esse modelo de angariamento de fundos é comum nas camadas populares e são práticas da economia solidária.

De acordo com os relatos e conversas coletados na pesquisa, fica evidente o caráter transformador de ida da UPM para o barracão. Neide afirma que um dos fatores que influenciaram na escolha do barracão está na localidade, que apresenta índices altos de estupro. Isso apresenta um cenário simbólico de luta e resistência.

A região do bairro Jardim Rosana, onde ficava localizado este barracão, era foco de estupros. Uma das motivações para a escolha do lugar foi justamente esse: se configurar como um espaço que combate as violências e busca transformar a região em um lugar seguro. Neide aponta que neste período, as mães tinham medo de enviar suas filhas e filhos para a escola. Elas avaliavam o risco de se morar em um bairro que tinha muitos terrenos baldios, com áreas descampadas com muito mato e alto índice de violência sexual nestes mesmos espaços.

As formações, cursos e palestras articulados pela UPM também se fortalecem nesse momento de construção de um espaço próprio. Desde as primeiras ações articuladas, mesmo sem ainda ser a UPM, a preocupação com a educação e formação dos sujeitos esteve presente. Com o barracão, foi possível estreitar parceria com

igrejas do bairro, como a Igreja do Jardim Rosana, que possuía turmas de alfabetização, mas não tinha espaço suficiente.

A agenda de ações formativas da UPM se diversificava e ampliava. Eram oferecidas aulas de alfabetização, cursos sobre saúde da mulher, orientação sobre infância e juventude, atividades físicas, como Tai Chi, dança e capoeira. Outro foco muito importante e presente até os dias atuais está nas ações que geram renda, como cursos ligados a produção de artesanatos, itens de decoração feitos de material reciclável, pintura em tecidos, bordados, entre outros⁹. Essas atividades, na sua grande maioria, eram realizadas por voluntários da entidade.

A busca por autonomia das mulheres é altamente presente na UPM. Para tal, são realizadas oficinas de confecção de peças e acessórios, que podem ser, para essas mulheres, uma alternativa para geração de renda, considerando uma realidade que as impossibilitem trabalhar fora de casa.

A diversidade de atividades formativas e recreativas está presente até a atualidade. Nesse caminho cronológico que seguimos, acompanharemos a trajetória de várias atividades propostas nesse espaço coletivo criado por voluntários para os moradores da região.

Em 1995, nessas trocas e parcerias para estabelecer ações para a comunidade neste espaço, um outro grupo da região de Campo Limpo adentrou as dependências da entidade para fazer uso daquela localidade. Esse grupo, chamado Vida Ativa, não possuía uma estrutura física própria. Assim, os encontros dos participantes ocorriam na UBS do Jardim Lúcia (que foi onde esse grupo surgiu), como também na associação de moradores do bairro.

O grupo Vida Ativa, mesmo praticando suas atividades de maneira autônoma, sempre esteve ligado a UPM. Na história da entidade, este núcleo tem grande importância por estabelecer, na região, uma grande referência assistencial. Mais tarde, no ano de 2010, o grupo Vida Ativa vai ocupar outro espaço, que se torna, sob o CNPJ da UPM, um Núcleo de Convivência de Idosos (NCI).

⁹ Verifique o Anexo B para ampliar a compreensão dos registros.

No mesmo período do barracão, consolidou-se o projeto Renascer, que consistia em um grupo com ações voltadas ao público idoso, envolvendo uma diversidade expressiva de atividades, como educação, trabalhos manuais, orientação jurídica, entre outros. Posteriormente, esse grupo também proporcionou a criação de mais um convênio com a prefeitura, criando o Núcleo de Convivência de Idosos “Renascer”.

Essas parcerias com o poder público proporcionam a ampliação de novas atividades. O Núcleo de Idosos (NCI), que é um projeto da Prefeitura de São Paulo, está alinhado com a preocupação que já era presente na UPM: a importância de acolher idosos e idosas, proporcionando um espaço que tenha recreação e demais iniciativas que sejam demanda desse grupo.

O financiamento público de políticas sociais ocorreu nas atividades da UPM de forma progressiva. Conforme a entidade se consolidava como um espaço de efetiva ação social e engajamento coletivo, a rede de benefícios se expandia em benefício das atividades. Ana Vitória, ex-coordenadora da sede da UPM, comenta que

E aí aos poucos a gente foi conseguindo ampliar os convênios, as parcerias com o poder público, e a primeira parceria foi o grupo de idosos, foi o primeiro que a gente conseguiu... e depois veio a alfabetização, que também foi uma coisa que deu uma deslançada para a entidade e hoje ele perde um pouco essa força porque a gente começou com muitas salas de alfabetização, acho que não só nós mas muitas entidades (PUDENZI, 2015, p. 104).

Em conversa informal, Neide aponta que esse período de parcerias foi importante para entidade, inclusive para propor atividades que proporcionassem a possibilidade da emancipação feminina. Nesse contexto, houve a parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que fomentou formações de artesanato com materiais recicláveis.

Entre 1995 e 2005, a sede da UPM transita por espaço diferentes, os quais não têm registros consolidados. As atividades são mantidas, inclusive nesse contexto de transições e mudanças. No ano de 2005, a entidade aluga uma casa no Jardim Maria Sampaio, para alocar a sede da entidade, chamada de Casa da Mulher e da Criança. Esse novo espaço marca a história da UPM, estando ativo até o momento.

2.3 A UPM: da atualidade rumo ao futuro

A ida da sede da UPM para o Jardim Maria Sampaio marca o início de uma fase muito ligada as atividades culturais, mais distantes da militância que existia no período de fundação da entidade. Nesse sentido, Neide pode ser identificada como uma personagem extremamente importante para se compreender o período de atuação entre 1970 e final dos anos 1990, sendo considerada a 1ª geração de atuação da UPM¹⁰. Neste momento, novos atores sociais começam a transformar as pautas da entidade, ampliando para questões ligadas aos jovens e cultura.

Durante as duas primeiras décadas do século XXI, a UPM se posicionou como espaço produtor da integração entre a comunidade e a juventude, propondo novas maneiras de ser relacionar com a cultura e economia da região. Essas novas lideranças representavam a troca geracional de gestão e organização da entidade, alterando o viés da militância fundadora. Em conversas informais, fica evidente que essas novas lideranças encontram espaço na entidade a partir da sua própria atuação dentro de um esvaziamento de pessoas.

Figura 8 – Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM, localizada no Jardim Maria Sampaio.



Fonte: Arquivo da UPM.

¹⁰ Feixa e Leccardi (2010) abordam que as discussões sobre o conceito de geração são variadas. Entre as definições mais comuns, podemos trazer Comte, que define uma geração no intervalo de 30 anos. Analisando sob os aspectos da sucessão biológica, tecnicamente é o tempo dos pais verem seus filhos crescerem e se identificarem também como adultos. Seria o tempo que um grupo atuante socialmente é substituído por outro. Os autores apontam também que o primeiro pensador a formalizar o conceito de geração é chamado de Wilhelm Dilthey e ele faz uma abordagem qualitativa da análise de geração, considerando os aspectos históricos e formativos do que pode ser considerado uma geração. Em uma proposta mais atual, os autores apontam que Mannheim (1982) tece o conceito de geração negando a ideia positivista e desprezando as categorias ligadas a idade. Nesse sentido, Mannheim (1982) foca nas transformações sociais, delimitando que a geração é aquela que passa pelos mesmos processos e/ou rupturas históricas.

Rafael Orlandi Mesquita, que atuou na UPM de 2003 a 2017 como professor do MOVA, foi uma das lideranças na renovação das iniciativas da associação. Em um encontro da entidade, Rafael aponta uma importante reflexão sobre as novas pautas.

A nossa comunidade hoje é, podemos dizer, bem estruturada. A gente tem escolas, a gente tem alguns postos de saúde, a gente tem asfalto, a gente tem diversas coisas: água, luz... que durante muito tempo mobilizou o povo pra luta. E hoje, como a gente já tem essas coisas, é muito mais difícil mobilizar o povo pra luta, né? Os jovens acabam se mobilizando mais, por exemplo, quando a gente vai falar de transporte público, os mais velhos, muitas vezes vão falar pra gente 'meu filho, mas você tá reclamando? Antes não tinha nem ônibus aqui. Tá bom do jeito que tá, já melhorou bastante'. Com o jovem não tendo essa referência, ele vai falar 'não, isso não tá bom. Vamos pra rua, vamos lutar vamos melhorar isso' (ANIVERSARIO BANCO UNIÃO SAMPAIO, 2015).

Percebemos que novos valores permeiam o conjunto de ações focadas pelos integrantes da associação. Se antes as mulheres se organizavam para exigir do poder público melhores condições estruturais, como asfalto, escola e unidades básicas de saúde e tais demandas foram atendidas, agora as novas exigências impactam a vida dos jovens que usam esses serviços e verificam a necessidade de mais melhorias. Questões relacionadas às mulheres e à gênero, como saúde feminina, sexualidade e machismo, também integram as temáticas desenvolvidas nestes espaços. Podemos afirmar que a tendência é que as pautas cooptadas pela UPM ganhem um espaço de atuação política expressiva de uma situação moderna onde vigoram debates sobre direitos, inclusão e cidadania. Um campo de valores ligados a educação percorre as novas iniciativas.

Outro aspecto marcante dos anos 2000 é a maior presença masculina na casa. A presença de homens nunca foi barrada, compreendendo que a superação da cultura de machismo também atravessa a vida dos homens. No entanto, a presença jovem compõe um ambiente bem plural.

Um dos princípios da UPM para combater a violência sofrida pelas mulheres é o trabalho em conjunto com os homens. Sempre buscamos manter a presença dos homens nas ações da UPM como forma de socializar a pauta de gênero, já que acreditamos que as mudanças presentes nos conflitos de gênero são fruto também desse diálogo constante entre a mulher e o homem. Reconhecemos também a necessidade de criar espaços exclusivos entre mulheres e assim o fazemos. Em diversos momentos encontramos resistência por parte de outros grupos que compõem o movimento feminista por defendermos esse ponto de vista de incluir os homens nas discussões de gênero. Porém é uma prática na qual acreditamos e realizamos desde o início (IGLESIAS; ABATI; MESQUITA, 2016, p. 6).

A citação acima, retirada de um material produzido por Neide, Rafael e Gabriela Iglesias sobre a associação, aponta a consciência de integrar os homens nas discussões sobre gênero, como também no espaço mais amplo. Compreendem que existem momentos em que a exclusividade feminina precisa ser respeitada. Porém, alguns grupos dos movimentos feministas (no plural, respeitando as vertentes), criticam a postura de integração. Neide chama essa postura de “feminismo quadrado”, fazendo uma analogia a falta de movimento que esses grupos apresentam. Essas questões são importantes para a visualização dos caminhos que a entidade segue e serão retomadas nos próximos capítulos.

As iniciativas gestadas no início dos anos 2000 ainda necessitavam de força de trabalho voluntariado. Neste período, a entidade possuía diversas turmas de alfabetização do MOVA e contava com os projetos relacionados aos idosos. Apenas as pessoas ligadas as atividades financiadas pelo poder público (como o MOVA e NCIs, que eram projetos da Prefeitura de São Paulo) eram efetivamente pagas pelos seus serviços, assim, o trabalho voluntário é o caminho essencial para se ter pessoas atuantes no espaço.

Essas características de um espaço praticamente autogerido se mantiveram desde a fundação da entidade. Se na época do barracão era comum as pessoas se unirem para comprar algo necessário para as atividades ou para o cotidiano da casa, nessa época permanece com essa mesma característica. Essas práticas são muito comuns dentro da economia solidária, que se torna uma pauta muito fortalecida pela nova geração da UPM. Neide pontua que a economia solidária é um dos valores que acompanham a UPM desde a sua fundação.

A pauta da economia solidária mobiliza diversas atividades na UPM, como a criação de feiras, criação do Banco União Sampaio e oferta de formações ligadas a economia para a comunidade local. Pudenzi analisa que

o processo de redemocratização e de institucionalização dos movimentos sociais contribuiu para que a maioria das organizações de mulheres diminuíssem suas mobilizações nas ruas e passassem a se concentrar mais em atividades internas, até mesmo por conta de terem conquistado muitas de suas reivindicações anteriores (PUDENZI, 2015, p. 112).

Nesse período, a Secretaria de Cultura de São Paulo desenvolvia um projeto chamado Pontos de Cultura, que financiava ações ligadas ao desenvolvimento

sociocultural. A UPM se fortaleceu com essa iniciativa, equipando a casa com computadores, que eram equipamentos caros e fora do orçamento da entidade. Assim, abre-se caminho para uma nova atividade que movimentou a casa por muitos anos: a criação do Banco União Sampaio.

O Banco União Sampaio foi uma iniciativa liderada por Rafael em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITPC-USP). A UPM se configurava como um espaço propício para a instalação de um banco comunitário, já que tinha a comunicação com a comunidade, a relação com as pautas da economia solidária e pessoas dispostas a aplicarem este novo desafio, além da “identidade local e grande concentração de pequenos comércios” (PUDENZI, 2015, p. 115).

Rafael, trabalhador da organização, se constitui como uma liderança nesse momento, recebendo a proposta do ITPC-USP e interpretando as condições de acordo com a comunidade local e as possibilidades dentro da UPM. O banco comunitário, logo no seu início em 2009, trouxe desconfiças e receios, porém, com a troca de informações entre a UPM e a comunidade local, foi se aderindo à proposta. O Banco Comunitário União Sampaio possuía uma moeda chamada “Sampaio”, nome que faz referência ao bairro Jardim Maria Sampaio.

Figura 9 — Folder do Banco União Sampaio para ser exposto em comércios da região.



Fonte: Arquivo da UPM.

O Banco União Sampaio consegue estimular uma rede de apoio econômico na comunidade. As iniciativas que precisavam de financiamento para começarem ou para atravessarem um momento de crise, conseguiam empréstimo no banco, utilizando o mesmo dinheiro de volta na comunidade. A proposta do banco comunitário é inovadora e não considera, sobretudo, o lucro, mas sim o apoio das comunidades locais. A proposta, que tem como base a economia solidária, busca alterar a forma como as relações de trabalho e da sociedade se estruturam, sendo uma forma alternativa de superar as precariedades (BERGAMIN, 2013).

A pauta da economia solidária acaba atraindo novos agentes importantes para a trajetória da UPM. Nesse caminho cronológico, surge Thiago Vinícius de Paula da Silva, que se envolve nas ações do Banco União Sampaio e se torna também uma liderança. Nesse período, começa-se a articular na entidade uma forte ligação com a juventude, a produção de cultura na periferia e os movimentos culturais da Zona Sul da cidade de São Paulo.

Se na década de 1970 houve a articulação entre vários núcleos da Zona Sul, nos anos 2000 houve a conexão entre os grupos fortemente ligados à cultura. A agenda da UPM, nesse período, se moldou diante das agendas e pautas de movimentos da cultura. Assim, surge a Agência Popular de Cultura Solano Trindade, que, a partir da rede articulada com o banco comunitário e os novos agentes envolvidos na UPM, fomenta projetos socioculturais na periferia da cidade de São Paulo.

A Agência Solano Trindade surge no espaço da UPM em 2011, em resposta a uma necessidade marcante deste período. Os coletivos da Zona Sul criaram mecanismos de, além de militar sobre a pauta política que a produção artística de periferia possui, também apoiam o desenvolvimento desses mesmos artistas, fortalecendo um mercado e consumindo o que é produzido.

O banco comunitário e a Agência Solano Trindade iniciam na UPM um novo movimento de lideranças e trocas. Rafael, em entrevista a Pudenzi, afirma:

Um diferencial bastante grande da União Popular de Mulheres, acho que potencializou tudo isso, é a confiança no jovem, né. Acho que tem essa relação né, tanto eu, que era jovem, quanto outros jovens que a gente foi agregando no processo e que... sempre teve uma relação de confiança bastante forte. E acho que isso é uma característica da UPM, né, a gente viu

exemplos que inclusive não deu certo, né, mas que... é... se tem essa relação bastante forte (...).

P: Você acha que foi um diferencial, assim, com relação a outras organizações que você acha que não têm esse... essa postura.

E: Sim. É... não dar essa autonomia, né, pros jovens, nem dentro nem fora. Muitas vezes o resultado das Ong que estão aqui, positivo, é o cara ir pra fora da quebrada, e não ficar, né. É... então acho que isso foi um diferencial assim, que... que... que foi importante, porque é quem tem fôlego né mano, pra encarar algumas ações que não são tão certas, né. Como o banco, por exemplo (PUDENZI, 2015, p. 114).

A periferia, nesse período, é um espaço que os jovens exigem como digno de se estabelecer um mercado de trabalho que os inclua. O trabalho no setor da cultura se abre como possibilidade de formalização do trabalho, incentivando homens e mulheres a gerarem renda a partir da produção da própria periferia. Nesses aspectos, vemos a expansão dos saraus, como a Cooperifa, Sarau do Binho, as marcas de vestuários como a 1dasul, Vila Fundão, entre outros coletivos que marcam sua produção.

Nesse mesmo período, as formações ligadas a educação popular, sexualidade, violência doméstica e demais pautas que estiveram presente na UPM desde a sua formação, estão sendo oferecidas a comunidade em encontros e palestras. Em 2012, estabeleceu-se um importante convênio com a Secretaria Municipal da Assistência, que foi a criação do Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) “Mulheres Vivas”, também no Campo Limpo, sob coordenação da UPM. Esse novo espaço reforça a pauta da UPM em defesa da mulher, principalmente aquela que se encontra em situação de violência doméstica.

Dona Neide afirma que o CDCM Mulheres Vivas foi uma vitória da UPM, conquistada após mais de 20 anos de exigência com o poder público. As mulheres envolvidas nas ações da entidade desde seu processo incubatório, compreendem a necessidade de um espaço multidisciplinar e integrador de acolhimento de mulheres em situação de violência, que propicie atendimento psicossocial às vítimas de violência doméstica.

O CDCM Mulheres Vivas é um importante equipamento de políticas públicas na Zona Sul de São Paulo, atuando em toda a região de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade. As usuárias da UPM, do CDCM e da comunidade em geral

eram constantemente convidadas para oficinas e palestras sobre violência da mulher, que é uma pauta que ganha força nas formações da UPM.

Figura 10 — Seminário “Violência Silenciosa no Cotidiano da Mulher”, realizado em 2015.



Fonte: Acervo da UPM.

Acima há o folder de divulgação do Seminário “Violência Silenciosa no Cotidiano da Mulher”, realizado pelo CDCM Mulheres Vivas e com a participação de profissionais da saúde e educação. A pauta de violência contra a mulher é contínua dentro da entidade. Este evento realizado no CEU (Centro Educacional Unificado) Campo Limpo, aponta que a característica de ocupar espaços públicos da região ainda estava presente nas ações da UPM.

Nos anos de 2017 e 2018 a UPM atravessou mudanças no seu quadro de trabalhadores e voluntários. A Agência Solano Trindade sai do espaço da entidade e aluga uma casa para desenvolver as atividades desse coletivo, que se expandiu e consolidou na Zona Sul de São Paulo, atuando até o momento de escrita dessa dissertação. Rafael também se afasta da casa nesse período, saindo da entidade para se dedicar a outros projetos pessoais.

Como novas lideranças da Casa da Mulher e da Criança, em 2018, Matilde Gesteira assume a coordenação, por convite de Neide, que era presidente da entidade neste período. Nesta ocasião, a UPM tem uma rede de convênios bem estabelecida na região de Campo Limpo e Capão Redondo, nas quais coordena os seguintes

equipamentos: Centro de Defesa e Convivência da Mulher “Mulheres Vivas”, no Campo Limpo, como já citado; NCI (Núcleo de Convivência para Idosos) “Jd. Rebouças”, no Campo Limpo; NCI “Vida Ativa”, que está localizado no Capão Redondo e já foi citado neste texto como uma grupo muito ativo com a UPM desde 1990; NCI “ Campo Limpo”, no bairro do Campo Limpo; e a Casa de Acolhimento Provisório, de endereço confidencial na cidade de São Paulo.

Os equipamentos públicos citados acima estão sob coordenação jurídica da UPM e todos são conveniados da Prefeitura da Cidade de São Paulo, portanto, recebem verba para o seu funcionamento. Diferentemente da Casa da Mulher e da Criança, que é a sede da UPM, que recebe doações e grande parte das atividades oferecidas são realizadas por profissionais voluntários (com exceção aos professores e professoras das turmas no MOVA, que também recebem um auxílio financeiro do município).

A Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM, é valorizada como um espaço de emancipação e liberdade, sendo mantido sem nenhum convênio externo para que iniciativas sejam propostas e realizadas de forma independente e autônoma. Em contrapartida, percebe-se que o corpo de trabalhadores dos equipamentos conveniados estabelecidos pela UPM se vem pouco conectados com a associação, cooptando mais os valores do serviço público do que necessariamente a atuação em um movimento social. Se avaliarmos os desafios da UPM a partir da perspectiva dos atores da entidade, esse é um desafio atual.

Em 2020, com a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia de covid-19, todos esses equipamentos adaptaram suas atividades, realizando o que fosse possível de forma on-line e utilizando meios de proteção para as ações que precisassem do contato presencial. Assim, os cursos, palestras e oficinas da UPM foram todos suspensos por tempo indeterminado.

Durante 2020, a Casa da Mulher e da Criança funcionou como um polo de distribuição de cestas básicas doadas pela prefeitura de São Paulo para a população da região. As ações de distribuição de leite pelo programa “Vivaleite” do Governo do Estado de São Paulo não foram suspensas, identificando a necessidade de

distribuição deste alimento para a população mais afetada pela pandemia de covid-19¹¹.

Com a flexibilização das atividades presenciais, a pauta da economia solidária pode novamente entrar em vigor. A partir de fevereiro de 2021, sob uso de máscaras e mais meios de proteção individual, a Casa da Mulher e da Criança organizou um bazar mensal para angariar fundos para a casa atravessar esse período.

Os eventos do bazar, chamados popularmente de “Bazarzão¹²”, que desde seu começo vem sendo realizado periodicamente todos os segundos sábados do mês, movimenta a comunidade local sob os seguintes aspectos: a) uma estratégia que apoia as famílias em situação precária a acessarem materiais úteis, como roupas, calçados e utilidades domésticas a preços impraticáveis por lojas convencionais; 2) proporciona uma rede de mulheres que criaram iniciativas particulares de venda de roupas usadas em ótimo estado, como os famosos “brechós”. Além de proporcionar uma renda que é capaz de auxiliar na manutenção da casa, a UPM fortalece a comunidade local com doações que recebe.

A partir de 2021, além do “bazarzão”, as atividades ligadas a educação popular são retomadas na UPM, conforme quadro abaixo.

¹¹ Estudos comprovaram que as taxas de morte por Covid-19 foram maiores para a população negra, moradora das periferias dos grandes centros urbanos. Estes dados estão conectados a vários fatores que se interseccionam, como as falhas do saneamento básico, má distribuição de equipamentos de saúde e maior exposição de pessoas pobres a situações de aglomeração. Em entrevista à BBC Brasil, Paula Maçaira, coordenadora do estudo que aponta as desigualdades expostas pela pandemia, aponta que “a desigualdade social tem impacto direto nos óbitos entre os mais pobres e com menor escolaridade” e “quanto mais desfavorável a situação do paciente, mais chances ele tem de falecer.”. Dados disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>.

¹² Verifique o apêndice F para ampliar a compreensão dos registros.

Quadro 1 — Atividades da UPM da Casa da Mulher e da Criança em 2022.

Atividade ao público	Objetivo da Atividade	Responsável	Quantidades de usuários
Curso de Corte e Costura	Capacitar a aluna a modelar e montar peças básicas de confecção.	Lourdes	24 alunas
Curso de Bordado	Capacitar as alunas para desenvolverem, com o uso da criatividade e das técnicas de bordado, diversos produtos com bordado.	Lourdes	26 alunas
Curso “Participação e intervenção cidadã”	Promover a troca de conhecimentos para compreender os direitos que permitem ao cidadão intervir nas decisões, principalmente através de participação como membro integrante da sociedade	Alice Pereira	12 alunas
Curso de Pintura, Crochê e Tricô.	Promover o desenvolvimento das habilidades básicas e técnicas para aplicar na pintura de tecido, bem como técnicas de crochê e tricô.	Cristiane Ifran	25 alunas
Palestras do programa “Vivaleite”	Promover o compartilhamento de conhecimentos e saberes sobre questões sociais, culturais e econômicas para	Matilde Gesteira	146 usuários

	os usuários do Programa Vivaleite.		
MOVA	Promover um espaço alfabetizador e letrado para jovens e adultos.	Cristina Lopes e Alana Bonfim	100 alunos divididos em 5 turmas.

Como observado durante o trabalho de campo e nas conversas informais, o trabalho voluntário precisa ser fortalecido na entidade, para que mais atividades e serviços sejam oferecidos a população. Seguindo o quadro acima, notamos que muitas atividades estão ligadas ao trabalho manual e artesanal, que proporcionam, de certa maneira, outras possibilidades de atuação para essas mulheres. No entanto, percebe-se a necessidade de um trabalho da entidade que possa promover apoio jurídico nas demandas da vida social.

Constatando essa necessidade, em 2022, a Casa da Mulher e da Criança elaborou o Programa de Voluntariado da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, na qual consta um edital para voluntários dos mais variados segmentos, como das áreas das Licenciaturas, Direito, Psicologia e Serviço Social. Como objetivos específicos, consta-se: a) Apoiar na divulgação e desenvolvimentos dos projetos e demais ações da casa; b) Colaborar na construção de uma rede de apoio no desenvolvimento dos projetos; c) Acolher as (os) usuárias (os) da entidade com orientações referente à demanda apresentada (sempre supervisionado por uma profissional); d) Promover articulações de Rede Socioassistenciais na região; e) Orientações sobre os direitos e deveres de cidadania; f) Realizar atendimento individual; g) Elaboração e participação de Atividades Socioeducativas; h) Participação em oficinas (inclusão produtiva).

A UPM, que funciona atualmente se fortalecendo em relação ao período pandêmico que atravessamos, é o recorte de vários grupos femininos organizados e articulados em prol de melhorias nas condições de vida. Na zona de sul de São Paulo, como em toda capital paulista e demais cidades, se desenvolveram e se desenvolvem diversas atividades com forte participação política e social de mulheres das classes populares. É desafiador estudar estes movimentos, porque se expressam de formas diferentes e através de atores e atrizes diversos em anos de história.

Entende-se que as periferias apresentam uma multiplicidade de ações de mulheres organizadas politicamente enfrentando as mazelas do sistema capitalista e na construção de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento pleno dos sujeitos humanos. As mulheres, no seu fazer social e político, têm uma dimensão econômica, social e cultural da vida, transcrevendo tais percepções em suas pautas e exigências.

Os movimentos sociais exercem um importantíssimo papel na transformação das realidades que, em vista do sistema capitalista, se apresentam de forma cruel, excludente e segregadora. As mulheres, em séculos de organização social, se mostram ainda mais articuladas no século XX, se engajando politicamente frente as mazelas e desigualdades.

Os movimentos de mulheres, no qual podemos encaixar também o movimento feminista e suas várias vertentes, se organizam em configurações distintas, como ONG's e OSC's alocadas em comunidades, bairros ou mesmo agenciadas por empresas ou grupos populares. As mulheres são maioria em movimentos populares e que lutam condições melhores de vida e de trabalho. Os temas e problemas postos em pauta nos movimentos sociais de mulheres são abrangentes, no quais adentram a economia, política, cultura e relações sociais (GOHN, 2007).

3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.

— bell hooks (2005, p. 478).

Os problemas, hipóteses e desenvolvimento desta pesquisa são desdobramentos que têm como foco as mulheres da periferia, compreendendo que as dificuldades da cidade são dificuldades também estruturais. Vários conflitos acompanham a circulação de mulheres que, se categorizadas, enfrentam cada vez mais desafios, como mulheres negras, mães, indígenas, idosas, com deficiência, entre outras.

Assim, os caminhos dessa pesquisa nos levaram à refletir sobre as mulheres organizadas coletivamente em busca de justiça e equidade. Para tal, seguimos uma metodologia que se alinhasse com o pensamento de Gayatri Spivak que, em sua obra “Pode o subalterno falar?” (2010), defende uma agenda político-epistemológica interessada na construção de conhecimentos plurais, não perpetuando a universalização dos sujeitos e forjando espaços na intelectualidade para que, sim, os subalternos tenham suas vozes amplificadas. Diante desta contextualização, ordena-se neste capítulo as bases metodológicas do trabalho científico que segue para a análise do movimento social e da entidade UPM em sua expressão política de atuação das mulheres da periferia.

3.1 Pesquisando o movimento social

Esta pesquisa compreende a investigação sobre as iniciativas da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM), considerando a sua existência desde 1987 até 2022. Orienta-se para as identidades coletivas e para o protagonismo feminino, que se desperta sob a perspectiva da epistemologia feminista e decolonial.

Enfrenta-se este desafio por meio de uma abordagem qualitativa compreendida no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que representam fenômenos profundos que não podem ser reduzidos a

operacionalizações (MINAYO, 2002, p. 22). Em oposição ao Positivismo, que busca a análise neutra, as Ciências Humanas, por meio da sociologia compreensiva, buscam compreender a realidade humana naquilo que se vive socialmente, tendo a subjetividade como elemento que funda o sentido da vida social e isso é, portanto, inerente às ciências sociais (MINAYO, 2002, p. 23-24).

Mirian Goldenberg (2004) nos põe a refletir que, mesmo nas pesquisas quantitativas, o pesquisador e sua subjetividade estão postos também, seja nas suas escolhas, no roteiro, na bibliografia, entre outros. Assim, atentamos que

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc. (GOLDENBERG, 2004, p. 15).

Dentro de uma perspectiva filosófica de pesquisa, a sociologia compreensiva, que realiza um debate com sociologia positivista, se forja nas discussões sobre método. Enquanto o método positivista era defendido como aplicável nas ciências sociais, adotando-o das ciências naturais, muitos pesquisadores fizeram oposição para a aplicação dessas técnicas do campo social, alegando que são objetos e objetivos diferentes. Nas ciências da natureza, “os cientistas lidam com objetos externos passíveis de serem conhecidos de forma objetiva”, no entanto, “nas ciências sociais lidam com emoções, valores e subjetividades” (GOLDENBERG, 2004, p. 18).

Não é nossa intenção, neste momento, se aprofundar nessas reflexões. No entanto, é importante para refletirmos sobre o trabalho de campo, que é a técnica empregada nesta pesquisa para compreensão do meio social e suas subjetividades. O maior representante da sociologia compreensiva, Max Weber (1864 - 1920), considera que “o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado” (GOLDENBERG, 2004, p. 19). Assim, a sociologia compreensiva guia as tomadas de decisões nesta pesquisa, buscando as significações dos sujeitos e sujeitas dentro do seu ambiente.

Considerando que as transformações, fenômenos ou processos sociais precisam ser entendidos pela perspectiva da ação dos sujeitos sociais, inseridos em um mundo natural e social, seguimos o trabalho de campo para responder problemas que esta pesquisa busca responder: De que maneira as iniciativas agenciadas pela

UPM se relacionam com as vertentes contra hegemônicas do feminismo, como o feminismo decolonial? De que maneira a UPM constrói e se relaciona com as identidades da periferia?

O trabalho de campo foi alvo de muitos olhares referenciados à fantasia, ao exótico e à viagem para o desconhecido. Longe desta concepção, o trabalho de campo surge nesta pesquisa como uma técnica, estando fortemente aliado à pesquisa bibliográfica, permitindo um leque infinito de descobertas e estratégias, além da fundamentação teórica.

O campo de pesquisa pode ser considerado como o recorte que o pesquisador faz em relação ao espaço, apresentando um desenho próprio da realidade empírica a ser estudada, a partir de teorias que fundamentam o objeto da investigação. Além do recorte espacial, a dinâmica de interação social também é primordial para a investigação. A pesquisa social, fundamentado em uma construção histórica, transforma os sujeitos em objetos de estudo (MINAYO, 2002).

A entrada no trabalho de campo também exige do pesquisador uma sequência de estratégias para que obtenha êxito. Muitos obstáculos podem inviabilizar essa etapa de pesquisa. Minayo (2002) aponta alguns pontos que devem ser bem explorados: a) aproximação cuidadosa e gradual, que deve refletir e avaliar dia a dia sob os objetivos da pesquisa, respeitando efetivamente as pessoas e suas manifestações, e b) deve-se apresentar sua proposta ao grupo, esclarecendo o que se pretende investigar e quais os possíveis desdobramentos da investigação.

Partindo dessas observações após a delimitação do projeto e dos objetivos da pesquisa, foi selecionada a entidade pesquisada a partir do mapeamento e análises das organizações sociais de mulheres da Zona Sul de São Paulo, mais precisamente em Capão Redondo e Campo Limpo. A União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências prontamente se colocou à disposição para que eu, enquanto voluntária e pesquisadora, participasse da rotina da associação.

A recepção que tive foi altamente agradável. Eu conhecia o movimento através de outras pessoas que atuaram de forma indireta nas ações da casa e conheciam o histórico de luta que ali imprimia. Estabeleci o primeiro contato por telefone e agendamos um momento presencial para conversamos. Esse período de entrada

atravessava a pandemia de Covid-19, em abril de 2021, portanto, os contatos presenciais estavam restritos.

A apresentação da proposta de pesquisa foi bem recebida pela entidade. Nas observações realizadas, percebemos que a UPM se configura como um espaço que acolhe pesquisadores, relacionando produção de conhecimento à reflexão dentro da própria unidade, como também na exploração da história da entidade e na divulgação de sua potencialidade. O pesquisador, naquele espaço, tem um duplo papel: colaborar na formação dos usuários da entidade e explorar o potencial histórico-social na produção de conhecimento.

Esse duplo papel entre pesquisadora e voluntária vai tomando nuances muito interessantes durante todo o trabalho de campo. A função de voluntária logo ganha muito destaque entre todos os envolvidos na organização, expondo a necessidade de força de trabalho na manutenção das ações da casa, que são as mais variadas possíveis. Conforme fui ganhando a confiança das articuladoras da entidade, fui sendo integrada para apoio de atividades que envolviam tecnologia e gestão de projetos. Por possuir um pouco mais de facilidade com plataformas e ferramentas digitais, meu trabalho voluntário seguiu uma tendência de “ajudar” nos processos que envolviam computadores, redes e burocracias online. Ficou muito evidente nesse momento o predomínio da era digital, embora uma parte considerável do público não estivesse inserido nas novas tecnologias.

Em consonância a essa postura de apoio às ações da casa, o caráter de pesquisadora se estabeleceu mais fortemente com as equipes públicas da instituição. A intenção era justamente essa, que minha presença ali se fortificasse como alguém que integra o movimento e não como uma figura que apenas os observa e que seriam meros objetos de pesquisa. Eventualmente alguém comentava que eu estava “escrevendo sobre a entidade” e que era professora de História. Rapidamente vinha um lampejo de surpresa misturado a curiosidade, pedindo que eu explicasse um pouco mais sobre o papel de pesquisadora ali.

A função de pesquisadora dentro da UPM sempre foi altamente importante para a Dona Neide, que acolheu prontamente a ideia de perpetuar a história da entidade. Nas várias ocasiões em que coletei dados para a pesquisa, em uma delas Neide me

acolheu na sua casa, em Campinas, juntamente com seu esposo, Abel Abati. Foram horas de conversa sobre os caminhos da organização. Horas também despendidas pelo celular, que apoiou na superação das barreiras geográficas quando a ida para outra cidade não era possível.

Minayo (2002) aponta que o trabalho de campo é uma relação de troca, e assim foi na UPM. Me prontifiquei para colaborar nas iniciativas da casa e logo fui integrada. Como as atividades presenciais estavam, na sua grande maioria, suspensas, participei do pouco que estava ocorrendo. O grande movimento de 2021 foram os bazares realizados no segundo sábado de cada mês e na entrega do leite pelo programa Vivaleite, às terças-feiras. Já 2022 foi um ano mais movimentado.

Com a cobertura vacinal bem expandida, as iniciativas formativas foram retomadas, assim, tive a oportunidade de participar ainda mais, podendo ir presencialmente à organização nas terças-feiras e quintas-feiras, no período da manhã. Essa rotina é intensa, alinhando a pesquisa, o trabalho voluntário e minha função de educadora da rede estadual, que já demanda muitas horas de trabalho além do tempo em sala de aula. A pesquisa com sabor, como diz Goldenberg (2004), é o que faz isso ser possível.

Dentro da organização, as técnicas de pesquisa foram postas em prática. Como abordagem técnica do trabalho de campo, Minayo (2002) destaca a entrevista e a observação participante. Refletindo sobre a observação de uma situação social, o observador fica em contato direto com seus interlocutores do espaço social, participando da vida social, cultural, tendo em mente a sua finalidade, que é coletar dados para a pesquisa. Esse processo pode modificar o contexto social e, sem dúvidas, modificar o observador. Lévi-Strauss (1975, p. 215) afirma que “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.

Enquanto observadora participante da associação, observei também que, o que alimentou meu desejo de iniciar uma escrita longa como a dissertação, investigando a vida de mulheres da periferia, estava cada vez mais forte e consolidado. O trabalho de campo possibilitou enxergar ainda mais a multiplicidade de vivências, em toda a sua diversidade e contradição.

Investigar as organizações sociais na periferia, com foco nas iniciativas femininas, é uma vontade antiga. Localizo minhas experiências nesta escrita, significando meu pensamento e as minhas condições de reflexão de um lugar específico, considerando que nasci e cresci no Capão Redondo e Jardim Ângela, Zona Sul de São Paulo. Aqui, vemos de perto as ordenações da vida social, expondo as divisões sexuais do trabalho, o protagonismo de diversas mulheres (muitas vezes mães solas) em diversas estratégias de manter sua família nos atravessamentos das desigualdades sociais. Neste cenário, diversos privilégios me acompanham: falo do lugar de uma mulher branca, jovem, cisgênero e, ao mesmo tempo, falo também sob a perspectiva do periférico: filha de migrantes pobres e trabalhadores, oriunda de escolas públicas, moradora de um dos bairros considerados mais perigosos do mundo e pesquisadora atuante neste cenário. A pesquisa nesse campo ordena cientificamente as sensações que já me acompanham como mulher da periferia.

Contextualizando o campo de pesquisa, a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado e voltada as iniciativas de caráter social. A sede da entidade está localizada no bairro Jardim Maria Sampaio, na região do Campo Limpo. O trabalho de campo foi realizado na sede da organização, que funciona de forma autônoma, sem vínculos com órgãos públicos ou governamentais. A sede é uma casa grande, alugada, com 9 cômodos e 2 banheiros. A casa é plana, antiga, com corredor lateral que torna os ambientes claros e bem arejados.

Os ambientes da casa dispõem: 01 sala de estar com sofás, sendo um espaço de socialização e conta com uma grande estante de livros, 01 sala de aula equipada com 18 cadeiras, lousa e tv, 01 escritório da coordenação com mesa para reunião, 01 escritório do setor administrativo, 03 salas para almoxarifado, 01 cozinha e 01 escritório do Banco União Sampaio. A garagem da casa foi adaptada para acolher o bazar de roupas usadas. No fundo da casa, também há um ambiente adaptado com mais de 50 cadeiras e um projetor, virando um espaço que possibilita o acolhimento de mais pessoas. As máquinas de costuras que a casa possui para os cursos dividem espaço neste ambiente.

Dentro deste espaço, circulam pessoas que são participantes das atividades da casa, como estudantes do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e

Adultos), alunas dos cursos oferecidos na casa e trabalhadores da organização. As aulas do MOVA iniciam às 7h e encerram às 18h. As atividades ligadas ao público geral, como atendimento social realizado pelas assistentes sociais voluntárias, iniciam às 8h.

O portão fica aberto integralmente e a circulação de pessoas é grande, mesmo tendo a sensação de que aquele espaço é privado. A sensação é que todos e todas são bem-vindas, seja para procurar apoio em algum serviço, verificar se há vaga em algum curso ou comprar no brechó que fica disponível na garagem. É um ambiente muito acolhedor entre as trabalhadoras e a população local.

No contexto da pesquisa, além da observação participante, que é uma técnica do trabalho de campo, aplicamos também entrevistas. As entrevistas buscam investigar as trabalhadoras da organização e as usuárias dos serviços. Foram realizadas 5 entrevistas sendo: 01 referência da 1ª geração da UPM, 02 referências da 2ª geração e 02 usuárias na atualidade.

Quadro 2 — Relação de entrevistadas para a pesquisa.

Nome da entrevistada	Idade	Atuação na organização	Período de atuação
Neide de Fátima Martins Abati	84	Fundadora	Desde o início
Alice da Conceição Pereira	53	Voluntária na sede da organização e Assistente Social no NCI Campo Limpo	2018 até a atualidade
Cristina Lopes da Silva	48	Professora do MOVA	2017 até a atualidade
Antônia Fátima Nascimento	63	Usuária da organização	2019

Lucia Conceição do Nascimento	64	Usuária da organização	2020
-------------------------------	----	------------------------	------

A análise documental também será realizada a partir de registros fotográficos e de documentos da UPM, como seu estatuto e os folders de divulgação de cursos e palestras. A seleção de documentos e imagens foi realizada para entender como as iniciativas da entidade desde a sua fundação projeta uma trajetória histórica da instituição.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações”, que, por meio de procedimentos sistemáticos, permitem inferir os conhecimentos relativos a essas mensagens (BARDIN, 2010, p. 31). A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Bardin se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

A Pré-análise é a primeira etapa de organização. É nesta etapa que o pesquisador organiza seu material, sistematizando as ideias em leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulação dos objetivos e hipóteses e construção dos indicadores (BARDIN, 2010).

A etapa seguinte é a de exploração do material, que tem por finalidade a categorização ou codificação do estudo. Aqui as categorias podem ser definidas, no entanto, dentro da análise de conteúdo, as categorias podem ser definidas a priori ou posteriori (BARDIN, 2010). Neste estudo, buscamos definir as categorias com antecedência, agrupando-as em: feminismo, periferia e participação.

A terceira fase tratará os resultados, com inferência e interpretação. Esse momento exige a análise crítica e reflexiva das mensagens, com a finalidade de captar os conteúdos do material coletado. A “lente” que nos fundamentará nas análises e interpretações do material fazem parte dos estudos da epistemologia feministas e decolonial, como Vergès (202), Rago (1669), Sito e Felix (2021), entre outras.

3.2 Decolonizar a escrita acadêmica: perspectivas feministas

Uma preocupação presente desde a construção do projeto de pesquisa desta dissertação dirigia-se ao público leitor das palavras desse texto. Serão páginas acessadas estritamente dentro da academia? Será um conteúdo acadêmico compreensível apenas para historiadores, sociólogos e antropólogos? Ou me preocupo com a ação militante que analiso aqui e as mulheres e homens que as protagonizam? De que maneira o conteúdo descrito poderia chegar aos sujeitos de quem eu falo? Refletindo sobre esse problema, poderia ser possível escolher um só caminho, o que não é verdade. Quando se escreve, escreve para o mundo. Assim, ao longo do processo de pesquisa e escrita, fui percebendo como as duas perspectivas trabalham juntas, a da pesquisadora e da militante. A fragmentação dos universos vivenciados deu espaço à integração entre experiências de campo, acadêmicas e profissionais.

Esta integração viu espaço nas formas de produção de conhecimento científico feminista a partir da leitura de Rago (1996, 1998, 2014), Gonzales (1988), Lugones (2008), Federici (2004), Vergès (2020), Curiel (2020), entre outras intelectuais. Dentro da pluralidade do feminismo, o feminismo decolonial forja as suas bases no pensamento crítico das propostas decoloniais, oferecendo criticidade para analisarmos os processos históricos e políticos da sociedade atual diante da modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo (CURIEL, 2020, p. 121).

As novas perspectivas propostas pelo feminismo decolonial analisam de forma complexa as relações entre diversas categorias, sejam raciais, de gênero, sexualidade, classe e geopolítica. A decolonialidade no movimento feminista é fruto da movimentação de mulheres indígenas, afrodescendentes, lésbicas e pobres, que questionam os privilégios de mulheres brancas divulgadoras de um feminismo também branco e que reproduz racismo, machismo e heterossexismo nas suas práticas (CURIEL, 2020).

Dentro das discussões sobre metodologias feministas, Donna Haraway (1995) defende que o pesquisador ou pesquisadora evidencie seu lugar de enunciação, apontando que este lugar afeta grandemente as maneiras de se interpretar o mundo e, assim, a maneira de interpretar a pesquisa. Avaliando sobre a perspectiva da ética

de pesquisa, esse ponto é essencial para a produção de conhecimento, considerando que, além do olhar do/a pesquisador/a, está sendo produzido um conhecimento que considera e avalia as questões geopolíticas, raciais, de capital social e outros posicionamentos.

Patrícia Hill Collins (1998), questiona situações relacionadas ao posicionamento de quem pesquisa. Para a autora, o ponto de vista tem dois componentes, sendo eles 1) experiências político-econômicas e 2) uma consciência feminista sobre a realidade material. A experiência e a consciência dão base para as análises, criando um conjunto de situações e que são interpretadas por quem as vive. A experiência vivida é uma fonte de conhecimento preciosa e como é ela que precede a consciência e interpretação da própria realidade, ela mesma investiga a sua vida.

A interpretação dessa realidade, como a das mulheres periféricas, envolve mais do que categorias analíticas conforme Collins (1998). Se há uma análise profunda da relação das expressões estruturais e ideológicas na formação dos sujeitos e suas subjetividades, a análise é sobre as experiências vividas e a compreensão de que maneira são produzidas.

Endossando este pensamento, Curiel (2020) nos diz que:

Não estou dizendo que apenas quem sofre certas opressões é capaz de entender e investigar realidades que afetam outras pessoas, mas digo que existe um privilégio epistêmico importante de ser considerado na produção do conhecimento. Isso significa que a subalternidade precisa deixar de ser objeto e passar a sujeito do conhecimento (p. 132).

Entende-se que a produção de conhecimento, diante da metodologia feminista, tem a preocupação sobre quem a escreve, não restringindo a produção dos saberes, mas evidenciando que algumas questões são atravessadas por processos históricos e expressos nas palavras. O feminismo negro contribui ao debate com o desenvolvimento do pensamento de “lugar de fala”, que defende que não devemos nos restringir a nossas experiências individuais, mas focar no compartilhamento de experiências compartilhadas historicamente por grupos localizados dentro das estruturas de poder (RIBEIRO, 2017). Nesse caso, as experiências compartilhadas são de mulheres moradoras da periferia de São Paulo, articuladas em movimento

social e que, de maneiras diversas, interpretam a realidade que vivem e buscam justiça social.

Nessa perspectiva, desvenda-se a potencialidade de produção intelectual do sul global, com práticas engajadas na leitura complexa e profunda dos processos que envolvem questões históricas alinhadas com o colonialismo.

O colonialismo se refere a estrutura de dominação e exploração pelo controle da autoridade política e dos recursos do trabalho de uma população específica, de identidade marcadamente diferenciada e que estão em um território sob outra jurisdição.

Quijano (2009) aponta que a colonialidade se origina na América e se torna um modo de classificação mundial.

No decurso da evolução dessas características do poder actual foram-se configurando novas identidades sociais da colonialidade — índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços — e as geoculturais do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois). E as relações intersubjectivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a modernidade (QUIJANO, 2009, p. 74, grifos do autor).

A modernidade e colonialidade são postas na nossa vida sob o aspecto da naturalidade que advêm desses modos operandi: o mundo é globalizado, devemos consumir a mesma coisa e sempre consumir mais. Tudo é posto como inquestionável. O modo de conhecimento baseado na colonialidade impôs que a racionalidade capitalista é a única racionalidade válida, assim, emblema da modernidade (QUIJANO, 2009).

Mignolo (2007) defende que o pensamento decolonial surge como uma contraposição à modernidade e colonialidade, tendo suas raízes nas Américas. O pensamento indígena e afro-caribenho forja a resistência americana. Nesse caminho de críticas e novas produções, o pensamento latino-americano entra em confluência com contextos asiáticos e africanos na confrontação do colonialismo francês e imperialismo britânico.

As contribuições do pensamento decolonial para o feminismo são diversas. Considerando as especificidades das construções, tanto do pensamento decolonial quanto dos feminismos, existe um impulso de desobediência epistemológica. A desobediência epistêmica, defendida por Mignolo (2008) e Quijano (2009) é a maneira pela qual sairemos do domínio dos conceitos modernos e eurocentrados.

Por favor, deixem-me lembrar-lhes o que significa o termo epistemologia. O termo é composto pela palavra grega *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: (a). (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro; (b). (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido; (c). (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos (KILOMBA, 2016, p. 10-11).

No texto citado por Grada Kilomba, manifesta-se uma desobediência epistemológica, como é possível exercer na prática a transgressão para contrapor a colonialidade. Para Santos (2018), essa desobediência é indispensável à crítica feminista à ciência, trazendo para nossas pesquisas o que a nossa formação eurocentrada desconsiderou.

4 AS NARRATIVAS FEMININAS NAS UPM

*Podemos aprender a trabalhar
e a falar apesar do medo,
da mesma maneira que aprendemos
a trabalhar e a falar apesar de cansadas.*

– Audre Lorde, “A Transformação do silêncio em linguagem e ação” (1977).

No campo das epistemologias feministas e do pensamento feminista decolonial, a obra de Vergès (2020) ocupa um lugar de destaque e de centralização. Constrói um espaço para um diálogo que se encaminhou para a realização das entrevistas com as mulheres da entidade pesquisada. Seguindo a seleção de 5 entrevistadas, como foi descrito no capítulo anterior (metodologia), organizou-se um conteúdo de acordo com a perspectiva das categorias: direito de existência, a construção de práticas emancipatórias e da análise multidimensional das opressões. Buscando compreender de que maneira os pensamentos desenvolvidos por Vergès estão presentes nas iniciativas e experiências dessas mulheres, foi possível observar diferentes nuances que levam para os 3 sentidos ali expressos. Colaborando com as análises, outros autores e autoras também foram incorporados, enriquecendo argumentos e reflexões pesquisadas e consideradas no material coletado.

Observa-se um grande desafio expresso pelo distanciamento que existe entre o movimento feminista, expresso pelas mulheres aqui pesquisadas e suas expressões de descontentamento com o movimento. Uma ausência de informações sobre a filosofia que o pensamento feminista desenvolve impõe-se no meio vivenciado pela pesquisadora.

4.1 Quem nos fala? As interlocutoras da UPM

As cinco mulheres que cederam seu tempo e conhecimento para este trabalho revelam o que a UPM realiza na atualidade e na trajetória histórica e social da entidade. Dessa maneira, apresentamos as protagonistas do trabalho de pesquisa.

A primeira apresentada é Neide de Fátima Martins Abati. Conhecida como Dona Neide, já teve sua trajetória exposta no capítulo 3. Seus caminhos colaboram para a construção e consolidação da entidade. É uma mulher carismática, muito

afetuosa e parece estar o tempo todo atenta as pessoas que conhece, transparecendo uma preocupação genuína e interessada no bem-estar coletivo.

Alice da Conceição Pereira, 53 anos, negra, assistente social atuante no Núcleo de Convivência de Idosos do Campo Limpo e voluntária na sede da UPM, é moradora do Jardim Comercial, na região do Capão Redondo. A história pessoal de Alice se conecta na UPM ainda muito jovem, quando sua mãe, Dona Alaide, era oficineira de corte e costura na UPM no início dos anos 1980. Teve uma juventude de muito trabalho, apoiando a mãe que, com mais filhos além dela, dava conta de tudo sozinha. Depois de adulta, resolveu terminar o ensino médio e ingressar no Ensino Superior, no curso de Serviço Social. Alice é sempre uma referência para os demais trabalhadores e usuários da UPM. Tem uma prática engajada e focada no combate às desigualdades sociais.

Cristina Lopes da Silva, 48 anos, branca, nascida em Pernambuco, veio para São Paulo ainda muito pequena. Mora no bairro do Campo Limpo há quase 30 anos. Casou-se também cedo e dedicou grande parte da vida aos cuidados dos filhos e da família. Há poucos anos se formou no Ensino Médio por meio do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ingressou no curso de Pedagogia. Atualmente é professora do MOVA na sede da UPM. Há cinco anos acompanha suas alunas e alunos com uma prática libertária, que é orientada na teoria e na prática por Paulo Freire. Cris, como é afetuosamente chamada por todos, tem um visível carinho por suas alunas e alunos.

Antônia Fátima Nascimento é uma mulher negra, de 63 anos e aposentada. Nasceu em Minas Gerais, trabalhou na roça até o final da adolescência e veio para São Paulo. Atuou no setor de limpeza, de garçoneiro e em creches. Segundo ela, já fez de tudo um pouco. Atualmente realiza alguns serviços de costura. Fátima é usuária do NCI Campo Limpo e engajada nas pautas políticas e sociais, principalmente envolvendo a demanda dos idosos. É uma mulher cheia de energia, que está sempre em movimento e de olhos atentos ao seu redor.

Lúcia Conceição do Nascimento, mulher negra, 64 anos, baiana e aposentada. Veio para São Paulo, na região do Campo Limpo, para acompanhar os filhos. Passou boa parte da vida no cuidado dos filhos e da família. Hoje faz trabalhos ligados às

mídias sociais, como participação em comerciais de televisão e internet. Lúcia é usuária do NCI Campo Limpo e politicamente ativa nas pautas relacionadas aos idosos. Lúcia exala bom humor por onde passa, sempre tirando risada de todos com alguma fala.

As cinco entrevistadas aceitaram o convite de colaborar para esta pesquisa prontamente, reconhecendo que seus convívios no local ganham expressões culturais próprias. Esse pequeno recorte busca refletir de que maneira as iniciativas da UPM estão articuladas ao movimento feminista em sua vertente contra-hegemônica.

4.2 O direito à existência: A educação como prática emancipatória

Vergès (2020) defende que o feminismo de política decolonial não apenas disputa a palavra “feminismo” da mão das políticas de oposição carentes de ideologias, mas se constrói em cima da luta de mulheres do sul global que precederam as resistências e reivindicações atuais. Assim, analisando o passado, que é forjado por movimentos de mulheres e apagados por políticas desenvolvidas por homens, Vergès aponta que o feminismo decolonial também afirma que, tanto o movimento quanto as mulheres, defendem seu direito de existência.

Quando pensamos no direito à existência, é necessário que essa existência seja lida nas suas múltiplas dimensões. Assim, a interseccionalidade é essencial para que, neste momento, a luta por esse direito se desdobre em diversos campos: dos estudos, da política, da ocupação e vivência da cidade e como sujeitos e sujeitas das suas histórias. Léila Gonzales (1988, p. 42), que segue convincente juntamente com as análises de Vergès, aponta que as mulheres não-brancas, maioria expressa neste trabalho, foram suprimidas da sua humanidade e negadas a serem sujeitos do seu próprio discurso e das suas vozes.

Na análise das entrevistas, o direito a existência foi sinalizado fortemente nas práticas educacionais e formativas da UPM. O acesso à educação é citado como transformador e empoderador. Alice da Conceição, assistente social no NCI Campo Limpo (Núcleo de Convivência de Idosos do Campo Limpo), que é um equipamento da UPM, e voluntária na sede da entidade, apontou que educação popular é uma potencialidade da entidade. Afirma ela:

Então você imagina o quanto foi importante essa metodologia [a educação popular] usada na UPM de empoderar essas mulheres, que muitas delas são idosas e que falam “naquela época eu não sabia escrever meu nome, porque eu tinha vindo da roça” ou então “meu pai não deixava eu estudar” porque a mulher não foi feita para estudar, não poderia aprender ler e escrever, e a UPM teve um papel muito importante nisso. Até me arrepiava falar. Um papel muito importante porque mostrou que a mulher poderia sim ser mãe, ser dona de casa, mas também ser a provedora, que existia oportunidades, auxiliou a mulher a entender qual era seu papel de verdade. Ela não era para ser só a dona de um lar. Cuidar do filho, de um marido e ficar ali. Não, ela poderia trabalhar, poderia ajudar o marido também nas finanças da casa. Poderia aprender, voltar para a escola e se empoderar de conhecimento né? Você sabe bem, o método Paulo Freire é bonito por isso, porque ele consegue passar... eu consigo passar saberes para a Débora e a Débora dividir saberes comigo. Saberes são compartilhados e quando a gente divide saberes a gente aprende...não é isso?

Para Vergès (2020), o feminismo decolonial tem as suas bases em práticas emancipatórias, buscando a continuação destas iniciativas no sul global. Entre os relatos coletados, a relação entre mulheres, educação e emancipação fica evidente. No trecho citado acima, Alice evidencia que as mulheres, principalmente as pobres, tiveram o direito de acesso à educação negados por toda uma estrutura que impossibilita que mulheres e meninas permaneçam na escola.

No Brasil (podemos estender para a América Latina), os direitos fundamentais de acesso à educação foram historicamente negados aos grupos que não fossem da elite. Na Constituição Federal de 1988, no Art. 205, afirma que a Educação é um direito de todos e

dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (1988).

No entanto, a população feminina atravessou realidades discrepantes do cenário exposto na lei. Em relação à educação, meninas e mulheres estavam às margens do sistema escolar, restritas aos saberes domésticos e cuidados dos filhos, além de fazerem parte essencial do orçamento da casa. O horário que seria de estudo, se transforma em um horário que se deve trabalhar. Essa realidade está presente em todas as entrevistadas neste trabalho.

Quando se referem a educação, essas mulheres apontam-na como uma referência a “liberdade”. Cristina, Neide, Alice e Antônia Fátima relatam que concluíram a educação básica depois de adultas, quando já tinham passado por situações que envolviam o cuidado da família, dos filhos e então conseguiam se

dedicar as suas formações pessoais. Conforme os depoimentos de Antônia Fátima e Cristina, respectivamente:

Eu queria fazer curso de computação pra mim ler um pouquinho melhor. Entender mais. Então, por isso que eu fiz. Porque na época que meus filhos era criança, eu comprei um computador pra eles, pra eles estudar, né? Fazer os trabalhos. E se eles deixasse o computador ligado, eu não desligava, porque eu não sabia desligar, sabe, Débora? E quando cada um foi cuidar da sua vida, aí eu fui cuidar de mim, porque aí eu só trabalhava, pra ajudar eles, aí depois eles foram cuidar da vida deles, aí eu peguei, eu falei - agora chegou a hora d'eu cuidar de mim. Aí, fui estudar, fiz computação, que hoje, às vezes, se eu quero alguma coisa, eu vou lá e pesquiso. Cê entendeu? Não é aquela grande coisa, mas, pelo menos, eu já tenho uma noção.

Então, eu era do lar. Depois, eu fui trabalhar de diarista. Eu fui diarista numa loja, e aí, dali eu resolvi estudar, buscar o conhecimento. Eu já tinha feito o Ensino Médio, e aí eu entrei pro EJA. Fiz o EJA também. Depois, agora, depois que eu me formei, em 2016, eu fui na busca de entrar na área de trabalho e consegui o MOVA, que eu entrei diretamente no MOVA.

Essa mesma realidade é experienciada por alunas do MOVA. O perfil das turmas é de mulheres, acima de 50 anos, que retornam para o espaço educativo depois de anos. De acordo com Cristina:

Na verdade, muitas ali, elas ficaram a vida toda trabalhando no lar, vamos pensar assim, vamos falar assim, então a vida delas foram dentro do lar. Cuidar dos filhos. Depois, muitas têm um neto, e às vezes elas tão cuidando do neto. Muitas acabam deixando os sonhos dela de lado, pra realizar os sonhos de outro, então tem muito isso. Elas vão realizar os sonhos dos filhos, realizar os sonhos dos netos e deixar os sonhos delas para depois, porque se você fizer uma pesquisa lá, o sonho é ser professora, o sonho é ser médica, o sonho era ser uma grande chefe de cozinha, então todas tiveram sonho, mas tiveram que parar para que o sonho de outro, eu vejo dessa forma, para que o sonho de outro fosse realizado.

O pensamento de Cristina expõe que o sonho das mulheres, principalmente as que estão intimamente ligadas as funções do cuidado com o outro, também são os sonhos dos outros. A ordem patriarcal imposta pela modernidade e capitalismo excluem e subalternizam as mulheres da classe do trabalho, inseridas na estrutura social como máquinas de produção de novos trabalhadores (FEDERECI, 2004).

Como citado por Alice, Paulo Freire é uma presença constante na entidade¹³, sendo referenciado como um intelectual que guia as ações dentro da UPM. Assim, a importância dada para a prática educativa libertária é constante, reconhecendo que a educação popular é uma maneira de proporcionar emancipação e empoderamento às mulheres e aos homens.

¹³ Verifique o apêndice A para ampliar a compreensão dos registros.

Paulo Freire defende que a educação popular tem os elementos necessários para que possamos desfazer a ordem vigente, inclusive convidando a escola a repensar seu papel.

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. [...]. Há estreita relação entre escola e vida política (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19).

Em um relato informal e anônimo, algumas alunas do MOVA confidenciaram que não se sentiram acolhidas dentro do ambiente da escola formal e regular, que não proporcionava a relação que elas possuem ali naquela turma na UPM. Assim, podemos refletir que as turmas formadas por adultos se configuram como uma espécie de transformação da escola como um poder burguês, conforme citado por Freire.

Refletindo a potencialidade da educação popular como prática libertadora e que nos dá o direito à existência, Cristina aponta que as alunas e alunos do MOVA na UPM não têm vontade de sair do programa. Assim, aquele espaço de formação vira uma presença constante na vida dos sujeitos, fazendo parte de quem eles são. Afirma Cristina:

O espaço é bom. A forma de trabalhar é boa, então, eles não vão, na verdade, eles não vão buscar outro lugar. Eu penso assim, nós só saímos de um local, quando nós não somos aceitos, então, se você vai num lugar, né, Débora, você fala assim “olha, ali eu não estou me sentindo bem.”. O quê que você faz? Você sai. Então, se você está ali há 10 anos, é porque o espaço, ele te acolheu, então você sente-se bem dentro do espaço, então, você acaba ficando. Enquanto ali estiver fazendo bem para eles, eles não vão querer sair, então, essa é a educação popular. Eles acabaram apropriando e viram que funcionou.

Para Freire (1989), a alfabetização é uma etapa essencial na formação da consciência das trabalhadoras e trabalhadores, que pode ser a fonte da superação das contradições entre opressores e oprimidos. Alimentada pela práxis freireana, Cristina relata o caso de uma aluna que, antes de aprender a ler, tinha medo de andar pela cidade e várias vezes foi enganada por pessoas quando pedia ajuda para pegar um ônibus. Em relato informal, Dona Luiza, aluna citada por Cristina, diz que agora não é mais enganada, inclusive andando de metrô por São Paulo.

A práxis libertadora de Paulo Freire encontra espaço na UPM e em demais movimentos de mulheres e feministas por ser também enfrentamento as desigualdades de classe, raça, gênero e demais intersecções (HOOKS, 2019). Ainda refletindo sobre o direito de existência nas práticas libertárias da educação popular, Paulo Freire ressalta que

para nós, o trabalho de alfabetização, na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhora da qualidade de vida e pela transformação social (2000, p. 68).

A UPM, diante da luta pela transformação social e da importância social que credita às práticas educativas emancipatórias, realizou a primeira edição do curso “Participação e Intervenção Cidadã”¹⁴. Este curso foi planejado como um espaço fortalecedor das existências, no qual era possível acessar conhecimentos necessários para que a cidadania fosse discutida pelos participantes. Alice da Conceição coordenou este curso, reiterando que o resgate da cidadania é uma pauta presente nas iniciativas da entidade.

Alice aponta que o projeto de realização do curso “Participação e Intervenção Cidadã” foi coletivo e teve seu início em 2016. A motivação para reunir diversos professores para a confecção de uma proposta de educação popular veio a partir do contato com a população do Jardim Ângela, bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo. Em contato com famílias carentes de comunidades pobres para realizar seu trabalho como assistente social, Alice realizava orientações em relação às políticas públicas vigentes e percebia que não era bem compreendida.

Como educadora socioeducativa, eu ia nas famílias e por incrível que pareça, foi justamente a comunidade que eu te citei agora pouco, na região do [Jardim] Ângela, Morro do Índio, Jangadeiro... e aí eu comecei ter o primeiro contato com essas pessoas mais vulneráveis da comunidade, pessoas simples do dia a dia e comecei a observar. E aí quando eu ia ter uma troca eles falavam assim “Ó, se a senhora vier aqui falar de política, eu não quero saber de política, eu não gosto de política”. Só que não era política que eu estava levando, eu falava dentro da minha área de formação sobre políticas públicas desenvolvidas para ele. Geralmente quando eu falava sobre habitação, que eu citava sobre habitação, geralmente era assim que as conversas fruíam, eu falava “Hoje você tem um lote, um pequeno lote num espaço que foi construído... mas como você conseguiu esse lote? Hoje ele é marcado, ele tem um documento que está guardado e arquivado na Av. São João” eu dava até o endereço, “Se você precisar desse documento, você pode ir lá buscar, está lá no seu nome, é o número do seu lote. Mas como você conseguiu isso? Teve um projeto que Fulano fez...” então eu passava,

¹⁴ Verifique os apêndices C, D e E para ampliar a compreensão dos registros.

só que eles acham que era politicagem. Eu falei “Meu deus, eu preciso desmontar essa estrutura”.

A estrutura citada por Alice pode ser traduzida conforme Vergès (2020) como algo praticamente invisível, portanto, que dificilmente é visto pela sociedade, como a razão da desigualdade e expropriação, sendo essa estrutura racista, sexista e que pode ser acessada a partir de uma abordagem multidimensional. Compreendendo a complexidade estrutural que existe sob o fato de a população “não querer saber de política”, a iniciativa formativa liderada por Alice teceu abordagens de temas de forma interdisciplinar, proporcionando aos participantes uma formação ampla que envolve direitos sociais, civis e políticos. Abaixo está o folder do curso.

Figura 11 — Capa do folder de divulgação do curso Participação e Intervenção Cidadã.



Fonte: UPM.

O *folder* de divulgação do curso é estampado com a ilustração de Paulo Freire, patrono da educação e figura presente na entidade, inspirando linguagens teóricas e práticas. A pedagogia freireana foi essencial para a realização dos encontros formativos, considerando a horizontalidade necessária para que a educação popular

aconteça. As aulas não eram espaço para que a educação bancária acontecesse, depositando nas alunas os “saberes”. Assim, todos os encontros possibilitaram a troca de conhecimento entre todos (HOOKS, 2019, p. 26).

Figura 12 – Folder de divulgação do cronograma dos encontros formativos.

Objetivo: Conhecimento para entender os direitos que permite ao cidadão intervir nas decisões com participação como membro integrante da sociedade, de forma direta ou indireta. Desta forma, por meio de direitos civis e políticos, os cidadãos participam das decisões e colaboram através de espaços coletivos de discussão sobre aspectos relevantes da sociedade.

Justificativa: Desmistificando os mitos sobre política, que afasta a sociedade civil da construção dos direitos coletivos, gerando conflitos de forma articulada e bem orquestrada pelo poder com o intuito de conseguir alcançar seus interesses. Assim se desvaloriza o trabalho de uma construção política participativa onde a cidadania tem deveres e direitos garantidos na constituição Federal.

Inscrição:
A inscrição será feita através do formulário:
<https://forms.gle/kpSfsGiU5oCRLBeU6>
Limite de vagas: 30



Cronograma

19/03/2022 – Aula 1
Tema: Acolhimento e Apresentação do Curso | Pedagogia de Paulo Freire

26/03/2022 – Aula 2
Tema: Educação; Direitos Humanos; Resistência, Direito Laico, Paulo Freire, Crianças e Adolescentes – (ECA).

02/04/2022 – Aula 3
Tema: Saúde; SUS, Sucateamento, Terceirização, Responsabilidades, Direitos do Idoso – Leis (Estatuto do Idoso).

09/04 – Não haverá aula

16/04/2022 – Aula 4
Tema: Moradia; Movimentos – Marginalização, Ocupação x Invasão.

23/04/2022 – Aula 5
Tema: Segurança; Lei, Teoria e Prática, Papel do Estado, Prevenção x Ostensiva.

30/04/2022 – Aula 6
Tema: Étnica; Indígena e Negros/ História – Cultura.

07/05/2022 – Aula 7
Tema: Cultura e lazer: Importância e acesso a Comunidade.

14/05/2022 – Não haverá aula

21/05/2022 – Aula 8
Tema: Gênero/ Mulher: História do Movimento, Violências e Feminicídio.

28/05/2022 – Aula 9
Tema: Gênero: LGBTQ+, História, Respeito, Violência e Homofobia.

04/06/2022 – Aula 10
Tema: Classes Sociais; História / Origem – Como ocorre hoje, luta de Classes.

11/06/2022 – Não haverá aula

18/06/2022 – Aula 11
Tema: Constituição Federal; Estância de Poder (Municipal, Estadual e Federal), Executivo, Legislativo, Política e aspectos Político.

25/06/2022 – Aula 12
Avaliação e certificado

Fonte: UPM

A pluralidade de temáticas expõe que as iniciativas da UPM se constroem sob a complexidade da vida social. Com base nos conceitos de educação popular, percebe-se a discussão sobre políticas públicas e construção da cidadania se tece em temáticas que desenvolvem o direito à educação, saúde, moradia, cultura, segurança pública, diversidade étnica racial e demais discussões sobre gênero e LGBTQIA+. Encerrando as temáticas, encaminha-se a aula sobre constituição federal.

Nos relatos das entrevistadas, fica evidente que esses encontros proporcionaram reflexões que antes não haviam sido acessadas pelas participantes. Conforme Lucia:

Foi uma coisa que, pra gente, quem foi participar, valeu, assim, como se fosse um ano de aula, porque a gente adquiriu bastante conhecimentos, tiramos muitas dúvidas. Você imagine, eu acho que a gente tirou muita dúvida até de como conversar um assunto corriqueiro. No dia mesmo, que a palestrante foi a...eu não sei, eu não lembro...acho que é Paula, que é professora. Era a primeira professora trans, diretora, no colégio.

A aula citada por Lúcia teve como docente convidada a Professora Paula Beatriz de Souza Cruz, mulher negra e primeira diretora trans da rede pública estadual. Em relação ao pensamento de Vergès (2020), pelo qual o feminismo decolonial deve abordar as múltiplas opressões de forma transversal e interseccional, Paula proporcionou o compartilhamento de experiências dos universos de mulheres, das negritudes e aspectos da transgeneridade.

Ter espaços para essas trocas propiciam o enfrentamento de práticas sexistas, racistas, classistas e, como nessa aula citada, dá elementos para combate a transfobia. Para Vergès (2020), o feminismo civilizatório, que é conivente e constituinte ao sistema capitalista, busca a manutenção das mazelas e segue os interesses corporativos. Assim, o feminismo decolonial defendido por Vergès e demais integrantes dessa filosofia, legitimam que

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica (VERGÈS, 2020, p. 13–14).

O curso “Participação e intervenção cidadã” pode ser considerado, a partir dessas análises, uma iniciativa que dialoga com as premissas do feminismo decolonial. Desde 1950, quando se inicia na América Latina as discussões teóricas e práticas em relação a educação popular, buscando a emancipação humana, estas iniciativas tinham o objetivo de refletir “uma recusa à educação do colonizador” (GADOTTI, 2007, p. 25).

Neide, quando questionada sobre a potencialidade da educação popular como instrumento de transformação para as mulheres e para a periferia num contexto amplo, responde “é preciso ainda mais”. No cenário compreendido como ideal, Neide aponta que as universidades precisam estabelecer mais conexões entre as periferias, expondo a necessidade de reflexões intensas sobre alicerces muito profundos que constituem a sociedade, entre eles o próprio racismo estrutural e patriarcado.

Lúcia e Fátima trazem reflexões próximas, no entanto, as duas integram os idosos às discussões, apontando que as iniciativas voltadas à formação de mulheres e homens idosos é essencial para esse grupo. Lucia relata que:

Creio que a maior parte dos idosos agora, só tem de distração a televisão, né?! Aí você assiste um Jornal Nacional, ouve falar um assunto, mas aí esse assunto, como na Amazônia mesmo, você ouve falar o que tá acontecendo lá, mas cada canal que você botar, você ouve falar da Amazônia, só que em assuntos diferentes. Pra um não tá bom, pra outro tá bom, pra outro tá super bom. Não é assim? Porque vai do interesse de cada um. No caso, cada um, político, né?! Tem seu interesse, mas aí quando a gente tem aquela oportunidade de conversar com aquele indi...como é que diz? O filho de seu Abel?

Entrevistadora: Indigenista, né?

Sim. Viu de perto, vivenciou aquela situação, né?! E ali, a gente tá vendo a prova viva, porque muitas coisas que a gente assistiu na televisão, não é bem assim como a gente assiste, mas a gente só tem a televisão, né, pra informar a gente. E ali, a gente está diante da prova viva, aí vem mais tarde, quê que acontece? Matam aqueles dois. Muitos outros já foram mortos, mas pra gente que tá tomando aquele curso, a gente que já passou a andar no assunto, dali pra frente, né?

Lucia cita neste trecho a questão de acesso à informação, relacionando a aula ministrada por Paulo Abati, médico infectologista que trabalhou com a população indígena e possibilitou discussões e reflexões sobre os povos originários durante o curso “Participação e intervenção cidadã”. Participar dessa aula fez com ela tivesse outras percepções sobre o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, mortos a tiros no Vale do Javari, uma região remota da Amazônia.

Conceição Paludo constrói uma análise histórica do que é ser “popular” e, neste grupo, a população idosa faz parte. Em uma perspectiva alinhada ao projeto de Modernidade, o popular é o povo chamado de “excluído” e que passa por processos atuais de elevação à categoria de cidadão. De acordo com a autora, o popular é sempre citado em discursos em épocas de eleição e compreende a população altamente temida quando organizada em movimento e em luta. Essa multidão é formada por pessoas exploradas, pouco valorizadas, sem acesso aos bens culturais e desvalidos, como “idosos e crianças abandonadas” (PALUDO, 2005, p. 50).

No campo popular, a emancipação humana pode ser gestada em diversos lugares sociais, como em organizações nos moldes da UPM. Fátima, refletindo sobre a importância da formação da consciência cidadã e política, aponta que os idosos perdem direitos sociais e não se organizam coletivamente, ou seja, para ela, falta

participação popular entre os idosos. Antônio Fátima relatou sobre uma constante ausência dessa parcela da população quando são realizados eventos, como palestras e encontros de idosos, em outros espaços da cidade.

Paludo (2005), analisando a potencialidade da consciência cidadã, defende que a motivação para a transformação das realidades vem por meio da conscientização do seu papel como cidadão.

É a consciência cidadã que motiva a sociedade a mover-se, a assumir o público como seu próprio, a exigir respeito do Estado e dos partidos políticos, a fiscalizar e controlar o desempenho público e a exigir prestação de contas dos funcionários. Também se relaciona com a necessidade de realizar trocas culturais substanciais em todos os âmbitos, particularmente no político, ou seja, a necessidade de mudar valores, crenças e atitudes diante do estatal, diante do público, diante da relação Estado-sociedade civil e diante da relação Estado-partidos políticos, o que supõe a erradicação de percepções ideológicas que os identificavam no passado autoritário como inimigos irreconciliáveis, diante das quais não havia sequer a possibilidade de diálogo (PALUDO, 2005, p. 22).

Nesse aspecto, é possível relacionar o pensamento de Paludo com as experiências de Antônio Fátima e Lúcia, que citam a mudança de regras na gratuidade do bilhete único para idosos na cidade de São Paulo. Ambas as entrevistadas observam a retirada de direito à gratuidade como um desrespeito aos idosos, boicotando o direito à cidade.

Relacionando ao pensamento de Vergès, podemos refletir que são políticas que impedem o direito de ser. No entanto, a percepção das entrevistadas em relação a retirada de direitos, com apoio às reflexões proporcionadas nas iniciativas da UPM, adquire sentido a partir da construção de uma pedagogia decolonial crítica (VERGÈS, 2020, p. 38).

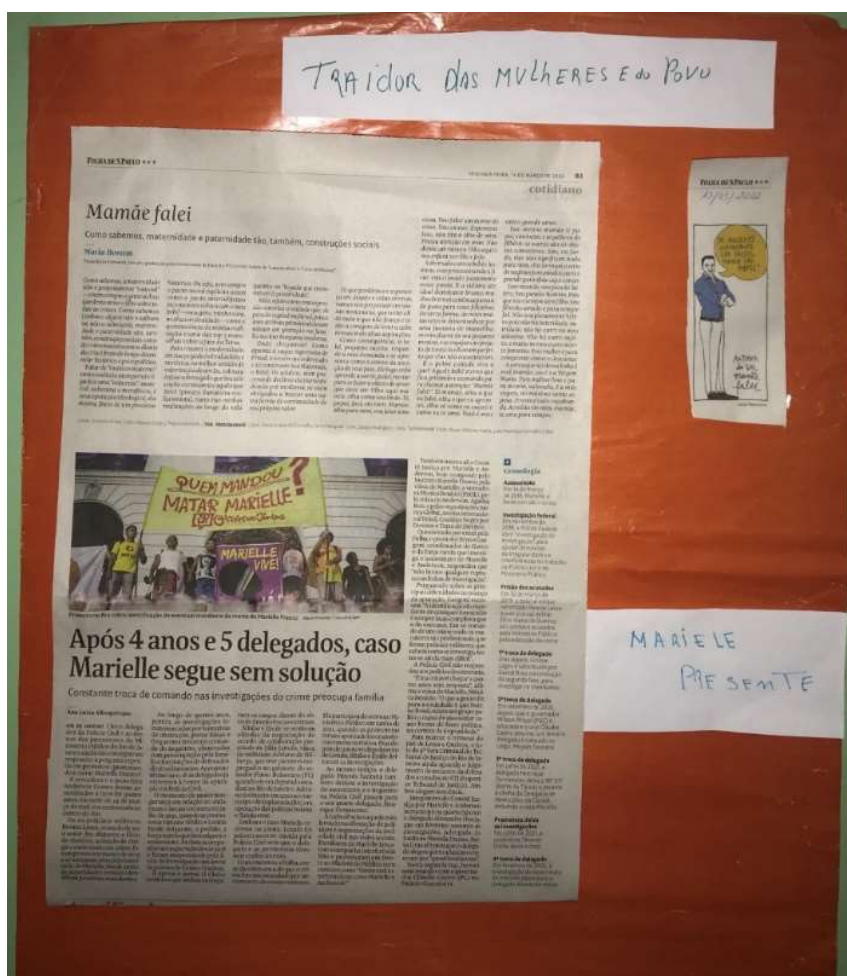
Os aspectos citados por Vergès para a pedagogia decolonial crítica não são estáticos e não possuem teoria e método estritamente delimitados. A autora cita que tal modo de ensinar e ver o mundo está ligado ao “transversal” e ao coletivo. Nesse sentido, quando perguntada sobre a importância das formações ligadas a consciência cidadã e política, Antônio Fátima alinha-se ao discurso da coletividade.

Porque não adianta você ir, chegar lá, só fazer aquele artesanatozinho e voltar pra casa. Não. Você tem uma reunião? Vai. Cê não quer falar nada, mas pelo menos você escuta. Se você não entender, pergunta pra quem entende. Entendeu? Pra você ir vendo quais os seus direitos e deveres, né?

A questão dos direitos coletivos é bem citada pelas entrevistadas, que buscam a participação em eventos que tratem da temática. A dificuldade com a linguagem é citada também, no entanto, não é um empecilho que tem o poder de deter a presença delas nas reuniões. Os laços entre as mulheres integrantes da UPM, nos quais elas se apoiam mutuamente, se expressam por uma parceria de compartilhamentos e valores.

Antônia Fátima citou acima que não basta “chegar lá, só fazer aquele artesanatozinho e voltar pra casa”. Esse sentimento expressa o que é visível nos espaços geridos pela UPM: a preocupação com a consciência política. Abaixo há uma foto de uma notícia que foi recortada do jornal e colada na porta, em um corredor de circulação de pessoas.

Figura 13 – Notícia recortada do jornal Folha de S. Paulo



Fonte: (Autoria própria)

A notícia recortada tem dois focos: As investigações sobre o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, negra, periférica, ativista dos direitos humanos e LGBTQIA+. Para tal, foi escrito ao lado “Marielle presente”. Na mesma folha grande da colagem, há uma análise de maternidade e paternidade, cujo objetivo é apontar a postura misógina e infantilizada do ex-deputado estadual de São Paulo, Arthur do Val. A charge que foi anexada nesta colagem trata sobre este mesmo assunto. Para Arthur, foi escrita a frase “traidor das mulheres e do povo”. Essa imagem demonstra que os espaços físicos da UPM contêm registros da vida cotidiana e política¹⁵.

A colagem expressa uma coleção de valores altamente valiosos para a UPM: a análise do mundo contemporâneo sob a perspectiva do respeito às mulheres. Se Arthur do Val é o traidor das mulheres e do povo, Marielle se faz presente nas iniciativas que buscam justiça social. Ainda na reflexão de Antônia Fátima, quando usa a expressão “artezanatozinho”, podemos considerar que, além das oficinas que proporcionam saberes para a construção de materiais físicos, é necessário também que se construa um caminho de saberes que possibilitem a leitura do mundo social e político.

Considerando a importância da luta feminista para mulheres em situação de exclusão, é necessário analisarmos quais as aproximações e distanciamentos da UPM em relação aos discursos feministas.

4.3 Feminismo: aproximações e distanciamentos

O feminismo contemporâneo propõe uma leitura “feminista” da História e não nega seu passado. Ao longo desses anos, o movimento feminista já se limitava ao lado oposto ao conservadorismo, tanto no Brasil, quanto em outros países do mundo. Compreende-se o feminismo como uma ética e uma forma de estar no mundo, um movimento que tem mais de três séculos de história. Neste trabalho, procura-se entender os diálogos entre movimento feminista e as iniciativas da UPM mediante 5 entrevistas realizadas com mulheres que frequentam a entidade e marcam seu pertencimento aos valores ali propostos. Pergunta-se em que medida se projeta um universo de sentidos das representantes, membros e militantes de um movimento

¹⁵ Verifique o apêndice F, G e anexo A para ampliar a compreensão dos registros.

feminista. Desta forma, tornou-se importante saber em que medida as mulheres se consideram feministas tendo em vista uma rotina de atuação política no local.

Sueli Carneiro (2003) nos apoia na reflexão sobre esses resultados. No processo de transformação do movimento feminista, os sujeitos que dele se apropriam, criam formas de leitura do mundo.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A presença de processos sociais e culturais podem, de alguma maneira, reverter as subjetividades e os preconceitos que o movimento feminista desencadeou em décadas passadas. Margareth Rago (1996) problematiza essa questão da crescente entrada feminina na vida pública, na expansão do discurso feminista relacionados à igualdade de direitos, sem que, os estereótipos estruturados sejam revertidos.

Como explicar que à entrada maciça das mulheres na esfera pública, sobretudo nos últimos 30 anos, que à decorrente feminização da cultura, que à profunda transformação nas relações de gênero, não corresponda uma crescente valorização do feminismo, tanto quanto uma incisiva adesão a ele, seja se o consideramos enquanto um conjunto de ideias que reivindicam os direitos da mulher, seja se nos referimos às práticas e lutas que eclodiram e vêm eclodindo na sociedade? Como explicar que as feministas continuem sendo associadas a um estereótipo que vem de longa data, e não apenas dos anos 1970, definindo-as como "machas, feias e mal-amadas"? (RAGO, 1996, p. 11).

O estereótipo citado por Rago (1996) está presente nos discursos de Alice da Conceição e Cristina Lopes. Alice, quando questionada se se considerava feminista, responde:

Não, eu me considero uma mulher...feminista não posso dizer que eu sou, mas eu sou uma mulher que quero ter espaço nessa sociedade, e ser olhada como mulher, e respeitada como mulher. Por que só o homem pode colher os louros e ter o privilégio disso? Por que só ele, sendo que ele é gerado por uma mulher? Então eu quero ser respeitada enquanto mulher. E não aceito também que me digam "Você não pode". A mulher pode tudo, Debora, só depende da gente. Eu falo uma coisa pra você sem medo de errar: eu queria ter esse acesso de informação com 16 anos...porque talvez a minha vida tivesse mudado de rumo. Talvez eu até tivesse meus filhos, mas a minha cabeça seria outra, minhas conquistas seriam muito maiores, meus objetivos e propósitos talvez tivessem se concretizado, entende?

As atitudes antifeministas adotadas por algumas mulheres tecem um cenário que é paradoxal, considerando que as próprias se beneficiam de conquistas históricas feministas e, simultaneamente, contribuem para a manutenção do imaginário misógino que existe sobre as feministas (SALDANHA, 2013).

Cristina, no mesmo sentido de Alice, responde que “eu me sinto feminina, mas eu não me sinto feminista, nesse sentido, porque assim, eu acho que nós lutamos pelos mesmos direitos”. Nesse ponto, percebe-se que existe uma percepção de que o movimento feminista se constitui como oposição aos homens. Nesse sentido, as mulheres feministas buscariam mais direitos rompendo com tradições do cenário.

Saldanha (2013) afirma que no imaginário social, as mulheres feministas são estigmatizadas, assim, se definir como “feminista” já coloca a mulher no campo apostado de quem é não feminista. Avaliando a lista desqualificadora, verificamos que é extensa, como ideias de que feministas querem se vingar dos homens, querem fazer passá-los pelos desafios que as mulheres passam, de que são masculinizadas, feias, depravadas, amarguradas e mal-amadas. Essas concepções baseadas em estereótipos são difundidas socialmente. No entanto, se foram analisadas atentamente, a sua base ideológica de disseminação será revelada.

A leitura negativa que é feita sobre as mulheres feministas pode ser considerada altamente associada aos modos como o movimento feminista era visto pela esquerda e pela direita brasileira. Sarti (1988) aponta que a esquerda via nas feministas uma expressão do reformismo burguês, enquanto a direita as enxergava como perigosas e potenciais terroristas da moral. A ideia de “antifeminina” tão expressa quando se trata de feministas, tem suas bases nessa herança ideológica que fazia a oposição entre homens e mulheres, como inimigos de um espaço de compartilhamento. A oposição feminino x feminismo também propiciou que os movimentos de mulheres fossem fragmentados. Podemos “compreender que se o feminismo e o feminino eram vistos como polos opostos e as lésbicas vistas como masculinizadas se desinteressadas dos homens, logo o feminismo associado a elas era concebido como uma prática política que se opunha às ‘verdadeiras mulheres femininas’”, afirma Saldanha (2013, p. 110).

Um campo de tensões políticas e corporativas invade a denominação feminista, conforme assinala Vergès:

Nem sempre é fácil se dizer “feminista”. As traições do feminismo ocidental são um fator de repulsa, assim como seu desejo violento de integrar o mundo capitalista, de ocupar um lugar no mundo dos homens predadores, e sua obsessão com a sexualidade dos homens racializados e com a vitimização das mulheres racializadas. Por que se denominar feminista, por que defender o feminismo mesmo sabendo que esses termos estão a tal ponto desgastados que até a extrema direita pode se apropriar deles? Se há dez anos as palavras “feminista” e “feminismo” carregavam ainda um potencial radical e eram usadas como insultos, o que fazer agora que elas se tornaram parte do arsenal da direita neoliberal modernizadora? (VERGÈS, 2020, p. 22).

Ao mesmo tempo, as respostas das mulheres que não se consideram feministas se encontram em um discurso de defesa dos direitos e acessos das mulheres nos espaços públicos e nas demais atividades que queiram exercer. Na análise desses paradoxos, Rago (1996) reflete que o feminismo, mesmo considerando todos as suas conquistas, foi pouco pensado historicamente em relação as suas práticas.

Em outras palavras, se o feminismo foi responsável por dar uma grande visibilidade às mulheres em todos os espaços da vida social, política e cultural, nas cidades e no campo, e inclusive no âmbito acadêmico, levando-nos a buscar sua presença nos inúmeros momentos da História, foi menos pensado historicamente em suas próprias práticas e construções, sobretudo se se considera um passado mais distante. Nessa medida, manteve-se intacta uma construção misógina e estereotipada que o definiu como um movimento de mulheres tristes e infelizes, frustradas em sua incapacidade de conquistar o “sexo forte” (RAGO, 1996, p. 17).

Lagarde (2010) tem uma concepção altamente valiosa para este trabalho em relação aos preconceitos com feminismo. A autora aponta que, claramente, o feminismo é uma ameaça e uma crítica ao sistema patriarcal e a todos aqueles que se beneficiam desse sistema. Além disso, há também outro fator importante: decorrente da descontinuidade do papel fundamental do movimento feminista, acaba gerando uma sensação de que a sociedade funciona da forma que está agora de maneira natural. A memória de sujeitos que lutaram para melhores condições sociais e políticas para as mulheres são praticamente apagadas nesse choque de tendências.

Rago (1996) aponta que a aproximação do movimento feminista e do movimento de mulheres é lucrativo para ambos os lados, expandindo a rede de mulheres, incluindo mulheres pobres da periferia. Assim, as vertentes contra-hegemônicas do feminismo, como o feminismo negro e decolonial, encontram mais espaço nas práticas da entidade.

A fundadora e condutora da entidade em questão, Neide Abati, quando questionada se se considera feminista, responde que

Considero [...]. Porque eu olho a mulher, ela tem que ser emancipada de uma forma que o companheiro dela ou a convivência dela, deve ser direitos iguais, e que ela possa se desenvolver profissionalmente naquilo que ela quiser, que ela possa se divertir do jeito que ela quiser, que ela possa ser mãe ou não, que ela tenha o direito de ter a liberdade de ter a sua vida realizada, como ela quer, porque ela não pode ser dependente de pai, mãe, marido, companheiro, namorado. Ela tem que ser ela. Ela é um ser, muito a contribuir, muito, e eu acho que as mulheres, hoje, têm que ser junto com os homens. Quando criar os filhos, já criar nessa linha, de direitos iguais, porque se ela tiver nos filhos, isso, e nas filhas, o machismo começa a se apagar, começa a ser diminuído e o machismo ainda tá muito grande.

Neide se considera feminista e aponta que sua postura em relação ao feminismo está ligada a emancipação e aos direitos iguais. Alice e Cristina, mesmo não se considerando feministas, também apontam que defendem que os direitos de homens e mulheres sejam os mesmos. No entanto, Neide usa a expressão “machismo”, reforçando que ainda é um problema grande e que é possível de ser contornado.

Como integrante do movimento, Neide também tece críticas ao feminismo, o acusando de “feminismo quadrado”, ao negar a participação masculina nas discussões. Em relato informal, Neide aponta que algumas vezes houve a participação de coletivos feministas na UPM, propondo e realizando atividades exclusivamente com mulheres. Defendendo a ideia de que homens e mulheres são sujeitos que podem ser vítimas e mantenedores do patriarcado, Neide enxerga que é um erro propor discussões excluindo os homens. Essas afirmações coincidem com a visão acadêmica que registra o caráter multidimensional das opressões (VERGÈS, 2020).

As diferentes vertentes do movimento feminista respondem à questão da participação masculina de diferentes formas, avaliando questões de gênero, feminilidades, masculinidades, sexualidades e outras formas de expressão. O movimento feminista contemporâneo tem visões plurais.

O feminismo brasileiro, e o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas (COSTA, 2005, p.1).

Vergès defende que os homens do sul global, tanto quanto as mulheres, atravessam experiências marcadas pela colonialidade, portanto, também têm seu lugar de opressão e de total desconforto dentro dessa estrutura, podendo participar dos movimentos de resistência e transformação. No entanto, compreendendo a complexidade das relações e da necessidade da união das mulheres do sul no mundo, Vergès expõe de forma implacável a exigência de as mulheres serem protagonistas no “caráter revolucionário da crítica ao capitalismo racial e do heteropatriarcado” (VERGÈS, 2020, p. 23).

A fala crítica de Neide ao movimento feminista por negar a participação masculina, chamando-o de “feminismo quadrado”, pode ser considerada como uma reflexão sobre os sujeitos do movimento feminista e os novos sujeitos que cooptam seu lugar no movimento, como os homens. As reivindicações feministas latino-americanas dos anos 1970 e 1980 têm suas experiências políticas alinhadas à defesa da democracia, sem renunciar a sua luta específica. Assim, se moldou um cenário que os homens são aliados nas lutas por justiça social (SARTI, 1988).

O caráter pluralista e multifacetado com que se formam nos feminismos atuais ocorre também expresso como feminismo negro e indígena (CARNEIRO, 2003). Se analisarmos as entrevistas sob a perspectiva das ausências, as questões relacionadas ao combate ao racismo foram pouco abordadas.

4.4 Mulheres, cidade e feminismo: o direito à cidade

Pensar as cidades na perspectiva das mulheres também é a intensão deste trabalho. A palavra cidade é um substantivo feminino que, segundo o dicionário Michaelis, significa “grande aglomeração de pessoas em uma área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas etc.; urbe.”. E esse território está livre da neutralidade.

A cidade é um espaço que, sabendo que não é neutro, expõe dentro de si a existência de mais várias cidades (PECCINI, 2016). D’avila (2021) aponta que é como se cada um de nós, moradores das cidades, tivéssemos a visão dela a partir da nossa janela, do nosso bairro, casa, apartamento, com vista ou sem vista. Nossa

subjetividade e objetividade sobre esse espaço geográfico de aglomeração se constrói sob diferentes formas de viver e enfrentar essa cidade.

Na construção do que é a cidade, o poder é um elemento que também se expõe como um transformador do espaço. O território está relacionado a ideia de poder público e privado, sendo o território o espaço que sofre intervenção humana na sua construção e, portanto, reflete nas relações que ali acontecem (RAFFESTIN, 2010; LEFÈBVRE, 1991). De acordo com Sito e Felix (2021), essas intervenções, se analisadas sob os aspectos do gênero, apontam que as mulheres foram historicamente excluídas dos processos de planejamento das cidades e, se ampliarmos para o recorte racial, a exclusão é ainda mais ampla. Vivenciar a cidade e seus bens públicos devem ser um direito de todos e todas que ali habitam.

Sito e Felix (2021) aprofundam as reflexões sobre uma cidade feminista. As autoras apontam que nas últimas décadas do século XX, houve uma intensa transformação da socialização das mulheres, que puderam em maior quantidade acessar espaços formais de trabalho e ensino, ampliando a reflexão crítica e coletiva sobre como as mulheres vivenciam a sociedade que estão inseridas, principalmente considerando aspectos ligados a cidadania, que é precária, a divisão do trabalho e a uma rede social de serviços.

Quando perguntadas sobre como é ser mulher na periferia de uma grande cidade como São Paulo, as entrevistas apontam um panorama que corrobora com as análises contemporâneas do que é ser mulher em espaços urbanos. Neide relata que “É difícil. É difícil. É muito assédio. Eu fui muito assediada, só que eu não ficava muito na rua, porque era do ponto de ônibus pra casa”. Sito e Felix (2021) nos convidam a uma reflexão sobre a arquitetura da cidade, assim, podemos considerar que sua projeção e utilidade são voltadas para o masculino.

No que se refere às questões mais estruturais da cidade, podemos pensar que as arquiteturas urbanas são baseadas na estética masculina, como em praças e parque públicos; que não são projetadas por um viés de segurança para as mulheres, como acontece com o transporte público lotado; que muitos lugares facilitam a prática do assédio sexual, como as ruas sem iluminação e a falta de segurança pública (p. 19).

O projeto de desenvolvimento econômico, educacional e de saúde das cidades pouco pensa e considera as necessidades das mulheres, impedindo que elas desenvolvam suas habilidades profissionais e intelectuais, além de usufruir os

espaços da cidade com qualidade (SITO; FELIX, 2021, p. 19). Lucia, refletindo sobre a ocupação da cidade pelas mulheres da periferia, relata que

Eu acho que, por falta de oportunidade, elas só podem fazer aquilo que tem ali no espaço, próximo da casa dela, à disposição dela. Em geral, se ela pensar alto ou pensar mais alto ou pensar mais longe, sempre, então, tive esse pensamento, por dois motivos: por ser mulher e por não ter oportunidade pra pensar mais ali a frente, então, por isso que pra ela, é mais difícil. Eu creio que elas lá, não pode dizer, como eu tô dizendo, mulher tem que ficar onde quer, na hora que quer, não. Isso deveria ser mundial. Essa fala eu acho, que a mulher da periferia tem uma ideia certa, como é que diz? Restrição, né?

O pensamento de Lúcia vai exatamente ao encontro das reflexões sobre a construção de uma cidade feminista (SITO; FELIX, 2021; KERN, 2021). Para que uma cidade seja feminista ou para que possamos construir uma cidade nesses moldes, é necessário ser inclusiva e considerar as diferentes opressões de gênero que operam nesse local. A construção do espaço público deve ser possível com iniciativas do poder público que superem a misoginia e machismo, defendendo que espaços compartilhados publicamente também são da mulher, não apenas o espaço privado.

Leslie Kern, na sua obra “Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens” (2021), dá o exemplo de cidades da Europa, que integraram as abordagens de gênero ao planejamento urbano nas decisões do poder público. Como modelo, foi citada a cidade de Viena, que adotou formas de articulação entre saúde e educação, construindo dinamicamente as questões de gênero no orçamento público.

Viena redesenhou áreas para facilitar a mobilidade urbana, facilitando o acesso às creches, escolas e hospitais a partir da rede de transporte público e de ciclovias. Segundo Kern (2021, p. 72), “a cidade também criou conjuntos habitacionais do tipo imaginado por projetistas feministas, incluindo creches locais, serviços de saúde e acesso ao transporte público”. Mas a autora também problematiza: redesenhar ou projetar uma cidade sob a perspectiva feminista é limitada ao hemisfério norte? Não. A potencialidade popular do sul global também expõe as necessidades de reorganização da cidade.

A ausência de serviços públicos na periferia da cidade expõe a organização pública que não considera as mulheres e suas necessidades. Refletindo sobre a rotina

feminina, que envolve horas a mais de trabalho em comparação ao homem¹⁶, Lucia descreve e problematiza o cenário mais comum da cidade: as mulheres saem para trabalhar, mas onde deixam seus filhos?

Sai de manhã, marido e mulher. Não tem direito a uma creche. Até que fosse mais um pouco distante de casa, mas que soubesse que ali “Ô, quando eu passar, é longe, mas eu tenho lugar pra deixar o menino” pra poder se organizar, mas não tem direito a uma creche. Quem mora pro lado de cá, que tem direito a uma creche, é pouco pra quantidade da necessidade. Imagine pro lado de lá.

Esse pensamento de Lucia coaduna com a reflexão de Sito e Felix, apontando que a cidade, por mais que seja planejada por homens, é um espaço feminino. São as mulheres, a partir das diversas tarefas que realizam, como sair do trabalho e buscar um remédio, passar no mercado, buscar os filhos no lugar que os acolhe, entre outros, que realizam maior fluxo de tarefas na área urbana. No entanto, sem segurança e mobilidade de qualidade (SITO; FELIX, 2021).

Vergès (2020) ainda aponta que, nesses fluxos urbanos, existem as mulheres invisíveis, na sua maioria negras, que abrem as cidades logo cedo com a função de limpeza, limpando espaços que o patriarcado e capitalismo precisam para funcionar. Esse grupo se desloca, na maioria expressiva das vezes, por horas no transporte público.

No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que se sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo (VERGÈS, 2020, p. 12).

Para as mulheres moradoras da periferia, mobilidade e segurança são pontos interligados. O medo da violência foi citado pelas entrevistadas como algo presente. Como Neide alegou, o medo do assédio se fez presente na sua vida enquanto era moradora da periferia de São Paulo. Cristina também relata esse medo, principalmente quando era moradora de favela.

¹⁶ De acordo com os dados levantados pelo IBGE em 2018, as mulheres cumprem em média 8 horas a mais de trabalho nas tarefas domésticas que os homens, mesmo considerando que trabalham fora (IBGE, 2018).

Estar dentro da comunidade envolve uma luta constante de sobrevivência. Tanto que a sobrevivência, acho que é a luta maior da comunidade. Tanto da parte da violência, tanto da parte da... vou me explicar pra você. A violência, acho que ainda é o foco, acho que é a que ainda mais pega dentro da periferia...

Kern (2021) aprofundou seus estudos na questão do “medo feminino”. A socialização de mulheres é tão poderosa que constrói o medo como característica inata de meninas e mulheres, fascinando psicólogos, sociólogos, geógrafos e demais interessados nas pesquisas. Após a análise de estudos realizados com mulheres, Kern constatou que três padrões de ameaças vigoram entre as mulheres: as cidades, a noite e os estranhos que circulam nesse cenário. Esses medos estão presentes nos relatos de Cristina.

A imagem que eu tinha de uma periferia...apesar que eu acho lá...hoje nem tanto, mas naquela época, eu tinha uma imagem de medo. O medo predominava dentro da periferia. O medo, que eu vou falar pra você, principalmente, independente da cor, nós também sofremos muito, naquela época, quando eu era criança, eu tinha uns 12 anos, nós tínhamos muito medo da questão da polícia dentro da comunidade, né? Então, o medo imperava.

A entrevistada recorda o seu medo também para quem deveria garantir segurança pública nas áreas pobres da cidade. Assim, o medo que Neide cita sobre os possíveis assédios e que Cristina cita sobre o bairro que morava, reforçam com a ideia de que para as mulheres, o espaço público da cidade é uma ameaça. Na análise desses medos, Kern (2021) conclui que o medo das mulheres serve a algum tipo de função social que sempre reforçou que o lugar da mulher é no espaço privado e não no espaço público.

Seguindo o depoimento, encontramos a visão sobre o medo e as políticas públicas promotoras da igualdade e de acesso à cultura. Conforme o relato da Cristina:

Dentro do MOVA, você vai ouvir histórias, todas, que é a maioria de violência ou aconteceu alguma violência, então, o medo impera. Eu vejo que morar dentro de uma periferia, infelizmente, eu vejo como medo. O medo ainda continua rondando, pela falta de segurança, que é muito grande, né? E também...deixa eu ver uma outra coisa, que eu queria falar com você. Me fugiu. Além do medo, a periferia, ela sofre muito, assim, como eu posso te explicar? Eu vejo a periferia com uma dificuldade muito grande, de acesso a serviços. [...] Muito. E assim, você luta, luta, passa anos e anos. Por isso que, quando se fala de política, eles jogam isso. “Poxa vida, parece que nada aconteceu, nada mudou, por mais que...”, então eles sofrem. São muito carentes nessa parte, né? Eu acho que estar dentro, dentro de uma periferia, uma coisa que falta muito, eu vou falar pela educadora, é cultura. Na verdade, por mais que tenha, ainda falta. Por mais que tenha, falta. Tem pessoas que não sabem o quê que é estar num museu. Tem pessoas que não sabem o quê que é fazer um passeio. Não conhecem. Não sabem.

Maricato (2010) aponta que mulheres, a população negra e a população pobre são excluídos do modelo hegemônico por não se identificarem com o padrão de homem branco e com dinheiro. Nesse cenário, a fala de Cristina se alinha com a exclusão analisada por Maricato e sensivelmente percebida pela entrevistada nas suas experiências pessoais e profissionais, avaliando que a cidade é vivida de formas diferentes.

O relato de Cristina nos possibilita também alinhar as suas reflexões ao pensamento de Misiara Oliveira (2021), a respeito dos desafios da cidade na perspectiva da igualdade de gênero. Autora defende que a educação tem um papel essencial na transformação das relações.

A educação como direito deve ser pensada para além do acesso e da frequência escolar, deve construir estratégias que criem as condições para a participação plena, possibilitando o ensino-aprendizagem às mulheres e seus filhos. Mas a educação vai além, ela se caracteriza como um espaço estratégico para a reflexão sobre as desigualdades e a formação de valores humanistas de solidariedade, justiça social e desigualdade (OLIVEIRA, 2021, p. 80).

Cristina, analisando a sua prática, expõe como essencial criar estratégias de reflexão da desigualdade através da consciência de como os espaços são segregados na própria cidade e da importância de se ocupar esses “vazios”. Nas suas aulas, Cristina propõe e realiza passeios e excursões para locais diversos de São Paulo, apoiando suas alunas e alunos no ato de “descobrir” a cidade. Em relação à Fábrica de Cultura do Capão Redondo, Cristina aponta que

a União Popular de Mulheres, me proporcionou um dia de ir e conhecer. Foi numa outra época. Eu fiquei maravilhada, porque eu tão próximo, e não conheceu, que estava tão próximo. Porque, normalmente, quando se fala em cultura, a gente quer sair fora. Você já percebeu? Vamos sair fora da nossa periferia, fora, e o que tem de bom, dentro do nosso espaço, nós não aproveitamos.

A UPM, nesse sentido, se constrói como um espaço de educação que incentiva o uso da cidade e o acesso à cultura. Fica evidente, a partir da fala de Cristina, que os aparelhos de cultura da periferia são pouco explorados pela população. Dentro desse mesmo tema, Neide também aponta que:

Faltam políticas públicas, que nem muitas para as mulheres, muitas políticas públicas, pra juventude e para as crianças. Eu acho que, por exemplo, precisava ter serviços que proporcionassem teatro, conhecer o teatro popular, né, que tem ali, em Campo Limpo. Tava sendo criados grupos de teatro muito interessantes, e tem uma gama de gente no teatro, hoje, popular, muito bacana.

Se avaliarmos a importância do acesso à cultura, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, no artigo 27, aponta: “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e aproveitar-se dos progressos científicos e dos bens que deles resultam” (NAÇÕES UNIDAS, 1948). Nesse mesmo sentido, Chauí (2006) identifica na participação social um requisito para a formulação de políticas públicas, afirmando que o cidadão deve fazer parte integrante da construção e do planejamento dessas políticas, inclusive participando da destinação do orçamento público. Uma das maneiras de expressão da política na cidade está na participação popular e na garantia do exercício da cidadania.

A educação novamente ocupa um espaço importante nas discussões sobre cidade, políticas públicas e autonomia, coadunando ao pensamento de Oliveira (2021), que afirma que a educação impacta diretamente as relações sociais femininas e autonomia feminina. Se refletirmos sob o aspecto do acolhimento dos seus filhos, outras possibilidades sociais podem ser exploradas se, por exemplo, a oferta de vagas na educação infantil seguirem horários de demandas efetivas. Se a maioria das trabalhadoras seguem jornadas de trabalho até as 18h, qual o sentido do horário de atendimento da creche e da educação infantil ser até as 17h? Como citamos, países no Norte redesenharam a organização social da cidade para atender melhor as trabalhadoras. No sul global, as discussões acontecem.

A organização de mulheres e homens na busca por políticas públicas que apoiem os corpos femininos já obteve grandes vitórias. No campo da violência doméstica e de gênero, chegamos em duas legislações fundamentais: a Lei Maria da Penha (11.340/06) e a Lei do Feminicídio (13.104/15) (OLIVEIRA, 2021). Criaram-se importantes ferramentas de combate à estrutura misógina pela formação de um espaço onde as mulheres possam viver sem medo. Afirma-se: “**O direito das mulheres à cidade** deve passar pela efetivação de uma vida sem violência” (OLIVEIRA, 2021, p. 82, grifo da autora).

As visões sobre a cidade são diversas. Apesar do medo ser uma expressão muito citada e vivida pelas mulheres diariamente, outras visões sobre a periferia também são expostas. Alice, quando reflete sobre o que é ser mulher e moradora da periferia, nos relata que:

Enquanto mulher e periférica eu vejo as dificuldades depois da ponte. Eu acho que para cá da ponte, não existe isso. Como eu disse para você contando a minha história, a comunidade se abraça, a comunidade se cuida. Eu acho que as dificuldades enquanto nós mulheres, a gente conta além disso entendeu. Veja bem, muito dos desrespeitos que são cometidos contra a mulher, geralmente vem das pessoas que minimamente tem um poder aquisitivo bom.

Alice se posiciona apontando que a periferia é um espaço acolhedor. A sua história no Capão Redondo atravessa esse acolhimento da comunidade, lembrando que, quando chegou ao Jardim Comercial, com a mudança em cima de um pequeno carro, a vizinhança se prontificou em ajudar a família, que era chefiada por uma mãe solo, Dona Alaide, e mais seus 4 irmãos. Esse relato expõe uma das contradições da cidade sob o aspecto da violência, mas também mostra outra característica da periferia: existe o acolhimento e apoio mútuo entre aqueles que estão em situação semelhante.

Outro fator importante apontado por Alice é o poder e violência que vem a partir da capacidade financeira dos indivíduos. Cristina defende seu pensamento com uma reflexão muito próxima. Quando convidada a refletir sobre as mulheres da periferia e seus posicionamentos frente aos desafios da cidade, Cristina alega que é muito difícil uma mulher da periferia reconhecer como referência uma outra mulher periférica. Detalha Cristina:

Se uma mulher, da periferia, se candidatar, vamos pensar assim. Se ela se candidatar, hoje, pra uma eleição, vamos supor, seja da Casa da Mulher, e ela for da periferia, e vier uma pessoa, que não conviveu dentro da periferia, que não sabe os problemas que a periferia enfrenta e não sabe onde que tá o caos total, mas que ela vem de uma cultura melhor, de uma classe melhor, é mais fácil ser eleita aquela pessoa, do que aquela que batalhou pela sua própria comunidade.

Pergunta-se como consolidar uma cidade feminista, justa e democrática se a própria população se vê como excluída do direito de planejar essa cidade. As integrantes da UPM têm consciência que o direito à cidade só pode ser concretizado mediante políticas públicas que considerem a perspectiva feminista e meios democráticos de acesso aos serviços públicos e à cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos como foco compreender o movimento de mulheres na periferia da Zona Sul de São Paulo, ao lado esquerdo da Represa de Guarapiranga, nos bairros de Campo Limpo e Capão Redondo, tendo como foco a entidade União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Há 35 anos legitima-se um espaço fruto do trabalho de várias mulheres atuantes em uma prática social e política voltada para pessoas pertencentes às camadas populares com um protagonismo próprio de cidadania e emancipação cultural.

As raízes do movimento descrito têm suas raízes nos movimentos sociais que emergem nos anos 1970 e 1980, após a Ditadura Civil-Militar que perdurou de 1964 a 1985. Têm como objetivo se opor ao período opressor instaurado. Como alvo, combatiam as violências e mazelas sociais nas periferias. Na busca de ações periféricas na égide de lutar por justiça social, evidenciou-se a trajetória dos Clubes de Mães, que têm a sua ação fortalecida até os anos 1970, e pode ser entendido como um dos primeiros movimentos organizados de mulheres de classes populares na Zona Sul de São Paulo. Um cenário de resistência e de contestação ao regime.

Ganhou proeminência o Clube de Mães da Paróquia da Vila Remo. Nele, as mulheres se organizaram de forma diferenciada. Localizadas próximas ao reservatório da Guarapiranga, na região de Santo Amaro, mobilizaram-se em rede por toda a região da Zona Sul. O impacto desta situação se impõe diante do intenso crescimento populacional nas periferias da cidade, especialmente nesta parte do território paulistano, comprimido pela ampliação do setor industrial e do ciclo migratório decorrente do contexto econômico.

Este cenário atrai a ação de uma das protagonistas deste trabalho, que abriu uma janela para as mães e depois moradoras da região do Campo Limpo e Capão Redondo, a qual se tornou a UPM, formalizada juridicamente em 1987. Neide de Fátima Martins Abati, compartilhou como líder desse grande investimento, nele construindo sua história de vida pessoal aqui registrada. Seu trabalho, inicialmente no contexto do Clube das Mães, introduz uma visibilidade própria, ganhando uma identidade de mulheres pertencente às camadas populares e moradoras da região de periferia sul de São Paulo.

Considerou-se que os valores da coletividade foram ganhando uma face própria na entidade. Esta face desloca os compromissos iniciais que eram representativos de uma cultura feminina tradicional centralizada em uma dimensão doméstica para uma cultura moderna e atual, onde a mulher assume iniciativas individuais e emancipadoras.

Nessa direção, compreendeu-se que as transformações em relação às ações formativas da entidade expressam uma crescente oferta de palestras (sexualidade, machismo e saúde), cursos e serviços especializados (nas áreas de educação, assistência social e velhice). Observou-se também que a UPM tem intensificado parcerias com a prefeitura, conquistando um espaço próprio de cidadania.

As falas das militantes, mulheres da periferia e membros da UPM, revelam como suas participações expressam caminhos que se tornaram emancipatórios. São iniciativas no campo da política, da educação, do conhecimento e convívio que ganham sentidos diante de um cotidiano de lutas e aspirações.

A luta por transformações sociais abriu um espaço à institucionalização e à legislação das reivindicações dentro de um estado de direito já estabelecido politicamente. O caráter militante do movimento desloca um perfil de luta política para uma luta por direitos de acesso a serviços em várias dimensões, ganhando ênfase na educação, alimentação, saúde e segurança. O trabalho passa também a se expressar de forma burocrática, destacando-se na prestação de serviços.

Neste novo cenário que a grande líder e militante Neide, agora em uma declarada afirmação de distanciamento do cotidiano da entidade, e com os seus anos já avançados, surge como um membro da diretoria social, na lista dos cargos da associação. Lista que se impõe efetivamente formando um quadro de poder e de participação onde os cargos não conseguem mais se impor segundo um carisma e desempenho militante.

A vida das mulheres e a forma com que suas adesões se originam no movimento acompanha um novo entendimento do mundo. Os novos papéis sociais seguem criando caminhos marcados por uma condição emancipatória e individualizada.

O discurso das mulheres, durante todo o trabalho de campo, evidenciou os aportes teóricos da epistemologia feminista e do feminismo decolonial. A partir da análise de conhecimento, observou-se que o feminismo decolonial se expressa como uma visão multidimensional das opressões e críticas ao mundo regido pela autoridade masculina.

O diálogo com as posturas e filosofias do feminismo ocorre de forma dialética onde as mulheres em pauta apontam um distanciamento com as concepções clássicas e mencionam seus novos papéis sociais também comprometidos com a família, os filhos e sobretudo, com a presença do homem.

Por meio da educação popular a UPM busca transformar realidades. É possível considerar que o acesso à educação é altamente potente na emancipação e construção da consciência política e cidadã para as envolvidas na entidade. As mulheres, maioria expressiva nas turmas do MOVA e demais iniciativas da entidade, entendem o espaço pelo signo da liberdade, seja a liberdade de aprender as letras do mundo, seja para tornar suas experiências pela cidade mais fáceis e seguras, seja pela oportunidade de continuar os estudos e alcançar novas áreas. Assim, o potencial transformador da entidade mediante a educação vem se ampliando. Após a pandemia de Covid-19, segue pautas voltadas a cidadania e políticas públicas.

O foco na formação das mulheres mediante ofícios que proporcionem renda se expande para a discussão de questões culturais, políticas e sociais, como destacou-se no curso: “Participação e intervenção cidadã: do direito as políticas públicas”.

Não buscamos criar a imagem de um movimento ideal, mas evidenciar um espaço que proporciona vivências múltiplas, engajadas na sobrevivência dentro de um sistema que exclui corpos subalternos. Na periferia, resistir é verbo corriqueiro, que usamos no cotidiano. E essa resistência acontece há 35 anos na UPM, como também é vista na população que está logo cedo na fila do ônibus, no apoio à construção das residências, no recebimento de uma encomenda do vizinho que nunca está em casa porque sai de manhã e só volta a noite, na busca do filho de uma mãe ou pai que ainda não voltou do trabalho, ou seja, nas ações quase invisíveis que formam o todo do que é viver na periferia. Resistir e colaborar são palavras essenciais nesse universo e presentes na UPM.

Uma entidade de periferia expressa pela consciência e pertencimento das mulheres aqui retratadas segue como um dos principais legado do movimento social da UPM.

REFERÊNCIAS

ANIVERSARIO BANCO UNIÃO SAMPAIO. São Paulo: PosTV, 2015. Vídeo.

Disponível em: <https://youtu.be/d53JKXfCB9c>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ÁLVARO, M. C. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

AZEVEDO, J.; BARLETTA, J. M. O cedem e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP). *In: Cadernos CEDEM*. São Paulo: UNESP, v. 2, n. 2, p. 133–146, 2011. Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/1647>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A população no Brasil**: dados censitários: 1872/1950. [Rio de Janeiro]: IBGE, 1958.

BAENINGER, R. Crescimento da População na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. *In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (org.). São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)*. São Paulo: 34, 2011.

BAPTISTA, K. A. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 225–248, jan./jun. 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERGAMIN, M. A. **Luta pelo Trabalho na periferia da cidade**: onde está o trabalho autônomo? A experiência da Agência Popular de Produção de Cultura Solano Trindade na zona sul da cidade de São Paulo. 37.º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia, 2013.

FREI BETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEZERRA, L. R. **Ativismo × entretenimento**: tensões vivenciadas no discurso e nas práticas do Hip-Hop. 2009. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BHERING, M. J. **Controle de natalidade no Brasil**: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975–1994). 2014. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

BIONDI, L. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. **TRAVESSIA**: revista do migrante, [S. l.], n. 34, p. 5–12, 1999.

BLAY, E. Mulheres e movimentos sociais. **São Paulo em perspectiva**, SEADE, v. 8, n. 3, 1994.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 117–154.

BONDUKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil. *Revista Análise Social*, vol. 29 (127), 3. ed., p. 711-732, 1994.

DA PONTE pra cá. Intérprete: Racionais MC's. Compositor: Mano Brown. *In*: NADA como um dia após o outro dia. Intérprete: Racionais MC's. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. 2 CDs. Disco 2, faixa 9.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2 ed. São Paulo: USP, 2003.

CAMARGO, C. P. F. (org.). **São Paulo 1975**: Crescimento e Pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.

CAPÃO REDONDO: Sintonia da quebrada. Camilo Tavares. São Paulo: Pacto Audiovisual, 2006. Vídeo. Disponível em: https://youtu.be/X_8vN_cAy2w. Acesso em: 28 nov. 2022.

CARDOSO, F. H. Introdução (Quase um Prefácio). *In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (org.). 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, R. C. L. **Movimentos sociais na América Latina**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3, vol. I. São Paulo, Cortez, 1987: 27–37.

CARIGNATO, L. A. **Vivências Femininas no Movimento de Saúde da Cidade de São Paulo**. São Paulo: PUC, 2007.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARPINTERO, M. V. T. Tempo e história no plano de avenidas. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 1–11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635241>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural; o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COLLINS, P. H. La política del pensamiento feminista negro. *In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. R. (org.). ¿Qué son los estudios de mujeres?*. México: Fondo de Cultura económica, 1998.

CORREA, R. L. A periferia urbana. **Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 70-78, jan. 1986. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12551/11859>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CORREIA, A. P. S. **Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo**. 2015. Dissertação de mestrado, Ciências Sociais, Unifesp, 2015.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 1–20, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DALCIN, L.; SILVA, S. P. Bauman de uma sociedade sólido-moderna para uma sociedade líquido. **Salão do Conhecimento**, 2016, Ijuí. **Salão do Conhecimento**, 2016. v. 2.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) —Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/publico/2013_TiarajuPabloDAndrea_VCorr.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

D'ANDREA, T. P. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19–36, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>. Acesso em: 20 nov. 2022.

D'AVILA, M. E se acidade fosse nossa?. *In*: SITO, L.; FELIX, M. (org.). **E se as cidades fossem pensadas por mulheres?**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

CIDADE. *In*: Dicionário Digital Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cidade>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DINIZ, C. A. N. O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: **memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972–1988)**. 2018. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

D'OTTAVIANO, M. C. L. **Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo**: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?. 2008. Tese (Doutorado em Habitat) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ÉSTER, R. Estado de São Paulo: a intensidade das migrações e do êxodo rural/urbano. *In*: **Ciência e Cultura**, n. 7, jul. 1977, p. 783.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escrevivência em dupla face. *In*: MOREIRA, N. M. B.; SCHNEIDER, L. (org.). **Mulheres no Mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Universitária, 2005.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante. 2004.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre a juventude. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, maio–ago. 2010.

FELIX, J. B. J. **Hip Hop**: cultura e política no contexto paulistano. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-01052006-181824/publico/tese.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1606968>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FERRARI, M. M. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951–1954)**: seca e desigualdades regionais. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

FONTES, P. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945/1966. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GADOTTI, M. Paulo Freire e a Educação Popular. **Proposta**, n. 113, p. 21- 27, jul./set., 2007.

GAMA, N. C. **O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos:** loteamentos periféricos como (re)produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

GOHN, M. G. M. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, M. G. Mulheres: atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Revista Política & Sociedade**, n. 11, 41 - 70. 2007.

GOHN, M. G. **A força da Periferia.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16. n. 47. maio-ago. 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133–141, 1988.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARAWAY, D. **Ciencia, Cybors y Mujeres. la reinención de la naturaleza.** Madrid: Feminismos, 1995.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Dossiê: O ativismo urbano contemporâneo :resistências e insurgências à ordem urbana neoliberal. **Caderno Metropole**, n. 21, v. 46, set-dez, 2019.

HOOKS, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003–2005**. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 nov. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**: Características da População e dos domicílios: Resultados do Universo. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

IGLESIAS, G.; ABATI, N., MESQUITA, R. Zona sul de São Paulo a partir da história da União Popular de Mulheres. *In*: União Popular de Mulheres de Campo Limpo e adjacências (UPM); Gabriela Iglesias; Rafael Mesquita (org.), **REDES Periféricas**: Juventudes, Mulheres e Arranjos Culturais (pp. 15-70). São Paulo: ITCP-USP, 2016.

GONÇALVES, M. F. Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 38, 1994, p. 39–53.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 8.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JORGE, J. Morar no extremo sul de São Paulo: Sociedade e Natureza na região de Guarapiranga em meados do século 20. Educação e natureza em perspectiva histórica: vida ao ar livre, saúde e higiene. **Cadernos CEDES**, 40(112), 2020.

KERN, L. **Cidade Feminista**: A luta pelo espaço em mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KILOMBA, G. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra-performance. São Paulo: CCSP, 2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs>. Acesso em: 23 nov. 2022.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: 34, 2009.

LAGARDE, M. **Jornal diário**. IPS Brasil de fato. 10–12 set. 2010.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 1991.

LÉVY-STRAUSS, C. Aula Inaugural. *In*: Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 211–244.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 9: 73–101, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, set./dez. 2014.

LORDE, A. **A Transformação do silêncio em linguagem e ação**. 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, M. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 67–95.

MARIA, D. **Aprendizes**. 2018. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/sete-poemas-de-dinha>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483–505, set./dez. 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade, violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARQUES, E. C. L. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. **Revista USP**, [S. l.], n. 102, p. 23-32, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/97622>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MARTINAZZO, C. J. Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 25, n. 84, p. 31–50, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/460>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MEMÓRIAS DO BAIRRO: Bairros do Capão Redondo. Anderson "Gsé" Silva. São Paulo: Fábrica de Cultura do Capão Redondo, 2017. Vídeo.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: Un manifiesto. In: GÓMEZ, S. C.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global (p. 25-46). Bogotá: Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, 34, 287–324, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, T. W. N. G. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia**: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973–1982). 2015. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 55.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

NÓS MULHERES DA PERIFERIA (Brasil). **Manifesto**. São Paulo, Blog do Coletivo Nós Mulheres da Periferia, 2014. Disponível em:

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto>. Acesso em: 20 nov. 2022.

NOVAES, E. D. **Solidariedade e Sociabilidade**: mulher, cotidiano e política na periferia de Araraquara. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

O ESTADO de S. Paulo. Anúncios Classificados. São Paulo, 4 fev. 1939. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19390204-21272-nac-0011-999-11-clas>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Formação histórica do movimento adventista. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 157–179, 2004. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10030>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA, J. H. P. **As múltiplas dimensões da participação grupal**: um estudo de caso sobre um Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, M. Os desafios do direito à cidade a partir da construção de políticas públicas promotoras da igualdade de gênero. *In*: SITO, L.; FELIX, M. (org.). **E se as cidades fossem pensadas por mulheres?**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

OLIVEIRA, A. L. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p.111–140, maio/ago. 2018.

PAIVA, O. C. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. *In*: **Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea**, v. 6. jun. 2011. Disponível em: <https://rime.cnr.it/index.php/rime/article/view/296>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PALUDO, C. Educação popular: dialogando com redes latino-americanas (2000-2003). *In*: PONTUAL, P.; IRELAND, T. **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: MEC: Unesco, 2009. p. 41–62.

PASTERNAK, S. O.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 35, p. 75–100, 2016.

PASTERNAK, S. Espaço e população nas favelas de São Paulo. *In*: **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, n. 13., 2002, Ouro Preto. Ouro Preto: ABEP, 2002.

PAULISTA, A. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Humanidades em diálogo**, 5, 93-108, nov. 2013.

PECCINI, I. R. **Cidade, substantivo feminino**: as desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher. 2016. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO JR., C. A cidade de São Paulo: geografia e história. *In*: **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PUDENZI, A. G. M. **Protagonismo feminino e consciência política**: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73–118.

- RAFFESTIN, C. Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. *In*: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (org.). **Teorias e Práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13–23.
- RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulher, 1998.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROCHA, I. P. **Imigração internacional em São Paulo**: retorno e reemigração, 1890–1920. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, Rio de Janeiro, 1989.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiência e luta dos trabalhadores da grande S. Paulo: 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALDANHA, M; SCARPARO, H. B. K; STREY, M. N. Por que não somos todas feministas?. **Diálogo**, Canoas, n. 22, p. 107-116, abr. 2013.
- SANTOS, J. C. F. Espaços-Tempos na metrópole de São Paulo: industrialização, urbanização e desindustrialização da produção da relação centro-periferia. *In*: DIAS, L. A.; SOUSA, R. L. (org.). **Santo Amaro**: A evolução urbana do bairro sob diversos olhares. São Paulo: LiteraRua, 2016.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: USP, 1978.
- SANTOS, S.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Espaço Temático: Desigualdade e Gênero. **Katálisis**, 13 (1), jun. 2010.

SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 64, p. 38–47, 1988.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, 18, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, C. S. M. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares**: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, C.; SILVA, E. R.; BORGES, J.; BRITO, P. Desafios do feminismo no Brasil. **Perspectivas**, n. 19, 2018.

SILVA, R. S. **A periferia pede passagem**: trajetória social e intelectual de Mano Brown. 2012. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1618768>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SITO, L.; FELIX, M. Introdução. *In*: SITO, Laura; FELIX, Mariana (orgs.). **E se as cidades fossem pensadas por mulheres?**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

SOUSA, R. L. Segregação e Conflito na Cidade e São Paulo: A Disputa pelo espaço urbano. *In*: DIAS, L. A.; SOUSA, R. L. (org.). **Santo Amaro**: A evolução urbana do bairro sob diversos olhares. São Paulo: LiteraRua, 2016.

SOUZA, J. **Memórias e Histórias da População Negra de Carapicuíba-SP**: uma abordagem para a educação escolar. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Ceará, 2010.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG (2010).

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel:FAPESP, 2001.

FONTES ORAIS

1. Alice Pereira da Conceição. [Entrevista concedida a] Débora Silva Maria. São Paulo (SP), 2 jun. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].
2. Antônio Fátima do Nascimento. [Entrevista concedida a] Débora Silva Maria. São Paulo (SP), 3 set. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].
3. Cristina Lopes da Silva. [Entrevista concedida a] Débora Silva Maria. São Paulo (SP), 29 ago. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].
4. Lúcia Conceição do Nascimento. [Entrevista concedida a] Débora Silva Maria. Campinas (SP), 13 jul. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].
5. Neide de Fátima Martins Abati. [Entrevista concedida a] Débora Silva Maria. Campinas (SP), 13 jul. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

APÊNDICE A – Imagem de Paulo Freire na recepção da sede da UPM



Fonte: (Autoria própria).

A presença de Paulo Freire é presente na UPM inclusive nos ambientes sociais. Esse quadro fica exposto na recepção da sede da entidade, altamente visível para todos que ali transitam.

APÊNDICE B – Realização do “Bazarzão” na sede da UPM



Fonte: (Autoria própria).

Nesta foto observamos como o espaço social da casa fica ocupado com a edição mensal do “Bazarzão”, com mesas e araras com roupas para venda. Esses objetos são doações recebidas pela casa e todo valor arrecadado é destinado para manter o espaço.

APÊNDICE C — Aula 8 do curso “Participação e Intervenção Cidadã”

Fonte: (Autoria própria).

Esta aula do curso “Participação e Intervenção Cidadã” foi ministrada pela psicóloga Sheila Pauli e focou na temática de combate à violência contra a mulher, identificando os tipos de violência e as formas de denunciar e combater. Do lado esquerdo está palestrante e, ao lado direito, Lucia da Conceição, entrevistada neste trabalho. O encontro foi realizado na sala do MOVA na sede da UPM.

APÊNDICE D — Aula sobre Cultura Afro-brasileira ministrada pela Profa. Ana Paula Jesus



Fonte: (Autoria própria).

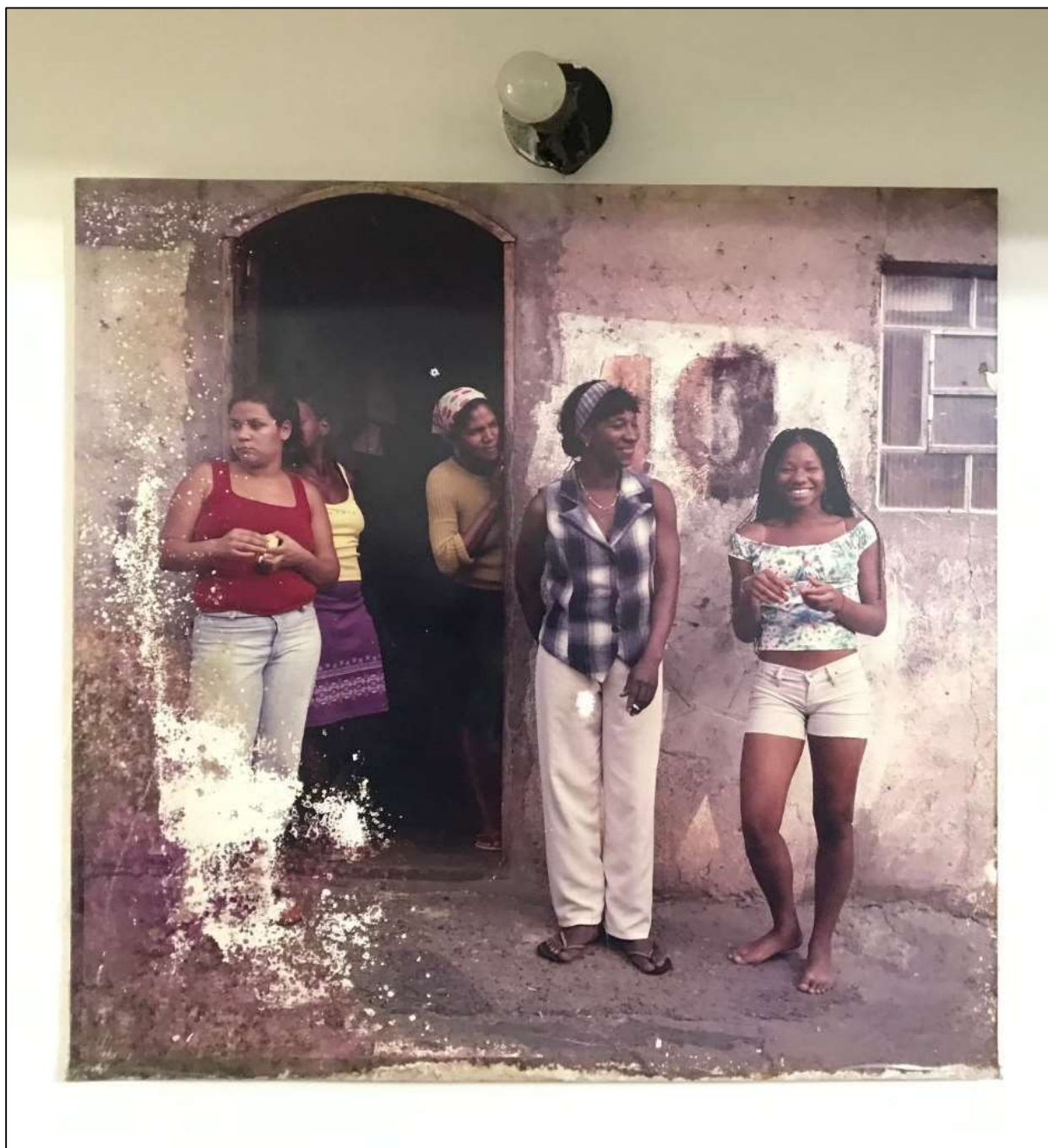
Nesta imagem, ao centro e em pé, observamos a Profa. Ana Paula Jesus desenvolvendo a temática de Cultura Afro-brasileira na aula 6 do curso “Participação e Intervenção Cidadã”. Este encontro foi realizado no salão disponível no fundo da Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM.

APÊNDICE E — Aula sobre a história e importância do Sistema Único de Saúde (SUS)



Fonte: (Autoria própria).

Este foi o terceiro encontro do curso “Participação e Intervenção Cidadã”. A história e importância do SUS foi o tema, proporcionando um interessante espaço de diálogo que reconheceu os desafios e a potencialidade dessa política pública. A aula foi mediada por Maria Aparecida Novaes, enfermeira e psicóloga, com anos de atuação no sistema público de saúde.

APÊNDICE F – Fotografia de mulheres

Fonte: (Autoria própria).

Essa fotografia, com cerca de 1 metro de altura e 1 metro de largura, está exposta na Casa da Mulher e da Criança, sede da UPM. A origem dela é incerta, no entanto, todas fontes afirmam que são mulheres envolvidas na UPM em um espaço que estava destinado a alguma iniciativa da entidade, por volta do fim da década de 1990. A questão interessante é que esta fotografia, com mulheres de expressões tão diversas, suscita reflexões de quem o observa. É corriqueiro encontrar alguém parado na frente dessa fotografia. Alice, em conversa informal, refletiu que essas mulheres

representam bem a pluralidade da periferia: a mulher relaxada, fumando, observando a jovem com sorriso alegre, representando a juventude; a moça de vermelho com olhar triste, buscando alguma coisa indecifrável ao seu lado; e as mulheres com os seus corpos dentro da casa, mas observam o mundo se debruçando um pouco para fora. São muitas análises possíveis.

APÊNDICE G – Estandarte feminista



Fonte: (Autoria própria)

ANEXO A — UPM na Marcha do Dia Internacional da Mulher



Fonte: Acervo UPM.

A UPM tradicionalmente participa da Marcha do Dia Internacional da Mulher, na Avenida Paulista, assim, esta fotografia registra a participação da entidade no ano de 2022, em frente ao MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand). Na foto, ao lado esquerdo está Alana Bomfim, professora do MOVA na sede da UPM e, ao lado direito, Zandra Baptista, gestora financeira dos equipamentos da UPM. Esses estandartes mostrados na fotografia ficam espalhados nos espaços da Casa da Mulher e da Criança.

ANEXO B — Alunas no curso de pintura em tecido

Fonte: Acervo UPM.

ANEXO C — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP (UNISA)

UNIVERSIDADE DE SANTO
AMARO - UNISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MOVIMENTOS SOCIAIS NA AFIRMAÇÃO E FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NA PERIFERIA DE SÃO PAULO-SP: REPRESENTAÇÕES E PROTAGONISMOS NA UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACÊNCIAS (1987-2022)

Pesquisador: Débora Silva Maria

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 56585422.9.0000.0081

Instituição Proponente: OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.305.304

Apresentação do Projeto:
adequado

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Os problemas que norteiam esta pesquisa giram em torno de inquietações relacionadas ao campo das relações de gênero, aqui percebidos de maneira interseccional e, portanto, aliado a pautas como classes sociais e questões de raça/etnia.

2.1 OBJETIVO GERAL

Construir o universo de valores das representações identitárias das mulheres da periferia, impondo como foco o modo como os movimentos sociais de mulheres da periferia atende as necessidades da população vulnerável da região de Campo Limpo e Capão Redondo a partir das ações da UPM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco envolvido na pesquisa é baixo aos envolvidos e respaldado pela pesquisadora responsável.

Benefícios:

A pesquisa contribuirá para a população do distrito de Campo Limpo, como também para os estudos sobre mulheres, identidades e movimentos sociais.

Endereço: Rua Profª Enéas de Giqueira Neto, 340

Bairro: Jardim das Imbuías

CEP: 02.450-000

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)2141-8687

E-mail: pesquisaunisa@unisa.br

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO - UNISA



Continuação do Parecer: 5.305.304

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

não há

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

todos apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1900729.pdf	05/03/2022 17:00:32		Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_ENTREVISTA_SEMI.docx	05/03/2022 16:57:44	Débora Silva Maria	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCC_ASSINADO.pdf	05/03/2022 16:56:17	Débora Silva Maria	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO2PDF.pdf	05/03/2022 16:55:23	Débora Silva Maria	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_atualizado.docx	05/03/2022 16:55:04	Débora Silva Maria	Aceito
Folha de Rosto	FRDeboraMariaAssinada.pdf	03/03/2022 09:43:23	Débora Silva Maria	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 22 de Março de 2022

Assinado por:
Patrícia Colombo de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Profª Enéas de Siqueira Neto, 340

Bairro: Jardim das Imbuías

CEP: 02.450-000

UF: SP Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)2141-8687

E-mail: pesquisa@unisa.br